



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FLORESTAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
PRÁTICAS EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

**A SUSTENTABILIDADE NA PERCEPÇÃO DOS COLABORADORES
QUE ATUAM NO SETOR DE CONTRATAÇÕES: O CASO UFRRJ**

ROSÁLIA DE ALMEIDA SANTOS

Sob Orientação do Professor
Euler David de Siqueira, Ph.D.

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração Práticas em Desenvolvimento Sustentável.

SEROPÉDICA - RJ
2018

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S237s Santos, Rosália de Almeida, 25/04/1983-
A sustentabilidade na percepção dos colaboradores
que atuam no setor de contratações: o caso UFRRJ /
Rosália de Almeida Santos. - 2018.
75 f.

Orientador: Euler David de Siqueira.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós Graduação em
Práticas em Desenvolvimento Sustentável, 2018.

1. Sustentabilidade. 2. Desenvolvimento
Sustentável. 3. Percepção. 4. Contratações Públicas. I.
Siqueira, Euler David de, 1969-, orient. II
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
Programa de Pós Graduação em Práticas em
Desenvolvimento Sustentável III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PRÁTICAS EM DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL**

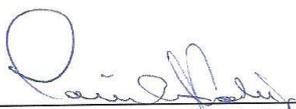
ROSÁLIA DE ALMEIDA SANTOS

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável da UFRRJ.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 22/10/2018.



**Euler David de Siqueira. Prof. Dr. UFRRJ
(Orientador)**



**Camila Gonçalves de Oliveira Rodrigues. Prof.^a Dr.^a UFRRJ
(Membro Interno)**



**Denise da Costa Oliveira Siqueira . Prof.^a Dr.^a – UERJ
(Membro Externo)**

O futuro não é um lugar onde estamos indo, mas um lugar que estamos criando. O caminho para ele não é encontrado, mas construído e o ato de fazê-lo muda tanto o realizador quanto o destino.

Antoine de Saint-Exupery

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu esposo Felipe pelo apoio incondicional em todos os momentos e por não medir esforços para que eu chegasse até esta etapa da minha vida.

Agradeço ao meu bem mais precioso, meu filho Heitor, uma criança de apenas três anos que transborda alegria e vive intensamente as curiosas descobertas da infância. Sem você, meu pequeno, nenhuma conquista valeria a pena.

Agradeço à minha família, mãe, irmãos, sobrinhos e queridos sogro e sogra, pelo estímulo e paciência.

Agradeço ao Prof. Euler por ter me apresentado à instigante Sociologia e, assim, me concedido a oportunidade de realizar este trabalho, e apresento-lhe meu respeito pelo seu dom de ensinar, sempre com muita paciência, simplicidade e bom humor.

Agradeço à Prof.^a Denise pelos pertinentes apontamentos que engrandeceram este estudo.

Agradeço a todo o corpo docente do PPGPDS pelo aprendizado compartilhado, à secretária Thaís por ser sempre tão gentil e solícita e, claro, aos meus colegas da T6, pessoas tão especiais com as quais passei momentos muito agradáveis. Muito obrigada a todos!

A realização desse trabalho só foi possível com o apoio de várias pessoas, assim, não poderia deixar de agradecer imensamente a todo o apoio recebido pela chefia e amigos da Coordenadoria de Relações Internacionais e Institucionais da Rural. Sou muito grata em fazer parte dessa equipe.

Agradeço a todos os membros do Coral da UFRRJ por ceder a sala para a realização das entrevistas, em especial, ao amigo Lemos, sempre muito gentil e cortês.

Por último, agradeço, de forma especial, a todos os funcionários do Departamento de Materiais e Serviços Auxiliares que se dispuseram a ceder um pouquinho do seu tempo, sempre tão corrido e agitado, para participar desta pesquisa. Sou muito grata por ter tido a oportunidade de compreender de forma um pouco mais aprofundada o trabalho desenvolvido neste Departamento. A todos vocês, minha gratidão e respeito pelo trabalho que realizam diariamente em prol do funcionamento de minha querida Rural.

RESUMO

SANTOS, Rosália de Almeida. **A sustentabilidade na percepção dos colaboradores que atuam no setor de contratações: o caso UFRRJ**. 75p. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável, Instituto de Florestas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2018.

A sustentabilidade tornou-se um tema urgente e imprescindível da agenda atual, tanto do setor privado, quanto do público. Contudo, a compreensão dessa categoria não é clara nem muito menos consensual. No caso do setor público, apesar da existência de regras e normas para pôr efetivamente em prática a sustentabilidade por meio de instrumentos de políticas públicas, tal como as contratações sustentáveis, é imprescindível a atuação dos atores para fazê-lo. Entretanto na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) constatee uma quantidade inexpressiva de tais contratações. O papel dos atores institucionais nesse sentido é fundamental para o alcance de tais objetivos. Portanto, o objetivo desse estudo foi analisar e investigar a construção, negociação e manutenção do significado da categoria “sustentabilidade”, mediante a compreensão da interpretação dos atores institucionais envolvidos com a efetivação das contratações na UFRRJ. No tocante à metodologia, o presente trabalho, de natureza qualitativa, se orientou por um olhar sociológico e antropológico relacional, que objetivou a compreensão do exótico no que lhe é familiar, através da análise de teias de significados construídas pelos atores sociais responsáveis pela efetivação das contratações na referida instituição. Os recursos metodológicos empregados à realização de minha investigação incluíram a observação participante, o uso de entrevistas semiestruturadas e a pesquisa bibliográfica, onde buscou-se referências em relação ao significado atribuído aos termos desenvolvimento sustentável e sustentabilidade, os aspectos que vêm sendo destacados em estudos que abrangeram a temática sobre contratações públicas sustentáveis e a busca da compreensão de como a cultura influencia o discurso acerca do desenvolvimento sustentável e sustentabilidade. Assim, a forma como esses atores sociais percebem, entendem e compreendem a realidade social torna-se condição fundamental à investigação dos usos que estes fazem da categoria sustentabilidade. Portanto, mediante a posse do mapa através do qual os atores sociais classificam, ordenam e hierarquizam a realidade social poderemos ter acesso à lógica empregada à sua construção. Identifiquei, assim, nove categorias de pensamento que demonstram o modo como tais pessoas definem, percebem e reagem à sustentabilidade. Os resultados indicam que a sustentabilidade se encontra presente no dia a dia da vida desses sujeitos, porém, em uma coexistência entre diferentes configurações de valores relacionados a essa temática. A sustentabilidade, portanto, é uma ideia que parece estar sendo paulatinamente discutida, negociada e aceita na realidade dos atores que atuam na efetivação de contratações dessa instituição, refletindo-se em suas trajetórias individuais por meio de ações e decisões recorrentes ao longo de sua vida social.

Palavras-chaves: Sustentabilidade; Contratações públicas; Atores sociais.

ABSTRACT

SANTOS, Rosália de Almeida. **Sustainability in the perception of the employees who work in the contracting sector: the UFRRJ case.** 75p. Dissertation (Master Degree) – Curso de Pós-Graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável, Instituto de Florestas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2018.

Sustainability has become an urgent and imperative issue of both private and public sector. However, the understanding of this category is not clear or consensual. In public sector, for instance, despite the existence of rules and standards to effectively implement sustainability through public policy instruments, like sustainable contracting, it is essential that the actors act in order to do so. Meanwhile at Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) I have noticed an inexpressive number of such hires. The institutional actors's role is fundamental to the achievement of such objectives. Therefore, the purpose of this research was to analyze and investigate the construction, negotiation and maintenance of the meaning of "sustainability", by understanding the interpretation of institutional actors involved in the UFRRJ contracting. Regarding methodology, this qualitative research is guided by a relational sociological and anthropological perspective, which aims to understand the exotic in what is familiar, through webs of meanings's analysis constructed by the social actors who are responsible for the institutions's implementation. The resources used to carry out my research included participant observation, semi-structured interviews and bibliographical research, looking for references regarding the meaning of sustainable development and sustainability, the aspects that have been highlighted in studies that covered sustainable public contracting and the search for an understanding of how culture influences the speech about sustainable development and sustainability. Thus, the way in which these social actors apprehend and understand social reality becomes a fundamental condition for this investigation. Therefore, through the possession of the map through which social actors classify, order and hierarchize social reality, we may have access to the logic employed in its construction. I have identified nine thinking categories that demonstrate how people define, apprehend, and react to sustainability. The results indicate that sustainability is present in the daily life of these subjects, coexisting among different configurations of values related to this subject. Sustainability, therefore, is an idea that seems to be gradually being discussed, negotiated and accepted in the actors's reality, who act in the institution hiring, reflecting on their individual trajectories through actions and decisions that are recurrent throughout their social life.

Key-words: Sustainability; Public procurement; Social actors.

LISTA DE ABREVIACÕES

Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)
Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)
Assessoria Técnica (ASTECH)
Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)
Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET)
Comissão de Cadastro de Fornecedores (CCF)
Comissão Permanente de Licitação (CPL)
Coordenação Administrativa (CADMIN)
Coordenação de Logística (CLOG)
Coordenação de Planejamento e Acompanhamento de Compras e Serviços (CPACS)
Departamento de Materiais e Serviços Auxiliares (DMSA)
Escola Nacional de Agronomia (ENA)
Escola Nacional de Veterinária (ENV)
Escola Superior de Agronomia e Medicina Veterinária (ESAMV).
Instituições Federais de Ensino Superior (IFEs)
Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO)
Instrução Normativa (IN)
Ministério da Educação (MEC)
Ministério do Meio Ambiente (MMA)
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)
Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)
Organizações das Nações Unidas (ONU)
Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)
Produto Interno Bruto (PIB)
Pró-reitoria de Assuntos Financeiros (PROAF)
Seção de Cobranças Administrativo e Operacional (SCOB)
Seção de Compra Direta (SCD)
Seção de Controle Administrativo e Operacional (SCON)
Seção de Gestão de Estoque (SGE)
Seção de Pesquisa de Preços (SPP)
Seção de Pregão (SP)
Seção de Sistema de Registro de Preços (SSRP)

Seção Integrada de Recebimento, Especificação e Relacionamento com os Requerentes
(SIRERR)

Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca (SEMAAP)

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Universidade Rural do Brasil (URB)

LISTA DE GRÁFICO E QUADROS

Quadro 1– Etapas de compras do Departamento de Material e Serviços Auxiliares da UFRRJ.....	p. 11
Quadro 2 – Quantitativo de funcionários do Departamento de Material e Serviços Auxiliares da UFRRJ em 01/11/2017.....	p. 12
Quadro 3 – Quadro de entrevistados.....	p. 14
Gráfico 1 – Despesas de consumo das Administrações Públicas em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) %	p. 21
Quadro 4 – Linha do tempo acerca do surgimento da temática do Desenvolvimento Sustentável.....	p. 24
Quadro 5 – Estado da Arte sobre contratações sustentáveis no Brasil.....	p. 31
Quadro 6 – Principais dificuldades para a inserção de critérios ambientais no processo de compra das Universidades.....	p. 33
Quadro 7 – Resultados das entrevistas.....	p. 43

SUMÁRIO

SUMÁRIO.....	11
1. INTRODUÇÃO.....	6
2. MATERIAIS E MÉTODOS.....	7
2.1 A Universidade Federal Rural do Rio De Janeiro e o Departamento de Materiais e Serviços Auxiliares.....	8
3.1 A emergência de um novo paradigma para as contratações públicas e o papel dos atores institucionais nesse contexto	17
3.2 Estado da Arte sobre contratações sustentáveis no Brasil	31
3.3 As concepções de cultura e suas implicações no discurso sobre desenvolvimento sustentável e sustentabilidade	35
4. RESULTADO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS NO DMSA E ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DESSES SUJEITOS SOBRE A CATEGORIA SUSTENTABILIDADE	39
CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS	57
REFERÊNCIAS	61
APÊNDICE	67
Transcrição de entrevista ilustrativa	68
ANEXOS	73
Anexo A – Parecer da Comissão de Ética na Pesquisa da UFRRJ.....	74
Anexo B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	75

1. INTRODUÇÃO

O objetivo principal deste trabalho é investigar de que maneira a categoria de pensamento sustentabilidade é compreendida para alguns dos funcionários do órgão responsável pelas compras da UFRRJ, o DMSA. Parto da ideia de que a compreensão da categoria sustentabilidade envolve fatores e situações que não se resumem simplesmente ao universo imediato de trabalho na universidade. Em outras palavras, penso a compreensão dessa categoria implica vivências e situações que extrapolam o convívio de trabalho. Compreender a categoria sustentabilidade como sendo construída, mantida e negociada no universo de trabalho do DMSA é um primeiro e decisivo passo para que ações de formação e capacitação possam ser oferecidas junto aos trabalhadores do DMSA assim como da UFRRJ de uma maneira geral.

As contratações públicas são regidas pela Lei nº 8.666/1993, e representam aproximadamente 20% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. Em 2010, essa norma legal sofreu uma alteração que determinou que tais contratações de bens, serviços e obras, realizadas no âmbito da administração pública, devem possuir com uma de suas finalidades a promoção do desenvolvimento nacional sustentável. Entretanto, decorrido quase uma década da alteração mencionada, os dados revelam que ainda são incipientes contratações públicas que resultem em bens, serviços ou obras sustentáveis (PAINEL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL, 2017).

Assim, considerando dados obtidos no Painel de Compras do Governo Federal, a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), no período de 2013 a 2017, totalizou um montante de 1.339 processos de compras e 247 contratos, que juntos representaram uma despesa aproximada de R\$ 300 milhões, deste total apenas 0,15% representou compras com itens sustentáveis e, no caso dos contratos, não houve nenhum nesse sentido.

O desenvolvimento sustentável é definido como aquele “que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atenderem às suas próprias necessidades” (PNUMA, 2012, p. 22). Cumpre apontar que a questão da promoção do desenvolvimento sustentável aplicada às contratações públicas é um princípio norteado pela ideologia da sustentabilidade, cuja noção é baseada em valores e na subjetividade. Nesse sentido, o valor atribuído à sustentabilidade não é, primeiro, evidente e muito menos consensual e, dessa forma, existem diferentes interpretações desta realidade, mesmo considerando um ambiente como a UFRRJ, ou seja, uma instituição pública, com estrutura hierarquizada e estritamente submetida às normas legais. Assim, há fronteiras culturais e simbólicas entre os atores responsáveis pelas contratações institucionais, resultando em uma compreensão individual distinta sobre a sustentabilidade, a despeito da legislação e dos regulamentos vigentes.

Partindo dessa percepção, esse estudo investigou e analisou a construção, negociação e manutenção da categoria “sustentabilidade”, mediante compreensão da interpretação dos atores institucionais envolvidos com a efetivação das contratações na UFRRJ. Assim, foram levantados os seguintes pontos: o significado atribuído aos termos desenvolvimento sustentável e sustentabilidade; os aspectos que vêm sendo destacados em estudos que abrangem a temática sobre contratações públicas sustentáveis; de que forma a cultura influencia o discurso acerca do desenvolvimento sustentável e sustentabilidade e; a percepção dos atores institucionais que atuam no Departamento de Material e Serviços Auxiliares (DMSA) da UFRRJ em relação à categoria sustentabilidade.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

A compreensão de uma determinada realidade social que nos é familiar não é tão simples como pode parecer, pois, de acordo com Velho (1978), o fato de possuir um “mapa que nos familiariza com os cenários e situações sociais de nosso cotidiano, dando nome, lugar e posição aos indivíduos” (p. 127), não significa necessariamente que compreendo “os princípios e mecanismos que o organizam” (p. 128). Logo, “o meu conhecimento pode estar seriamente comprometido pela rotina, hábitos, estereótipos” (p. 127) adquiridos em virtude dos anos em que trabalho na instituição pesquisada. Trata-se, portanto de um “olhar para dentro”, visto a própria autora atua naquilo que está investigando e, de alguma forma, tem conhecimento sobre alguns meandros, sentimentos e afetos que estão presentes no ambiente estudado.

Nesse sentido, este estudo possui natureza qualitativa, evidenciada a partir da preocupação da pesquisadora “com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma trajetória” (GOLDENBERG, 2004, p. 14). Assim, estarão sendo tratadas emoções, valores e subjetividades dos atores que atuam na efetivação das contratações da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro ao lidar com a categoria “sustentabilidade” no seu dia a dia de trabalho. Nesse entendimento, sua perspectiva é fenomenológica, pois busca, conforme Goldenberg (2004, p. 31), “substituir as construções explicativas pela descrição do que se passa efetivamente do ponto de vista daquele que vive a situação concreta”.

O estudo foi orientado por um olhar sociológico e antropológico relacional, objetivando uma análise cultural que, conforme Geertz (2008), pode ser realizada por meio de uma descrição densa das teias de significado que esses atores construíram em torno da categoria sustentabilidade na execução de seu papel institucional.

Nesse sentido, o desafio é a transformação do que é familiar em exótico (DA MATA, 1978), na medida em que se objetivou a compreensão de uma situação vivenciada pela autora em seu dia a dia de trabalho na UFRRJ, pois, nos termos de Velho (1978): “o que sempre vemos e encontramos pode ser familiar mas não é necessariamente conhecido” (p. 126).

Os recursos metodológicos empregados foram compostos de pesquisa bibliográfica, que permitiu “articular conceitos e sistematizar a produção” (NETO, 1994, p. 52) da temática abordada. Complementarmente, foi realizada a observação participante, com distanciamento total de participação, tendo como prioridade somente a observação (NETO, 1994), onde se buscou um contato direto da pesquisadora “com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos” (NETO, 1994, p. 59), o que viabilizou a obtenção de informações adicionais sobre o objeto em estudo, que não necessariamente encontram-se documentados ou explícitos no âmbito da instituição.

Nesse sentido:

O observador, enquanto parte do contexto de observação, estabelece uma relação face a face com os observados. Nesse processo, ele, ao mesmo tempo, pode modificar e ser modificado pelo contexto. A importância dessa técnica reside no fato de podermos captar uma variedade de situações ou fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas, uma vez que, observados diretamente na própria realidade, transmitem o que há de mais imponderável e evasivo na vida real (NETO, 1994, p. 59).

Complementarmente, foram também realizadas entrevistas semiestruturadas que, conforme Neto (1994):

[...] não significa uma conversa despreziosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeito-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada (p. 57).

2.1 A Universidade Federal Rural do Rio De Janeiro e o Departamento de Materiais e Serviços Auxiliares

A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro é uma autarquia federal, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), que no ano de 2010 completou seu primeiro centenário. Dessa forma, apesar de estar inserida dentro de um sistema, a Rural, como é ordinariamente chamada a UFRRJ, é um reflexo resultante de mais de cem anos de história, conforme pode ser observado no breve histórico a seguir.

A data de fundação da UFRRJ foi oficialmente definida como 20/10/1910, data em que foram estabelecidas as bases para o ensino agrícola no Brasil, a partir do Decreto 8.319, e a criação da Escola Superior de Agronomia e Medicina Veterinária (ESAMV), referência de qualidade para o ensino agrícola no país. A ESAMV iniciou suas atividades na área da antiga Fazenda Imperial de Santa Cruz (RJ), mudando sua instalação para o Palácio do Duque Saxe, em 10/12/1911, local onde se encontra atualmente o Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), no bairro Maracanã (RJ), contando nesse período com um Campo de Experimentação e Prática Agrícola, localizado a quarenta quilômetros de distância, no bairro de Deodoro. No ano de 1916, em virtude da alegação de falta de verbas e recursos, a Escola suspendeu todas as suas atividades. Tais circunstâncias levaram à mudança das instalações da Escola para a localidade de Pinheiro (hoje Pinheiral), no interior do Estado, quando juntou-se à Escola Média-Teórico-Prática de Agricultura da Bahia e a Escola de Agricultura. Em 1918, a ESAMV foi novamente transferida, dessa vez para a cidade de Niterói, com a alegação da necessidade de promoção do aumento da demanda por seus cursos, dificultada pela sua distância da então capital federal. Com a mesma justificativa que a mudança anterior, em 1927, a ESAMV foi transferida para a Avenida Pasteur, no bairro da Urca, junto à sede do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. No ano de 1933, a ESAMV, dividiu-se em duas instituições, a Escola Nacional de Agronomia (ENA) e a Escola Nacional de Veterinária (ENV). Contudo, em 30 de dezembro de 1943, através do Decreto-lei 6.155, foi criada a Universidade Rural, reunindo novamente a ENA, a ENV, juntamente com cursos de Aperfeiçoamento e Especialização Escolar, Serviço Escolar e Serviço dos Desportos. Na busca por mais espaço, em 1938 foram iniciadas as obras de um *campus* no Km 47 da Estrada Rio-São Paulo, no município de Itaguaí, hoje Seropédica, para abrigar a então Universidade Rural, sendo este inaugurado na data de 4 de julho de 1947. Em 1962, a Lei Delegada nº 9 de 11 de outubro determinou que a Universidade Rural passasse a ser denominada Universidade Rural do Brasil (URB), com autonomia didática, financeira, administrativa e disciplinar. No ano seguinte, por meio do Decreto 60.731 de 19 de maio, adquiriu sua atual denominação (UFRRJ, 2013).

A UFRRJ é composta atualmente por quatro *campi*, localizados no Estado do Rio de Janeiro, mais especificamente nos municípios de Seropédica, onde fica localizada sua Administração Central, Nova Iguaçu, Três Rios e Campos dos Goytacazes. Sua estrutura é dividida em Administração Central, Unidades Administrativas e Unidades Acadêmicas de Educação Superior, Básica, Técnica e Tecnológica, integradas nos *campi* universitários, e responsáveis pela gestão institucional (UFRRJ, 2012). De acordo com o seu Relatório de Gestão 2016, a Rural é composta em sua estrutura por um total de dezoito Unidades Estratégicas (Administrativas) e doze Unidades Acadêmicas.

Na condição de servidora técnico-administrativa desta instituição, há exatos dez anos (2008-2018), sendo responsável por solicitações de compras de materiais e requisição de serviços na Unidade em que atuo, notei resistência por parte de alguns colegas de trabalho para a aquisição de papel A4 reciclado com a simples alegação de que o papel branco tradicional seria melhor. Da mesma forma, atentou-me que são raros os documentos recebidos na Unidade, oriundos de diversos outros setores, que se apresentam impressos em papel reciclado. Tal fato levou-me a uma observação mais geral e me fez concluir que são escassos os materiais utilizados nas rotinas administrativas da Rural que possuam alguma característica sustentável (BRASIL, 2010; BRASIL, 2012).

Cabe aqui uma pausa visando esclarecer de que maneira ocorreu a inserção da autora nesses dois universos, das contratações públicas e da sustentabilidade. O início da minha carreira no serviço público foi no ano de 2004, primeiro em um órgão municipal, onde atuei por quatro anos e, em 2008, ingressei na Rural, exercendo, em ambas instituições, cargos de apoio técnico-administrativo. Na Prefeitura Municipal de Itaguaí (PMI), onde atuei na Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca (SEMAAP), obtive o primeiro contato com a temática do desenvolvimento sustentável, a qual me foi sendo internalizada diariamente através do trabalho de apoio administrativo às atividades de fiscalização e licenciamento ambiental, agricultura familiar e pesca artesanal.

No decorrer de toda minha vida laborativa no setor público e até hoje, em virtude da própria atividade administrativa e também pela minha formação acadêmica em Administração de Empresas Pública e Privada, sempre atuei com contratações, embora jamais tenha tido a oportunidade de trabalhar especificamente no setor onde são efetivadas as licitações. Porém, sempre procurei manter um relacionamento estreito com tais setores com o intuito de aprimorar meus conhecimentos sobre o assunto, buscando também evitar erros nos pedidos sob minha responsabilidade e, conseqüentemente, retrabalhos desnecessários.

Dessa forma, obtive a oportunidade de participar de alguns cursos e eventos de capacitação sobre a temática de contratações públicas, onde notei que, paulatinamente, a questão da sustentabilidade vinha ganhando importância cada vez maior nessa esfera. Dessa forma, sensibilizada com a causa, busquei, na medida do possível, optar por contratações denominadas “sustentáveis” para atender às necessidades do meu setor de trabalho.

Foi assim que a observação realizada quanto à escassez de itens sustentáveis na Unidade em que atuo (Pró-reitoria de Extensão, na época em que este estudo foi realizado), e também em relação à resistência de algumas pessoas em trabalhar com papel reciclado, levou-me a deduzir que o valor atribuído à sustentabilidade não é, primeiro, evidente e muito menos consensual, e que pode haver diferentes interpretações desta realidade, mesmo considerando um ambiente como a Rural, ou seja, uma instituição pública, com estrutura hierarquizada e estritamente submetida às normas legais. Portanto, infere-se que há fronteiras culturais e simbólicas entre os atores responsáveis pelas contratações institucionais e isso pode ser resultado de uma compreensão individual distinta sobre a sustentabilidade, a despeito da legislação e dos regulamentos vigentes.

De acordo com informações disponíveis no Painel de Compras do Governo Federal¹, no período compreendido entre 2013 e 2017, a Rural totalizou um montante de 1.339 processos de compras e 247 contratos que juntos representaram uma despesa aproximada de R\$ 300 milhões. Porém, somente 0,15% deste total representou aquisição de itens sustentáveis. Assim, deduz-se que, apesar da exigência legal para que as contratações públicas sejam objeto de promoção do desenvolvimento nacional sustentável, tal iniciativa ainda parece incipiente na UFRRJ.

¹ Ferramenta *online* que apresenta os principais números das contratações públicas e tem por finalidade oferecer um panorama dos gastos públicos e do comportamento licitatório no âmbito da Administração Pública Federal.

Por outro lado, medidas de ajuste fiscal, intensificadas nos últimos anos como parte da estratégia para a diminuição da dívida pública, vêm promovendo corte orçamentários em agendas setoriais que passam a não ser prioritárias para o governo central. Nesse cenário, cumpre destacar que no final do ano de 2016, por meio da Emenda Constitucional nº 95, foi aprovado pelo governo um congelamento dos gastos correntes federais na Educação pelo período de vinte anos. Tal medida afeta diretamente as Instituições de Ensino Superior (IFEs), comprometendo seriamente os investimentos e despesas de manutenção das Universidades. Entretanto, no âmbito da Rural, temos vivenciado já há algum tempo uma dificuldade em arcar com os compromissos financeiros assumidos em virtude de repasses financeiros cada vez menores e insuficientes que, de acordo com a Pró-reitoria de Assuntos Financeiros (PROAF), vem se estendendo desde o ano de 2013. Conforme notícias divulgadas no site dessa Pró-reitoria, em 2015, o orçamento do MEC sofreu uma redução de R\$ 9 bilhões. Isto resultou num corte de 10% no orçamento destinado ao funcionamento e manutenção da Universidade e de 47% no orçamento destinado à realização de obras e aquisição de material permanente e equipamentos (UFRRJ, 2015). Assim, as políticas internas da Universidade vêm sendo diretamente afetadas em virtude dessa situação de crise, impactando de maneira substancial as contratações realizadas a nível institucional.

Nesse contexto, convém destacar a relevância do setor responsável pelas contratações, não só da Rural, mas dentro de qualquer organização, seja pública ou privada, visto que é um local onde são investidos boa parte dos recursos financeiros, geralmente escassos, para fins de manutenção da atividade organizacional. Assim, é enorme a responsabilidade atribuída ao setor responsável pelas contratações em qualquer tipo de organização, pois, conforme afirmam Batista e Maldonado (2008): “a função de compras dentro de uma instituição precisa projetar uma imagem de profissionalismo e eficiência, além de estar propensa a colaborar com os departamentos no alcance dos objetivos pretendidos” (p. 693).

No caso específico do setor público, as contratações são rigorosamente submetidas às normas legais e os departamentos responsáveis pelas mesmas são alvos constantes de auditorias realizadas por órgãos de controle. Assim:

A gestão de suprimentos é um dos principais pilares de qualquer instituição pública, tendo uma considerável **importância estratégica**, pois é um dos locais em que se aplicam os recursos orçamentários existentes, por meio da efetivação dos processos de compras de materiais, bens e serviços necessários ao alcance dos objetivos da instituição (BATISTA E MALDONADO, 2008, p. 685, grifo nosso).

No caso da Rural, o Departamento de Materiais e Serviços Auxiliares (DMSA), hierarquicamente subordinado à PROAF, é o setor responsável por todos os processos de aquisições de bens (materiais permanentes, de consumo, nacionais e importados) e pela contratação de serviços e obras demandados por todas as trinta Unidades (Administrativas e Acadêmicas). Suas atividades são divididas em três etapas: Pré-compra, Processamento e Pós-compra. No Quadro 1 se encontra a definição de tais etapas, os setores que atuam em cada uma delas e suas respectivas atribuições.

Ademais, é importante destacar que as atividades relacionadas às contratações públicas “implicam em contínuo relacionamento com o mercado fornecedor de bens e serviços e com a sociedade, na forma de transações comerciais e como objeto de demandas e atenção pública” (FERNANDES, 2010, p. 05), mantendo, assim, múltiplos relacionamentos, tanto internos quanto externos.

QUADRO 1

ETAPAS DE COMPRAS DO DMSA		
Etapa	Setor Responsável	Atividades
Pré-compra	Assessoria Técnica (ASTECH)	Assessoramento jurídico ao DMSA e elaboração das minutas de Editais.
	Coordenação Administrativa (CADMIN)	Responsável pela coordenação da Pré-compra e gerenciamento de pessoal do DMSA.
	Comissão de Cadastro de Fornecedores (CCF)	Cadastro, atualização e registro de ocorrência de fornecedores nos sistemas governamentais.
	Seção Integrada de Recebimento, Especificação e Relacionamento com os Requerentes (SIRERR)	Recebimento, conferência e triagem dos pedidos de contratação e orientação aos requerentes quanto ao preenchimento dos mesmos.
	Seção de Pesquisa de Preços (SPP)	Providencia ampla pesquisa de preço de cada processo de contratação, visando obter uma estimativa prévia do seu valor.
Processamento	Coordenação de Planejamento e Acompanhamento de Compras e Serviços (CPACS)	Responsável por todas as seções que trabalham efetivamente com a licitação. Essa Coordenação realiza a distribuição das solicitações conforme o enquadramento de cada processo.
	Seção de Compra Direta (SCD)	Realiza os procedimentos relativos à compra direta, através de dispensa ou inexigibilidade.
	Seção de Sistema de Registro de Preços (SSRP)	Realiza o planejamento para futura contratação, na modalidade de Pregão, em que as empresas vencedoras assumem o compromisso de fornecer bens e serviços a preços e prazos registrados em uma Ata de Registro de Preços específica.
	Comissão Permanente de Licitação (CPL)	Realiza os certames licitatórios para obras, serviços de engenharia, alienações e concessões de espaço físico.
	Seção de Pregão (SP)	Trabalha exclusivamente com licitações na modalidade Pregão. Atualmente, a princípio, a regra é licitar pela modalidade de pregão, preferencialmente na sua forma eletrônica.
Pós-compra	Coordenação de Logística (CLOG)	Responsável pelo Pós-compra.
	Seção de Controle Administrativo e Operacional (SCON)	Conferência das notas fiscais e encaminhamento para pagamento, emissão das Notas de Fornecimento e Termos de Responsabilidade.
	Seção de Cobranças Administrativo e Operacional (SCOB)	Controle dos prazos e abertura de processos para penalização em caso de inadimplência.
	Seção de Gestão de Estoques (SGE)	Transmissão de empenhos e distribuição dos materiais aos requerentes.

Quadro 1: Etapas de compras do Departamento de Material e Serviços Auxiliares da UFRRJ.

Fonte: <http://institucional.ufrj.br/>

Acesso em 18/11/2017

Elaboração: Própria

Considerando que “os clientes de um setor de compras e licitações são todos que, direta ou indiretamente, necessitam adquirir produtos e/ou serviços para alcançar os resultados almejados” (BATISTA E MALDONADO, 2008, p. 686), as atividades desenvolvidas pelo DMSA são uma das bases da gestão institucional, pois é a partir deste Departamento que a UFRRJ, através de suas diversas Unidades Organizacionais, garante a prestação de seus serviços à sociedade. O DMSA é, dessa forma, encarregado pela efetivação de todas as contratações institucionais e conta atualmente com a atuação de 61 colaboradores, entre servidores efetivos, funcionários terceirizados e estagiário.

QUADRO 2

DEPARTAMENTO DE MATERIAL E SERVIÇOS AUXILIARES/UFRRJ			
	Servidores técnico-administrativos	Funcionários terceirizados	Estagiário
DIREÇÃO	01	-	-
ASTEC	04	-	-
CADMIN	06	07	01
CPACS	14	06	-
CLOG	11	11	
Total	36	24	01

Quadro 2: Quantitativo de funcionários do Departamento de Material e Serviços Auxiliares da UFRRJ em 01/11/2017.

Fonte: DMSA

Elaboração: Própria

Na Rural, cada Unidade realiza seu pedido de contratação, de bens ou serviços, mediante preenchimento de formulário específico no qual, além das informações de identificação da Unidade em si e do requerente, é exigido o preenchimento da discriminação detalhada do objeto que se almeja adquirir ou contratar, indicando com precisão e clareza quais seriam os requisitos desejáveis e suas características básicas e também as necessidades e motivações para o pedido. Os formulários disponibilizados pelo DMSA abrangem a requisição de materiais de consumo e permanentes, bem como contratação de serviços de pessoa física e jurídica.

No que se refere à sustentabilidade de tais contratações, somente no caso dos formulários de requisição de materiais exige-se do requerente a resposta à seguinte questão: **“Há algum item no qual se aplicam os critérios de Sustentabilidade? (Art. 5º, IN SLTI/MPOG nº 01/2010)”**. Então, cabe ao requerente informar se “*sim*”, ou seja, se a alguns dos itens solicitados se aplicariam critérios de sustentabilidade e, nesse caso, indicar quais seriam, ou se, por outro lado, na requisição “*não*” há itens onde se apliquem tais critérios.

Cabe destacar que a Instrução Normativa nº 01 de 19 de janeiro de 2010, citada no respectivo formulário, versa especificamente sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras. Dessa forma, nas contratações de obras e serviços de engenharia devem ser observados aspectos como economia da manutenção e operacionalização de edificações, redução do consumo de energia e água e utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental. Em processos de aquisição de bens, devem ser exigidos produtos constituídos por material atóxico e biodegradável, observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO), dar preferência por produtos acondicionados em embalagem individual adequada, que utilize materiais recicláveis e, por

fim, que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada (BRASIL, 2010).

No que se refere à celebração de contratos de serviços, as empresas fornecedoras deverão adotar práticas de sustentabilidade como o uso de produtos de limpeza e conservação que obedeçam às classificações e especificações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); evitar desperdício de água tratada; atenção a equipamentos que gerem ruídos; fornecimento de equipamentos de segurança; realização de programa de treinamento aos empregados para redução do consumo de energia elétrica, água e redução da produção de resíduos sólidos; separação dos resíduos recicláveis descartados; respeito às normas publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) sobre resíduos sólidos e destinação adequada de pilhas e baterias (BRASIL, 2010).

Destaca-se, assim, a importância da participação dos requerentes no processo de contratações, dos quais se espera que levem em consideração esses e outros critérios de sustentabilidade ao encaminhar suas demandas para o DMSA. Convém esclarecer que a pessoa do requerente que consta no formulário, na maioria dos casos, é o gestor da unidade, cargo ocupado por servidor docente ou técnico-administrativo, porém, não necessariamente é quem preenche o mesmo, sendo esta função frequentemente atribuída a um servidor técnico-administrativo, a um funcionário terceirizado ou até mesmo a algum estagiário.

Ademais, junto a cada formulário específico de requisição, deve ser encaminhado também ao DMSA um Termo de Referência, documento que exige bastante detalhamento por parte do requisitante em relação ao que se deseja contratar, o qual, segundo o Decreto nº 5.450, deve conter:

[...] elementos capazes de propiciar avaliação do custo pela administração diante de orçamento detalhado, definição dos métodos, estratégia de suprimento, valor estimado em planilhas de acordo com o preço de mercado, cronograma físico-financeiro, se for o caso, critério de aceitação do objeto, deveres do contratado e do contratante, procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato, prazo de execução e sanções, de forma clara, concisa e objetiva (BRASIL, 2005).

Batista e Maldonado (2008) destacam que “com o passar do tempo, os processos de compras se tornaram mais complexos e dependentes de atores comprometidos e conscientes do seu papel” (p. 682). E, no caso específico das IFEs, esta é uma realidade, especialmente pelo fato de que as mesmas iniciaram em 2007 um relevante programa de expansão e reestruturação. No caso da UFRRJ, esta iniciou seu processo de reestruturação no ano de 2008 quando deu início a um ousado projeto de reestruturação e expansão da Universidade, que teria impactos tanto na sede, em Seropédica, quanto nos *campi* recentemente implantados de Nova Iguaçu e Três Rios.

Cabe observar que apesar desse último e maior processo de expansão trazer para a instituição a real oportunidade de ampliar significativamente a oferta de vagas a camadas historicamente excluídas do ensino superior de qualidade, trouxe um desafio de grandes proporções: o de recuperar o passivo de muitos anos de sucateamento infligido ao conjunto das universidades públicas e consolidar a expansão com qualidade (UFRRJ, 2013, p. 22).

Neste cenário, o DMSA possui papel fundamental de suprir a Universidade com bens e serviços necessários para dar sustentação a todo esse processo de relevantes mudanças institucionais pelos quais têm passado na última década. Batista e Maldonado (2008, p. 686)

destacam que o setor de compras e licitações de uma instituição tem sua própria existência condicionada à “satisfação completa de todos os seus usuários, pois não existe ambiguidade entre a satisfação do usuário e o trabalho realizado pela gestão de suprimentos” (p. 686).

Assim, a motivação para realizar este estudo decorre da constatação acerca do reduzido quantitativo de contratações sustentáveis realizadas no âmbito da UFRRJ, sem deixar de considerar o seu atual contexto, no qual vem acontecendo uma expansão da sua estrutura e das atividades institucionais de maneira substancial. Apresentou-se, dessa forma, uma conjuntura apropriada para aprendizado e possibilidade de colaborar para uma implementação mais efetiva da política de contratações sustentáveis na Rural.

Conforme disposto no Quadro 3, pesquisei a percepção de sustentabilidade junto a dezenove pessoas, sendo doze delas servidores do quadro efetivo e sete terceirizados. Isso equivale a aproximadamente 50% dos servidores e 60% dos terceirizados que trabalham no local e atuam nas etapas Pré-compra e Processamento. A opção por entrevistar especificamente tais sujeitos deu-se pelo fato de serem essas as etapas onde os pedidos de contratações são iniciados e processados. Assim, foram entrevistados quinze homens, sendo dez servidores e cinco terceirizados e, quatro mulheres, sendo duas servidoras e duas terceirizadas, com idade média de 35 anos, e que atuam especificamente nos seguintes setores: Seção Integrada de Recebimento, Especificação e Relacionamento com os Requerentes, Assessoria Técnica, Coordenação Administrativa, Comissão de Cadastro de Fornecedores, Seção de Pesquisa de Preços, Seção de Pregão e Direção.

QUADRO 3

Quadro de entrevistados					
Entrevistado	Sexo	Idade	Escolaridade	Vínculo	Tempo no DMSA
E1	M	39	EM	T	3 anos
E2	M	37	EM	T	7 anos
E3	M	31	ES	S	1 ano
E4	M	31	ES	S	10 meses
E5	M	31	ES	S	1 semana
E6	F	33	EM	T	9 meses
E7	M	33	ES	T	4 anos
E8	M	29	ES	T	1 ano
E9	M	33	ES	S	4 meses
E10	F	35	ES	T	2 anos
E11	M	30	EM	T	10 meses
E12	M	34	ES	S	6 meses
E13	M	31	ES	S	1 ano e 5 meses
E14	M	40	ES	S	5 anos
E15	F	36	ES	S	2 anos e 6 meses
E16	M	37	ES	S	5 anos
E17	M	39	ES	S	8 anos
E18	F	36	ES	S	8 anos
E19	M	45	ES	S	5 anos

Legendas: **M** = Masculino; **F** = Feminino; **EM** = Ensino Médio; **ES** = Ensino Superior; **T** = Terceirizado; **S** = Servidor

Quadro 3: Quadro de entrevistados.

Elaboração: Própria.

Cumprir destacar que todos os sujeitos entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo B), onde foi apontado o caráter voluntário da participação de cada entrevistado, bem como a garantia do sigilo em relação à identificação do mesmo. O referido Termo foi devidamente aprovado pelo Comitê de Ética na Pesquisa da UFRRJ (Anexo A). E, visando ilustrar de que maneira as entrevistas foram conduzidas, foi disponibilizada no Apêndice do presente trabalho uma transcrição ilustrativa de uma das entrevistas realizadas.

Dos dezenove entrevistados, apenas dois servidores afirmaram que foram trabalhar no DMSA por uma escolha individual; dessa forma, E9 e E13 informaram que escolheram o Departamento em virtude de já possuir uma experiência na área de compras e contratações. Todos os outros servidores entrevistados relataram que a sua lotação no Departamento foi uma imposição da instituição em virtude de necessidade de pessoal. Cumprir esclarecer que, no caso do pessoal terceirizado, as vagas normalmente são direcionadas para os setores respectivos; assim, para as pessoas nessas condições não existe, *a priori*, alguma alternativa de escolha entre permanecer ou não em um determinado setor da Universidade, prevalecendo os interesses institucionais.

Dentre os quinze entrevistados que possuem nível superior há uma variedade de especialidades. Há, por exemplo, pessoas formadas em direito, administração, recursos humanos e até enfermagem. O tempo de trabalho no Departamento entre os participantes variou de uma semana a oito anos, sendo que somente seis dos sujeitos atuam no local há menos de um ano. As entrevistas tiveram duração média de aproximadamente vinte e quatro minutos e todas tiveram seus áudios transcritos, objetivando facilitar a análise do conteúdo das mesmas.

Para a realização das entrevistas, me reuni com o atual diretor do Departamento – com quem tenho contato frequente em virtude de minhas atividades laborativas –, encontro no qual tive a oportunidade de expor os objetivos de minha pesquisa, recebendo, assim, autorização para transitar no DMSA e convidar as pessoas para participarem da pesquisa. Dessa forma, os convites para as entrevistas foram realizados de maneira individualizada, sem agendamento prévio, de acordo com a disponibilidade de cada um, tendo em vista que a mesma foi realizada durante o horário de expediente e, assim, eventualmente, um ou outro convidado não podia sair no momento exato em que o convite era realizado. Percebi, em alguns momentos, certa hesitação em participar da pesquisa, especialmente por parte daqueles com os quais ainda não tinha estabelecido algum contato anterior. Entretanto, com um pouco de insistência e ajuda de pessoas mais próximas, conseguia, enfim, convencê-los.

Convém destacar que o DMSA é um local cuja estrutura física é totalmente fechada, diferente da maioria dos outros setores da Rural. Assim, para ter acesso a esse Departamento, é necessária uma autorização prévia na recepção, sendo, na maioria dos casos, os atendimentos realizados no balcão da entrada da porta principal, local este onde fiz a maior parte dos convites para as entrevistas, apesar de adentrar constantemente no DMSA em virtude do meu trabalho e conhecer razoavelmente sua estrutura física.

O local escolhido para a realização de dezoito entrevistas foi a Sala do Coral da UFRRJ, em virtude da proximidade física desta com o DMSA, que ficava a poucos metros de distância. Esse fator facilitou muito a participação dos sujeitos entrevistados, visto que não necessitariam se deslocar para algum local distante e, assim, seu trabalho não ficaria comprometido por muito tempo, pois na maioria dos casos fui questionada em relação a quanto tempo duraria a entrevista. Assim, o tempo em que necessitariam se ausentar do trabalho era uma preocupação para essas pessoas. Contudo, durante as entrevistas não foi expresso qualquer indicativo de pressa em retornar ao Departamento por parte de nenhum dos sujeitos entrevistados.

A entrevista com o entrevistado E16, por exemplo, só foi possível em virtude dessa proximidade, pois o mesmo informou que estava trabalhando em cinco Pregões simultâneos e não poderia se ausentar por muito tempo. Dessa maneira, a distância do local da entrevista em relação ao DMSA foi um fator fundamental para a efetividade dessa pesquisa. Outro fator que também pesou na escolha desse local foi a disponibilidade de horários livres, que foram previamente agendados por um amigo que trabalha com o Coral. A possibilidade de um espaço onde não houvesse interrupções durante as entrevistas também foi primordial nessa escolha.

A única entrevista realizada dentro do Departamento foi com o Diretor, pois para este se ausentar do local de trabalho seria mais difícil por conta de suas atividades. Contudo, a conversa foi conduzida sem interrupções em sua sala, apesar de ter acontecido de forma um pouco acelerada, pois o mesmo já havia apontado que a qualquer momento poderia ter de se ausentar.

Para o tratamento das entrevistas, optei pela utilização da análise dos discursos mediante a identificação de categorias que, de acordo com Velho (1973), trata-se de identificar “como os indivíduos em sociedades ou grupos sociais específicos ordenam e sistematizam seu mundo social e natural (...), que categorias são utilizadas, como se relacionam e hierarquizam e os princípios que presidem esta organização” (p. 65). A preocupação foi, portanto, compreender a vertente ideológica do universo pesquisado, buscando, assim, unidades mínimas ideológicas (VELHO, 1973) que orientam as representações dos sujeitos que atuam no DMSA no discurso a respeito da sustentabilidade, destacando, assim, as categorias de pensamento que se apresentaram com maior frequência nas entrevistas realizadas.

As entrevistas foram efetuadas entre os meses de março e maio de 2018. Apresento em seguida o referencial teórico que deu sustentação a este estudo

3. SUSTENTABILIDADE E SUBJETIVIDADE

Questões acerca do desenvolvimento sustentável têm sido debatidas amplamente nas últimas décadas, popularizando-se cada vez mais. Trata-se de uma questão contemporânea, que se reflete sob vários universos. Nesse contexto, objetivos globais foram traçados no intuito de erradicar a pobreza, combater a desigualdade e a injustiça e enfrentar as alterações climáticas nos próximos quinze anos. Entretanto, nesse discurso, é importante considerar a ampla diversidade cultural existente, na medida em que as pessoas atribuem valores e direcionam suas ações de acordo com um conjunto de significados que são estabelecidos socialmente. Dessa forma, tanto o meio ambiente, quanto os sistemas econômico e social, têm sua importância construída dentro de uma realidade criada coletivamente, permeada de valores, emoções e subjetividades.

3.1 A emergência de um novo paradigma para as contratações públicas e o papel dos atores institucionais nesse contexto

Historicamente, o motor do desenvolvimento mundial tem sido o crescimento econômico que possui como motivação a satisfação das necessidades humanas, as quais são estabelecidas socialmente e se transformam de maneira rápida e contínua com o decorrer do tempo. Tal realidade está associada ao próprio processo civilizatório, no qual os sujeitos sociais foram sendo transformados, com necessidades crescentes de satisfação de aspirações e desejos que, de acordo com Mendes (1993), são cultivados culturalmente:

o desenvolvimento econômico [...] torna-se um processo interminável, sem fim, mas também sem fins próprios, na medida em que as necessidades fundamentais já foram saciadas. As outras são insaciáveis (p. 16).

Marx (1978) alertara que uma das consequências do capitalismo seria o crescimento cada vez maior das necessidades humanas, na medida em que tal sistema se expande. Nesse sentido, “em lugar das antigas necessidades satisfeitas pelos produtos nacionais, nascem novas necessidades, que reclamam para sua satisfação os produtos das regiões mais longínquas e dos climas mais diversos” (MARX, 1978, p. 13). Assim, o avanço dos meios de comunicação, especialmente da televisão e, mais recentemente, da internet, associado ao aumento das trocas em nível global, resultou em que o consumo se tornasse uma das principais atividades da sociedade contemporânea. Dessa forma, somos seduzidos continuamente a consumir bens e serviços, cada vez mais e mais.

Contudo, a existência humana em si é dependente da esfera de produção e essa garante a manutenção do próprio ser social. Na medida em que a sociedade foi se transformando, a produção passou a definir e orientar as necessidades humanas que, quando satisfeitas, geram outras necessidades, sejam materiais ou abstratas, e o capitalismo, aliado ao processo de globalização, tornou tais necessidades infinitas (MARX, 1978). Assim, na medida em que a sociedade evolui, fronteiras simbólicas e estruturais existentes para a satisfação das necessidades e desejos humanos vão sendo continuamente transformados.

Segundo Featherstone (1995), com o auxílio dos meios de comunicação de massa, as mercadorias se transformam em “comunicadores” abandonando seu mero sentido de utilidade, ou seja, utilizadores dotados de valor de uso e valor de troca e, assim, o ato de consumir determinados bens e serviços passa a representar um estilo de vida em um contexto repleto de signos, que varia de acordo com a renda e o capital cultural de cada pessoa.

O corpo, as roupas, o discurso, os entretenimentos de lazer, as preferências de comida e bebida, a casa, o carro, a opção de férias, etc., de uma pessoa são vistos como indicadores da individualidade do gosto e o senso de estilo do proprietário/consumidor (FEATHERSTONE, 1995, p. 119).

Entretanto, de acordo com Barbosa (2004), o consumo – alvo constante de críticas morais – é uma atividade que esteve presente em todas as sociedades humanas para fins de reprodução física e social, pois, “consumir e utilizar elementos da cultura material como elemento de construção e afirmação de identidades, diferenciação e exclusão social são universais” (p. 12). Nessa compreensão, o consumo não seria uma característica exclusiva da sociedade contemporânea e tampouco somente daqueles que possuem boas condições materiais.

A cultura material e o consumo são aspectos fundamentais de qualquer sociedade, mas apenas a nossa tem sido caracterizada como uma sociedade de consumo. Isto significa admitir que o consumo está preenchendo, entre nós, uma função acima e além daquela de satisfação de necessidades materiais e de reprodução social comum a todos os demais grupos sociais (BARBOSA, 2004, p. 14).

É nesse contexto global que, em um estudo que reuniu dezoito cientistas ambientais, foi estabelecido um quadro a respeito da existência de limites planetários, associados à capacidade de suporte finita da Terra, onde a previsão é de que o ambiente natural não será capaz de manter por muito mais tempo o atual ritmo de produção e consumo em que vivemos (STEFFEN *et. al.*, 2015). Foi definido o que se chamou de um espaço operacional seguro, onde seja possível progredir e prosperar, como uma pré-condição para a manutenção da humanidade no planeta. Steffen *et. al.* (2015) identificaram nove processos e sistemas da Terra e suas fronteiras que marcam a zona segura para o planeta, chamando a atenção para que a sociedade reaja aos sinais de alerta precoce referentes à: (1) mudanças climáticas; (2) perda da integridade da biosfera (perda de biodiversidade e extinção de espécies); (3) destruição da camada de ozônio; (4) acidificação dos oceanos; (5) fluxos biogeoquímicos (ciclos do fósforo e nitrogênio); (6) mudança do sistema terrestre (*e.g.*, desmatamento); (7) utilização da água doce; (8) carga atmosférica de aerossóis que afetam o clima e os organismos vivos e; por último, (9) introdução de novas entidades (*e.g.*, poluentes orgânicos, materiais radioativos, nano materiais e micro plásticos). Por fim, o estudo revelou que quatro, dos nove limiares, já foram ultrapassados (1, 2, 5 e 6), sinalizando um perigo eminente para a atual condição do planeta.

Nesse cenário, o constante aumento da degradação do meio ambiente tem sido um tema debatido em diversas partes do mundo em virtude, principalmente, de uma crescente preocupação acerca da capacidade de manutenção do próprio homem no planeta. Por outro lado, extremas desigualdades econômicas da atualidade também têm chamado a atenção em um cenário onde 1% das pessoas têm o mesmo volume de riqueza que os 99% mais pobres do mundo, evidenciado no fato de que, atualmente, somente oito homens concentram a mesma riqueza que 3,6 bilhões de pessoas, onde a tendência é que esse fosso aumente ainda mais com o passar do tempo (CARTA CAPITAL, 2017). Desigualdades de gênero, acesso à educação de qualidade e a políticas básicas de saúde emergem também como exemplos de outros grandes desafios e preocupações em torno do futuro que a humanidade está construindo para si.

Assim, nas últimas décadas, a questão do desenvolvimento sustentável tem sido debatida globalmente, com destaque para a atuação de importantes atores internacionais como

a Organização das Nações Unidas (ONU), resultando na emergência de políticas públicas na agenda de diversos governos nacionais.

O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) define desenvolvimento sustentável como:

Desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atenderem às suas próprias necessidades. O desenvolvimento sustentável inclui a sustentabilidade econômica, ambiental e social, que são pilares independentes e mutuamente fortalecedores e pode ser alcançado através da gestão racional do capital físico, natural e humano. A erradicação da pobreza, a mudança dos padrões de consumo e produção insustentáveis e a proteção e gestão da base de recursos naturais para o desenvolvimento econômico e social são os objetivos abrangentes e os requisitos fundamentais do desenvolvimento sustentável (PNUMA, 2012, p. 22).

Destarte, a compreensão global é que ações que impactam o ambiente natural, econômico e social, mesmo que realizadas de maneira localizada, têm ultrapassado barreiras nacionais e seus impactos podem ser sentidos em diversas partes do mundo. O aquecimento global, por exemplo, não afeta somente países potencialmente poluidores, mas seus efeitos podem ser observados por todo o planeta. Crises econômicas e sociais também não têm mais ficado restritas a localização geográfica e espacial em que ocorrem, mas, ao contrário, seus reflexos podem se estender por diversas partes do mundo.

Nesse contexto, impõe-se aos governantes, o dever de implementar políticas eficazes, face aos inúmeros desafios ambientais, econômicos e sociais que se avolumam. Na mesma medida, fortalecem-se discussões acerca da proteção ao meio ambiente, erradicação da pobreza, igualdade de gênero e distribuição equitativa da renda em todas as esferas da sociedade. Surgem, assim, e cada vez com mais força, preocupações acerca do nosso futuro e em quais condições deixaremos este planeta para as gerações que estão por vir, questões cernes em discursos acerca do desenvolvimento sustentável.

Cumpra salientar que, nos últimos anos, a mídia tem dado cada vez mais destaque a assuntos relacionados ao desenvolvimento sustentável, sendo, porém, mais frequentes a publicação de matérias que fazem referência a questões ambientais que, na maioria das vezes, são abordadas em um tom denunciante ou alarmista (ABREU, 2008). É notório que, frequentemente, há uma apropriação de trabalhos científicos objetivando mais um alarmismo do que de fato transmitir informações aos cidadãos.

De acordo com Fernandes (2007), o Estado possui como um dos seus papéis promover justiça social, através da garantia de um mínimo de bens e serviços públicos considerados essenciais, reduzindo, assim, as desigualdades. Tal papel seria exercido através de políticas públicas, que consiste em uma área interdisciplinar possuindo, simultaneamente, duas dimensões: política e técnico-administrativa.

[...] pensar o campo das políticas públicas unicamente caracterizado como administrativo ou técnico, e assim livre, portanto, do aspecto ‘político’ propriamente dito [...] é uma meia verdade dado que, apesar de se tratar de uma área técnico-administrativa a esfera das políticas públicas também possui uma dimensão política uma vez que está relacionada ao processo decisório (FERNANDES, 2007, p. 1).

Dessa forma, as escolhas impostas ao Estado sobre em que área social atuar, onde atuar, por que atuar e quando atuar são condicionadas por interesses de diversos grupos sociais e materializadas através de políticas públicas (FERNANDES, 2007).

Souza (2006) define políticas públicas como:

[...] o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, ‘colocar o governo em ação’ e/ou analisar essa ação e, quando necessário, ‘propor mudanças no rumo ou curso dessas ações’, as quais após formuladas, resultam em ‘planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas’ (p. 26).

A autora pondera que, apesar de serem encontradas diferentes definições e modelos, alguns elementos principais, comuns às políticas públicas, podem ser destacados:

A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz.

A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes.

A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras.

A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados.

A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo (SOUZA, 2006, p. 36).

Os atores de uma política pública podem ser definidos como “todas as pessoas grupos ou instituições que, direta ou indiretamente participam da formulação, da implementação e dos resultados de uma política” (DI GIOVANNI, 2009, p. 23).

O Estado brasileiro tem buscado nos últimos anos estimular o envolvimento da sociedade civil e do próprio governo em prol do desenvolvimento sustentável. Assim, foram criadas políticas públicas como a Política Nacional do Meio Ambiente, a Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Política Nacional sobre Mudança do Clima, o Plano de Produção e Consumo Sustentáveis e a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). No que tange a esta última, a A3P, criada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) no ano de 2009, objetivou:

[...] estimular os gestores públicos a incorporar princípios e critérios de gestão socioambiental em suas atividades rotineiras, levando à economia de recursos naturais e à redução de gastos institucionais por meio do uso racional dos bens públicos, da gestão adequada dos resíduos, da **licitação sustentável** e da promoção da sensibilização, capacitação e qualidade de vida no ambiente de trabalho (CRESPO et. al., 2009, grifo nosso).

Nesse contexto, inserem-se as contratações públicas que passaram de uma mera função administrativa para um poderoso instrumento de política pública, são de formato complexo e dependem totalmente dos atores que a efetivam.

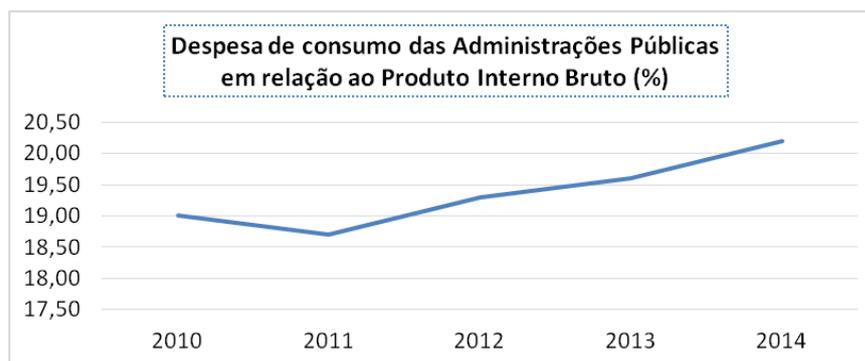
Uma das principais diferenças entre a Administração Pública e Privada é o fato de que aquela somente pode realizar seus atos quando existe o devido respaldo legal. Destaca-se, nesse cenário, a relevância das contratações públicas de obras, serviços, compras, alienações, concessões, permissões e locações, que no Brasil são regidas pela Lei nº 8.666/1993, ou Lei de Licitações e Contratos Administrativos, e consolidadas por meio de instrumento contratual, conforme disposto no Parágrafo único do seu Art. 2:

[...] considera-se contrato todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada (BRASIL, 1993).

Nesse entendimento, tomando por base a norma legal e considerando o termo “contratação” como “ato ou efeito de contratar” (DICIO, 2018), o termo contratações públicas utilizado nesse trabalho abrangerá quaisquer compras de materiais e contratação de serviços, visto que, conforme dispõe a legislação vigente, ambas situações englobarão ao fim de todo o processo licitatório, ou seja, todo processo de escolha pela administração pública de fornecedores de bens ou serviços, a celebração de um contrato administrativo.

Tais contratações, conforme demonstrado no Gráfico 1, representam parcela significativa do Produto Interno Bruto (PIB), alcançando em 2014 o patamar de 20,2% do PIB. Tomando como base aproximada que naquele ano o PIB atingiu o montante R\$ 5,5 trilhões, o percentual das despesas de consumo das Administrações Públicas revela que, ao definir a maneira como irá utilizar tais recursos, o governo tem nas mãos o poder de mobilizar toda uma cadeia de consumo e produção.

GRÁFICO 1



Fonte dos dados: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Séries Históricas e Estatísticas. Acesso em 18/03/2017.

Nas últimas décadas, a importância das contratações públicas tem crescido continuamente, associada não somente à elevação das despesas em si, mas também à complexidade que permeia tais atividades, cercadas de diretrizes formais e legais. É nesse sentido que, além de promover a proteção ao meio ambiente, contratações públicas sustentáveis possibilitam racionalizar custos, bem como alavancar e promover grupos sociais desfavorecidos (OLIVEIRA E SANTOS, 2015).

É possível afirmar que, até 2010, as contratações realizadas no âmbito do setor público tinham como base de escolha critérios preponderantemente econômicos, pois, conforme destacam Oliveira e Santos (2015), a Lei nº 12.349, divulgada naquele ano, que alterou o art. 3º da Lei nº 8.666: “modificou radicalmente o quadro jurídico e operacional das licitações públicas no Brasil, obrigando todos os entes da federação a promoverem licitações públicas sustentáveis” (p. 199). Afirmam também esses autores que tal alteração legal permitiu ultrapassar uma “perspectiva seccionada e reducionista para uma visão complexa, que busca entender a realidade numa amplitude de contorno” (p. 190). Dessa forma, ao introduzir a questão da sustentabilidade em todo o processo que envolve as contratações públicas, o governo brasileiro está afirmando seu compromisso em prol do desenvolvimento sustentável.

No entanto, este novo paradigma surgiu a partir de um contexto muito mais amplo, pois, de acordo com Veiga (2015), parte do mundo assumiu em 1987, através da ONU, que: “o desenvolvimento sustentável deveria se tornar princípio orientador central de governos e instituições privadas, organizações e empresas” (p. 09). Nesse sentido, chegou-se ao consenso de que o mundo inteiro experimentou no último século grandes avanços tecnológicos atrelados a uma política de crescimento econômico incondicional e um aumento demográfico que resultaram em importantes reflexos para o meio ambiente e para a sociedade (OLIVEIRA E SANTOS, 2015).

O modelo de desenvolvimento atual caracteriza-se pela exploração descontrolada e irresponsável dos recursos naturais, com a finalidade de alimentar um padrão de consumo irracional, que se efetiva de forma assimétrica em diferentes partes do mundo e dentro de cada nação (OLIVEIRA E SANTOS, 2015, p. 192).

Contudo, foi em 1972, a partir da realização da Conferência de Estocolmo, considerada um marco ao inserir o tema ambiental nas negociações multilaterais, que começaram a surgir os primeiros órgãos ambientais nos países, como a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente no Brasil. O termo desenvolvimento sustentável, apresentado em 1987, foi de fato consolidado somente a partir da realização da Conferência do Rio, em 1992, a qual resultou em importantes acordos de governança global, com destaque para a Agenda 21, definida como “um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica” (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2018).

Vinte anos depois, em 2012, chefes de Estado e de Governo em conjunto com representantes da sociedade civil, reuniram-se no Rio +20 onde, foi renovado o “compromisso com o desenvolvimento sustentável e com a promoção de um futuro econômico, social e ambientalmente sustentável para o nosso planeta e para as atuais e futuras gerações” (O FUTURO QUE QUEREMOS, p. 03). Na ocasião, foram reafirmados compromissos anteriormente assumidos, com a avaliação dos progressos alcançados e o reconhecimento da necessidade de enfrentamento de outros desafios existentes em prol do desenvolvimento sustentável.

Mais recentemente, no ano de 2015, 193 líderes mundiais adotaram a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, na Cúpula de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, realizada na sede da ONU em Nova Iorque. Na ocasião, foi delimitado um conjunto de dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e cento e sessenta e nove metas guiadas pelos propósitos de erradicação da pobreza, combate à desigualdade e à injustiça e o enfrentamento às mudanças climáticas, até o ano 2030.

Foram, dessa forma, estabelecidos os seguintes ODS:

1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;
3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;
4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;
6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos;
7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos;

8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos;
9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;
10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;
11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;
- 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;**
13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos;
14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;
15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade;
16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;
17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável (ONU, 2015, grifo nosso).

Tais objetivos, ousados, extremamente complexos e abrangentes revelam que:

A temática do desenvolvimento sustentável surgiu ancorada na percepção de que o homem estava interferindo de forma perniciosa nos processos naturais. Ela evoluiu do simples protecionismo e não interferência nos sistemas naturais para uma visão que contempla a inclusão social e econômica. O componente social se impõe pela urgência da melhoria da qualidade de vida; o econômico, pela necessidade de se viabilizar um novo modelo de desenvolvimento (GUIA RIO +20, p. 22).

Nesse sentido, Veiga (2015) afirma que a razão de ser da vida humana tem se estabelecido em função da expansão da produção e do consumo. Porém, o que se busca, através do discurso sobre sustentabilidade, não é frear o desenvolvimento, mas modificar suas formas, conteúdos e usos sociais, com uma orientação voltada não somente para as necessidades das pessoas, mas também para uma distribuição equitativa de renda e técnicas de produção adequadas à preservação dos recursos (SACHS, 1993). Assim, tem se estabelecido um consenso a respeito da necessidade urgente de adoção de novas práticas de produção e consumo com a finalidade de manter este planeta habitável para esta e para as próximas gerações, pois, “ou se conseguirá inventar um formato de desenvolvimento com preservação do meio ambiente, ou já não haverá meio ambiente nem desenvolvimento” (MENDES, 1993, p. 18). Portanto, seguindo uma tendência internacional, o governo brasileiro implementou diversas políticas públicas que objetivam promover o desenvolvimento sustentável.

Visando a uma melhor compreensão acerca do desenvolvimento sustentável, no Quadro 4 é apresentada uma linha do tempo que retrata em detalhes o surgimento desse discurso em nível global.

QUADRO 4

1962	Publicação do livro Primavera Silenciosa (<i>Silent Spring</i>), da escritora americana Rachel Carson, que denuncia o desaparecimento dos pássaros nos campos dos Estados Unidos, provocado pela utilização do pesticida DDT na agricultura. E geralmente reconhecido como o principal impulsionador do movimento global sobre o meio ambiente.
1971	Publicação do primeiro relatório do Clube de Roma, denominado Os Limites do Crescimento (<i>The Limits to Growth</i>). Esse relatório mostra que, mantidas a longo prazo as taxas de crescimento demográfico, a industrialização e a utilização de recursos naturais, ocorreriam efeitos catastróficos inevitáveis em meados deste século (fome, escassez de recursos naturais, altos níveis de poluição). Como consequência, haveria a redução da produção industrial e de alimentos, culminando em uma incontável mortandade da população. O trabalho propõe, assim, uma política de “crescimento zero”.
1972	Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, cujo início, no dia 5 de junho, passou a ser comemorado como o Dia Mundial do Meio Ambiente. Criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma).
1973	Publicação do segundo relatório do Clube de Roma, denominado Momento de Decisão (<i>Mankind at the Turning Point</i>), no qual se tenta corrigir as distorções incorridas no primeiro modelo. Em sua conclusão, afirma-se: “Os homens não podem mais esperar que as mudanças se produzam espontaneamente e por acaso. Cabe-lhes tomar a iniciativa das transformações necessárias, a fim de que elas permaneçam nos limites suportáveis e que não sejam impostas maciça e brutalmente, a partir do exterior”. Era proposto, na época, um plano global, a que chamaram “crescimento orgânico”.
1976	Publicação do terceiro relatório do Clube de Roma, denominado Para uma Nova Ordem Internacional (<i>Reshaping the International Order</i>), com um estudo que inclui o problema dos desequilíbrios entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos. No mesmo ano, publica-se o Modelo Latino-Americano, indicando que, se as políticas propostas fossem adotadas, toda a humanidade poderia atingir níveis de vida adequados dentro de um período um pouco maior do que uma geração.
1987	Divulgação do relatório Nosso Futuro Comum (<i>Our Common Future</i>), também conhecido como Relatório Brundtland, apresentando o conceito de desenvolvimento sustentável como sendo a única alternativa para o futuro da humanidade, evitando a incontável mortandade da população prevista nos dois primeiros modelos do Clube de Roma e as graves convulsões sociais previstas no terceiro relatório.
1992	Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro.
2000	Cúpula do Milênio, em Nova York, que lançou oficialmente os Objetivos do Milênio.
2002	Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, em Johannesburgo.
2006	Publicação do documento A Economia das Mudanças Climáticas, conhecido também como Relatório Stern, de autoria do ex-economista-chefe do Banco Mundial Nicholas Stern sob encomenda do governo da Inglaterra. O documento indica a necessidade de agir imediatamente para evitar o custo dos piores cenários futuros.
2007	O IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas) publicou o quarto relatório de avaliação sobre mudanças climáticas, mostrando o avanço das pesquisas sobre mudança do clima, que indicavam com maior nível de precisão os perigos crescentes do aquecimento global.
2009	COP15 Conferência das Partes sobre Mudança do Clima, em Copenhague, que mobilizou a atenção mundial num nível nunca antes visto para propor um caminho planetário de enfrentamento ao problema da mudança do clima.

Quadro 4: Linha do tempo acerca do surgimento da temática do Desenvolvimento Sustentável.

Fonte: Adaptado do Guia Rio + 20 (2012, p. 21-25)

A definição mais conhecida de desenvolvimento sustentável foi cunhada em 1987, pela ONU, como, conforme simplifica Veiga (2015), “a ambição de que a humanidade venha a atender às suas necessidades atuais sem comprometer a possibilidade de que as futuras gerações também possam fazê-lo” (p. 09). O autor aponta, porém, que embora discussões relativas à preservação do ambiente natural já virem sendo tratadas há centenas de anos, o termo desenvolvimento sustentável só passa a ser usado a partir daquela data, integrando a questão do crescimento econômico à capacidade de suporte do planeta. Nesse sentido:

À ética imperativa da solidariedade sincrônica com a geração atual somou-se a solidariedade diacrônica com as gerações futuras e, para alguns, o postulado ético de responsabilidade para com o futuro de todas as espécies vivas da Terra (SACHS, 2009, p. 49).

Barbieri *et al.* (2010, p. 147) chamam a atenção para o impacto do desenvolvimento sustentável no mundo empresarial que “parece ser um dos movimentos sociais mais importantes deste início de século e milênio”, com uma aceitação “sem precedentes na história recente das empresas” com uma adesão que inicialmente ocorre:

[...] de fora para dentro, como um meio de se contrapor às críticas e objeções ao papel das empresas feitas por incontáveis entidades governamentais e da sociedade civil organizada, responsabilizando-as pelos processos de degradação social e ambiental que atingiam todo o planeta (BARBIERI *et al.*, 2010, p. 147).

Assim, temos observado no mundo organizacional diversas mudanças que possuem como foco principal a questão da sustentabilidade, superando, aos poucos, o caráter de um modismo para passar a integrar de fato as políticas organizacionais.

Entretanto, em um mundo globalizado são imensos os desafios nesse sentido tendo em vista a necessidade de uma cooperação mútua entre centenas de países que possuem culturas e valores diversos. Para Giddens (1991, p. 60), “a modernidade é inerente globalizante”, sendo globalização “a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa”. E, conforme corrobora Veiga (2015), “as diferentes regiões do globo estão agora mais estreitamente ligadas do que jamais estiveram, não somente em termos de comércio e comunicações, mas também de ideias e ideais interativos” (p. 55).

Convém destacar que a ênfase no meio ambiente em debates acerca do desenvolvimento sustentável pode ser explicada, conforme Veiga (2015), pelo fato de que o desenvolvimento do próprio homem tem sua base e condição material firmada sob este, o qual se encontra seriamente ameaçado.

[...] há amplo consenso no meio científico sobre a gravidade das atuais incertezas causadas pela força relativa que alcançaram as atividades humanas nos últimos tempos. Após uma dúzia de milênios de extraordinária estabilidade ecossistêmica que tanto favoreceu o desenvolvimento humano, acumulam-se inúmeros indícios sobre o encerramento desse período de bonança (VEIGA, 2015, p. 31).

Cabe salientar também a característica coletiva do meio ambiente que necessita ser levada em consideração nas ações e decisões tomadas, pois, conforme destacam Silva e Barki (2012):

O meio ambiente, como objeto de políticas públicas, apresenta um conjunto peculiar de características, que se diferenciam de outras áreas das políticas públicas. Assim, a política ambiental, em regra, atua sobre problemas que envolvem bens comuns, o que implica gerenciar problemas relevantes de ação coletiva. Os benefícios gerados pelo uso de um bem público muitas vezes estão concentrados nas mãos de produtores, enquanto os custos são espalhados amplamente e, muitas vezes, não são internalizados (p. 159).

O ODS 12, Assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis, contempla como sua meta 12.7, promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais (ONU, 2015), reafirmando compromissos assumidos anteriormente na Cúpula da Terra em 1992 – evento que originou a Agenda 21, a qual já apontava a relevância das contratações para o desenvolvimento sustentável. Apesar disso, em estudo realizado no ano de 2008, Biderman *et al.* reconhecem como sendo raras as licitações que:

[...] melhorem a eficiência do uso de produtos e recursos, que reduzam o impacto sobre o meio ambiente, que promovam a igualdade social e a redução da pobreza, que estimulem novos mercados e recompensem a inovação tecnológica (BIDERMAN *et al.*, 2008, p. 13).

As contratações públicas, assim, têm se apresentado como “uma oportunidade pouco explorada como instrumento de promoção do desenvolvimento sustentável” (BIDERMAN *et al.*, 2008, p. 14) apesar do reconhecimento da importância do seu papel nesse processo. Nesse sentido, Silva e Barki (2012) esclarecem que:

As contratações públicas sustentáveis podem ser consideradas instrumentos econômicos que incentivam o setor produtivo a investir em meio ambiente e são alternativas cada vez mais presentes e necessárias para mitigar o impasse entre desenvolvimento e meio ambiente, presente na relação entre os diversos atores envolvidos com as políticas ambientais. Elas são relevantes no sentido de incentivar a criação de um padrão de produção sustentável e de uma nova economia, a chamada ‘economia verde’ (p. 160).

Convém destacar que sustentabilidade não é sinônimo de desenvolvimento sustentável, mas uma ideia que exprime valores e também uma ideologia, sendo esta nos termos de Renato Ortiz (1994) o “produto de uma história social” (p. 135) resultado de “uma concepção de mundo orgânica da sociedade como um todo (ou visando à totalidade) e como tal age como elemento de cimentação da diferenciação social” (p. 136) ou, como resume Velho (1973), ideologia são “representações do universo” (p. 66). Desenvolvimento sustentável, por outro lado, se trata de um modelo de desenvolvimento, de caráter normativo e politicamente construído. Já sustentabilidade, como um processo, age como descritor amplo para diferentes agendas, atitudes, posicionamentos, não possuindo fim, mas é cíclica e se reinventa a cada momento.

Veiga (2015) afirma que o sentido essencial da sustentabilidade seria o “de responsabilidade por oportunidades e limites que condicionarão as vidas das próximas gerações da espécie humana” (p. 41). Nesse sentido, o autor destaca também que:

Sustentabilidade é o único valor a dar atenção às futuras gerações. Isto é, a evocar a responsabilidade contemporânea pelas oportunidades, leque de escolhas, e direitos que nossos trinetos e seus descendentes terão alguma chance de usufruir (p. 40).

Velho (1994) ressalta que, em virtude da heterogeneidade e complexidade da sociedade contemporânea, observa-se nesta “a existência e a percepção de diferentes visões de mundo e estilos de vida” (p. 97), apresentando aos atores sociais um campo de possibilidades de alternativas para interpretação da realidade. Contudo, da mesma forma, podem ser encontrados grupos sociais que compartilham crenças e valores em uma definição comum de realidade, apresentando, dessa forma, uma homogeneidade em um contexto de unidade e diferenciação, consistindo em um quadro de consistência cultural. Portanto, o comportamento de cada ator social é fundamentado em valores e crenças individuais que são gerados na rede de relações estabelecidas ao longo de sua vida social, como, por exemplo, no seio familiar, em círculos de amizade e, inclusive, no ambiente de trabalho. Assim, as categorias de compreensão da realidade não são as mesmas para todos os atores que compõe uma sociedade, não há uma mesma cultura que guie essa realidade (VELHO, 1994).

Percebe-se, assim, que “sustentabilidade” apresenta-se como uma categoria de pensamento, e, como tal, permeada de subjetividade, podendo ser interpretada de maneira variável entre os sujeitos. Assim, a realidade subjetiva, diferente da realidade objetiva, trata-se da “realidade tal como é apreendida na consciência individual e não tal como é institucionalmente definida” (BERGER; LUCKMANN, 2013, p. 189).

Os ideais do desenvolvimento sustentável têm forçado a existência de uma governança global, que pode ser concebida como: “a maneira pela qual o mundo se articula graças a cooperação” (VEIGA, 2015, p. 35). E foi nesse sentido que, seguindo uma tendência já adotada em diversos países do mundo, o governo brasileiro optou por modificar o seu procedimento licitatório, o qual era guiado preponderantemente por princípios econômicos. Assim, a partir de 2010, a determinação legal passou a ser que as contratações públicas devem buscar também a promoção do desenvolvimento nacional sustentável (BRASIL, 2010). Dessa forma, através da remodelação da norma jurídica, o governo optou por utilizar seu vultoso poder de compra no estímulo à produção e consumo de produtos e serviços sustentáveis.

O Decreto 7.746 de 05 de junho de 2012 estabeleceu algumas das diretrizes de sustentabilidade aplicadas às contratações públicas:

- I - menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- II - preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- III - maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- IV - maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- V - maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- VI - uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- VII - origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras (BRASIL, 2012).

Dessa forma, “as compras também podem ser vistas como um instrumento de política pública, por conter funções de ordem econômica e social” (OLIVEIRA E SANTOS, 2015, p. 194). Para Biderman *et al.* (2008, p. 21), a licitação sustentável pode ser compreendida como “uma solução para integrar considerações ambientais e sociais em todos os estágios do processo da compra e contratação dos agentes públicos (de governo) com o objetivo de reduzir impactos à saúde humana, ao meio ambiente e aos direitos humanos”.

A exigência de aplicação de critérios de sustentabilidade nas contratações governamentais “insere o setor público no centro do debate do desenvolvimento sustentável e no papel de estimular uma readequação do mercado no que diz respeito aos serviços públicos” (TEIXEIRA E AZEVEDO, 2013, p.141). Por outro lado, a inserção da categoria sustentabilidade nas contratações públicas “implica em uma mudança de paradigma que exige

rupturas com valorações do passado incompatíveis com padrões sociais, econômicos e ambientais atuais e futuros mais duráveis” (TEIXEIRA E AZEVEDO, 2013, p.141).

Mostra-se evidente, assim, a importância das contratações governamentais no cenário nacional e sua capacidade de influenciar diversos setores da sociedade. Pois, considerando o setor público como um grande consumidor de bens e serviços, uma vez que as empresas que participam de processos licitatórios são incentivadas a adotar processos ecologicamente apropriados em seus produtos e serviços, com estes se tornando cada vez mais comuns no mercado, tem-se incentivado, dessa maneira, práticas econômicas, ambientais e socialmente sustentáveis (BIRDEMAN *et al.*, 2008). Nessa compreensão:

Se a maioria dos compradores públicos optar por produtos mais sustentáveis, uma demanda maior estimulará uma oferta maior, que conduzirá por sua vez a um preço mais baixo. Aquisições públicas podem ajudar a criar um grande mercado para negócios sustentáveis (BIDERMAN *et. al.*, p. 25).

Coelho (2014) exemplifica como as compras governamentais podem alcançar o viés da sustentabilidade em suas diversas formas de contratações. Em processos de aquisições de materiais a preferência de contratação deve recair, por exemplo, sobre equipamentos que “produzam menos resíduos, apresentem menor demanda de energia e reduzida pegada de carbono; e por insumos sustentáveis, *exempli gratia*, cartuchos de tinta de alto rendimento e papéis reciclados” (p. 98). Na terceirização de serviços de limpeza, muito comum na maioria das instituições públicas, deve-se atentar para que “os produtos e materiais empregados no limpamento, higienização e coleta de resíduos e lixo devem ser ecologicamente produzidos e certificados ambientalmente” (p. 98). Já nos casos de locação, construção e reformas deve ser voltar a atenção para:

[...] métodos de iluminação solar, ventilação natural, descarte correto de resíduos com vistas à reciclagem, utilização de energia e água de forma responsável, valendo-se, dentre outras tecnologias, de detector de presença como acionador de lâmpadas e de torneiras econômicas, para o controle de consumo (COELHO, 2014, p. 98).

Todavia, a compreensão de contratações sustentáveis vai além da compra de materiais ou contratação de serviços que possuam menores impactos ambientais. Conforme esclarece Hegenberg (2013), tais contratações “implicam considerar aspectos econômicos, sociais e ambientais tanto dos produtos quanto dos serviços ou obras a serem contratados, devendo levar em consideração critérios envolvendo todas as fases da aquisição” (p. 41).

É nesse contexto que, tendo em vista o impacto que as contratações públicas exercem na iniciativa privada: “o edital de licitação se transforma numa ferramenta importante e eficiente de promoção do desenvolvimento sustentável na esfera pública” (BIDERMAN *et al.*, 2008, p. 11). Assim, contratações públicas sustentáveis configuram um importante instrumento de promoção de práticas que protejam o meio ambiente, por meio do incentivo à produção de bens e serviços sustentáveis.

Hegenberg (2013) destaca o papel peculiar das universidades públicas na formação social do indivíduo, defendendo que estas “devem assumir posição dianteira na propagação de iniciativas que promovam padrões de consumo e produção mais sustentáveis e sirvam de espelho para a sociedade” (p.19).

A Controladoria Geral da União (CGU), órgão de controle que exerce papel importante no âmbito das instituições públicas, em seu Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, reconheceu e institucionalizou que a preservação do meio ambiente é “obrigação constitucional, dever ético (...) inserindo-se entre as atividades profissionais de

todos os membros da instituição” (BRASIL, 2016, p. 05). Conforme o referido Guia, “a consideração de critérios sustentáveis nas licitações deve ser a regra e a não inclusão é exceção que necessita inclusive ser justificada pelo gestor” (p. 08).

Infere-se assim que, porquanto os organismos de controle apoiam práticas de contratações sustentáveis, oferecem segurança jurídica aos órgãos públicos para a inserção de critérios socioambientais em processos licitatórios. Nesse aspecto, Hegenberg (2013) destaca em seu estudo a existência de uma preocupação por parte dos gestores públicos no atendimento às exigências e normas oriundas dos órgãos de controle no que tange à adoção de práticas efetivas de contratações sustentáveis. Dessa forma, priorizar a aquisição de materiais e contratação de serviços sustentáveis passou de um ato discricionário para uma imposição normativa consolidada para os atores institucionais.

Nota-se que o caminho traçado em prol do desenvolvimento sustentável é altamente complexo, repleto de desafios e sujeito a incertezas tecnológicas, políticas, econômicas e culturais. Neste empreendimento, são diversos os atores envolvidos tais como governos, instituições privadas, organismos nacionais e internacionais e da sociedade civil. Dessa forma, através dos objetivos propostos em prol do desenvolvimento sustentável, traduzidos para o setor público através de políticas públicas e normas legais, a categoria sustentabilidade atingiu diretamente o trabalho dos diversos atores institucionais, promovendo em seu discurso ideais como a preservação do meio ambiente, uso racional dos recursos naturais, reciclagem, economicidade, etc. Portanto, essa categoria passou a influenciar consideravelmente o dia a dia de trabalho de muitos servidores públicos.

Nesse contexto, é primordial destacar o papel dos atores institucionais que atuam com contratações públicas, sendo o desempenho destes um fator fundamental na implementação efetiva da política de contratações sustentáveis, pois frequentemente considera-se que: “apesar da disponibilidade de novas soluções, é falha a ação dos atores relevantes para transformar objetivos em ações concretas” (BIDERMAN *et al.*, 2008, p. 18). Portanto, tem sido atribuído a tais atores parte da responsabilidade pela não implementação efetiva de aquisições e contratações sustentáveis no setor público.

Considera-se, nesse estudo, que os valores e ideologias das pessoas que atuam em contratações públicas são primordiais para a efetiva aplicação das políticas de desenvolvimento sustentável. Lotta (2012) aponta em sua pesquisa a respeito dos burocratas implementadores de nível de rua (funcionários que trabalham diretamente no contato com os usuários dos serviços públicos) e os fatores que influenciam sua ação, que nos estudos que abrangem políticas públicas é imprescindível discutir não somente aquilo que “deu errado” no processo de implementação mas deverá estar claro que:

[...] o papel e influência dos burocratas no processo de implementação é central para compreendermos como, de fato, as ações são colocadas em prática e quais são os fatores que influenciam na mudança de rumos e nos resultados das políticas públicas (LOTTA, 2012, p. 01).

A sociedade, porém, faz uso de vários meios de controle social para “enquadrar” seus membros recalcitrantes” que “variam muitíssimo de uma situação social para outra” (BERGER; LUCKMANN, 1980, p. 81). Assim, tais meios podem ser baseados, por exemplo, no controle pela violência ou através de sistemas como o econômico, político e legal, moralidade, costumes, convenções, família, e também no papel ocupacional. No que se refere a este último, Berger e Luckmann (1980) esclarecem que:

O controle social do sistema ocupacional é da maior importância porque é o emprego que decide o que uma pessoa pode fazer na maior parte de sua vida

– de quais associações ela poderá tornar-se membro, quem serão seus amigos e onde ela poderá morar (p. 89).

Assim, Di Giovanni (2009) afirma que a análise da estrutura formal de uma política pública, considerando tão somente sua teoria, prática e objetivos, não esgota o conjunto de componentes envolvidos na intervenção. Como aponta o autor, sendo políticas públicas atividades sociais, torna-se imprescindível também a avaliação de seus aspectos sociais e políticos, ou seja, seus atores, interesses e regras.

Nesse entendimento, conforme Berger e Luckmann (1980), a sociedade pode ser definida como um grande sistema de interação social com relações complexas a serem analisadas. Assim, “a trama de significados, expectativas e conduta que resulta dessa orientação mútua constitui o material de análise sociológica” (BERGER; LUCKMANN, 1980, p. 37). Dessa forma, esse trabalho parte do pressuposto de que no âmbito do contexto institucional da UFRRJ pode existir uma variedade de fatores sociais que permeiam a efetivação da política de contratações sustentáveis.

A compreensão de que “os fatos humanos possuem diferentes níveis de significado” (BERGER; LUCKMANN, 1980, p. 39) é importante para análise do comportamento dos atores que fazem parte de um sistema social, pois, em um contexto histórico, muitas ações humanas obtiveram resultado diferente do que era esperado. Assim, é importante distinguir as funções manifestas dos atores sociais – ou seja, aquelas que são conscientes e deliberadas – daquelas inconscientes e involuntárias – ou seja, as funções latentes das ações humanas (BERGER; LUCKMANN, 1980).

Portanto, deve-se ter a consciência de que tudo é relativo. A dinâmica da sociedade e os processos sociais se modificam em uma velocidade sem precedentes. Nesse contexto, as pessoas tomam cada vez mais consciência de si e de sua existência e alternam suas vidas conforme aderem a um ou outro sistema de significados (BERGER; LUCKMANN, 1980).

Em relação à influência institucional nos resultados de uma determinada política pública, a partir de suas regras formais e informais, Souza (2006) esclarece que:

[...] as instituições tornam o curso de certas políticas mais fáceis do que outras. Ademais, as instituições e suas regras redefinem as alternativas políticas e mudam a posição relativa dos atores (p. 39).

Para Oliveira (2012), o fato de os burocratas de nível de rua se verem frequentemente frente a regras e procedimentos formais vagos e poucos esclarecedores, resulta com que estes atores executem suas ações de maneira discricionária, indo além da decisão de aplicar ou não determinado programa. Assim, esses sujeitos “desfrutam de ampla autonomia na decisão sobre quem serão os beneficiados e os punidos pelo governo, ou seja, eles não apenas executam as políticas públicas (*policies*), eles fazem também a política (*politics*) (OLIVEIRA, 2012, p. 1554).

Dessa forma, pressupõe-se que os atores institucionais da Rural possuem interesses e lógicas próprios, gerados a partir da rede de significados estabelecida socialmente que ampara o entendimento desses em relação à política de contratações públicas, assim como os usos que fazem da categoria sustentabilidade. Portanto, é necessário compreender até que ponto esses atores aderem à ideia emergente de sustentabilidade ou se há certo sincretismo, ou, ainda, devemos considerar a existência de possível indiferença e distanciamento, ou até mesmo um ceticismo na configuração dos valores estabelecidos pelos mesmos em seus respectivos campos de possibilidades (VELHO, 1994).

3.2 Estado da Arte sobre contratações sustentáveis no Brasil

Objetivando identificar quais aspectos vêm sendo destacados em estudos que abrangeram a temática sobre contratações públicas sustentáveis, foi realizada pesquisa bibliográfica, onde foi possível identificar alguns problemas e questões que dominam este campo de estudos. Os resultados encontrados são apresentados no Quadro 5 e citados ao longo deste trabalho. Cabe esclarecer que o levantamento realizado não esgota as pesquisas sobre o tema, possuindo como objetivo primordial demonstrar como esse assunto vem sendo abordado no meio acadêmico e a quais conclusões se tem chegado.

QUADRO 5

Ano	Autor (s)	Objetivo do estudo
2010	FROSSARD; CÂMARA	Analisar as possibilidades de ampliação da noção de compras governamentais para além da dimensão instrumental tradicionalmente adotada.
2011	BORGES	Diagnosticar a aplicação da IN nº 01/2012 no âmbito da Universidade Federal do Paraná.
2011	ROSSATO	Identificar a percepção dos atores envolvidos nas comissões de licitação em relação à inserção de critérios de sustentabilidade ambiental nos procedimentos de compra.
2012	SILVA; BARKI	Apresentar um estudo de caso referente à experiência da compra compartilhada de itens de materiais de expediente ambientalmente corretos.
2013	HEGENBERG	Analisar a implementação das compras públicas sustentáveis nas universidades federais brasileiras.
2013	TEIXEIRA; AZEVEDO	Analisar a IN nº 01/2010 e suas implicações práticas, como novo instrumento de política pública o qual determina condições para viabilizar a agenda ambiental da gestão pública emanadas do MPOG.
2014	COELHO	Identificar a prática da sustentabilidade e responsabilidade ambiental nas contratações realizadas em órgãos públicos do Estado de Minas Gerais.
2014	CARVALHO	Licitações sustentáveis: um estudo sobre a aplicação do Decreto nº 7.746/2012 na contratação de serviços pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES.
2015	BIAGE; CALADO	Analisar os benefícios e resultados das compras e contratações públicas sustentáveis pelos órgãos do governo federal do Brasil, no período compreendido entre 2010 a 2013.
2015	OLIVEIRA; SANTOS	Compreender como o Estado tem contribuído para o desenvolvimento sustentável a partir do seu poder de compra ao se comparar práticas e regulamentações no estado de São Paulo e os da região Sul.
2016	COUTO; RIBEIRO	Investigar como os especialistas compreendem, validam e refutam os objetivos já estabelecidos para a política pública de compras públicas sustentáveis no Brasil e quais são as barreiras que impedem seu avanço numa avaliação <i>in itinere</i> (durante a implementação da política).

Quadro 5: Estado da Arte sobre contratações sustentáveis no Brasil.
Elaboração: Própria.

Preliminarmente, destaca-se a interdisciplinaridade do tema em questão que pode ser constatada através da observação das diferentes óticas sob as quais o assunto vem sendo abordado, mais recorrentemente com análises centradas no instrumento legal ou na maneira pela qual os procedimentos foram implementados (FROSSARD; CAMARA, 2010; BORGES, 2011; SILVA; BARKI, 2012; HEGENBERG, 2013; TEIXEIRA; AZEVEDO,

2013, COELHO, 2014; BIAGE; CALADO, 2015; OLIVEIRA; SANTOS, 2015). Por outro lado, percebe-se um pequeno número de pesquisas centradas nos atores responsáveis pela realização de tais contratações (ROSSATO, 2011; COUTO; RIBEIRO, 2016).

À administração pública tem sido atribuído o título de “consumidor nº 1” do país que, como qualquer outra organização consome produtos, serviços e obras, essenciais para a manutenção do funcionamento de sua estrutura. Tal título, porém, se deve em virtude do volume de recursos movimentados em tais contratações, o qual gira em torno de 20% do PIB, evidenciando o expressivo poder de compra do governo. Dessa forma:

Entende-se que tal volume de gasto tem potencial de causar grande impacto sócio-econômico e, portanto, consubstancia-se em relevante instrumento de ação governamental, por meio do que se denomina poder de compra da administração pública (FROSSARD; CÂMARA, 2010, p. 02).

Nos últimos anos, as contratações governamentais adquiriram uma nova perspectiva, passando de uma função administrativa para um instrumento de política pública, especialmente a partir de 2010 quando assumiu como uma de suas finalidades a promoção do desenvolvimento nacional sustentável. Nesse sentido, Frossard e Câmara (2010, p. 8) identificaram algumas características das contratações públicas sustentáveis:

[...] suprir à administração dos bens necessários à execução das políticas públicas e ao seu funcionamento; apoiar ou estimular grupos ou segmentos da sociedade considerados vulneráveis ou estratégicos para a economia nacional; servir como instrumento de geração de emprego e renda e desenvolvimento local; induzir inovações; diminuir as assimetrias existentes entre segmentos hipossuficientes, entre outras.

Borges (2011) identificou em seu estudo na Universidade Federal do Paraná, realizado no primeiro ano que trouxe a promoção do desenvolvimento nacional sustentável como um dos princípios norteadores do processo de contratações públicas que, apesar do conhecimento da existência das normas legais, verifica-se uma insegurança por parte dos atores envolvidos em aceitar este novo paradigma. Segundo o autor, tal situação pode estar indicando uma dificuldade prática de aplicação das regras ou até mesmo certo receio por parte dos atores envolvidos em prejudicar o processo licitatório, que se deveria em decorrência da iminência de uma possível ausência de competidores em virtude das especificidades das contratações sustentáveis, repercutindo, dessa forma, em transtornos ao funcionamento da instituição.

Conforme Oliveira e Santos (2015), a partir das políticas de contratações sustentáveis, o poder público tem buscado uma alteração de paradigma no sentido de que critérios de promoção social e preservação ambiental, antes desprezados, sejam a partir de então efetivamente considerados em tais processos.

[...] além do suprimento dos bens e serviços necessários à execução das políticas públicas e ao funcionamento regular do Estado, a expansão dos critérios tradicionais das compras públicas, incorporando elementos de impacto social e cuidado com o meio ambiente, parece ser pertinente e legítima ao potencializar as ações dos governos fundamentadas na inclusão social e na preservação ambiental (OLIVEIRA; SANTOS, 2015, p. 194).

Rossato (2011) destaca a importância do comprometimento das instituições e também dos servidores públicos diante do estabelecimento de uma nova cultura para as contratações públicas, voltada esta para o desenvolvimento sustentável. A autora reconhece que o “processo de aquisição sustentável, que requer, além de boa vontade, conhecimento,

informação, apoio legal e incentivos” (ROSSATO, 2011, p. 45), depara-se com muitos obstáculos em seu caminho. Nesse estudo inédito realizado em três Universidades Federais da Região Sul do país, um ano após a implementação da Instrução Normativa nº 01/2010, que define e estabelece critérios de sustentabilidade ambiental a serem adotadas nas contratações públicas, foram identificadas algumas dificuldades para inserção de critérios ambientais no processo de compra, conforme Quadro 6.

Cabe destacar, conforme afirma Motta (2001), que toda organização “apresenta uma cultura e um clima organizacionais que dizem respeito aos valores dominantes e às formas pelas quais esses valores se manifestam” (p. 22). Infere-se, assim, que considerar a variabilidade cultural no sistema organizacional é primordial em estudos dessa natureza, considerando a influência da cultura sobre o comportamento dos atores institucionais.

A cultura representa valores, ritos, mitos e modelos de comportamento que visam a orientação e o controle dos comportamentos individuais das pessoas, fornecendo um sentido comum voltado para a convergência de objetivos na organização (MOTTA, 2001, p.40).

QUADRO 6

Dificuldades para inserção de critérios ambientais no processo de compra
Aspectos culturais
Resistência por parte dos fornecedores
Resistência interna (pessoal de compras ou Administração da Instituição)
Aumento da carga de trabalho
Necessidade de contratação de mais pessoas em função do aumento da carga de trabalho
Falta de conhecimento
Restringir o processo de licitação
Aumento de preços

Quadro 6 – Principais dificuldades para a inserção de critérios ambientais no processo de compra das Universidades.

Fonte: ROSSATO, 2011, p. 99.

Hegenberg (2013, p. 19), em seu estudo abrangente sobre a implementação das compras sustentáveis no âmbito das universidades federais brasileiras, destacou a relevância do incentivo à promoção de práticas de produção e consumo sustentáveis no âmbito das universidades federais, pois estas “desempenham papel fundamental na formação social e profissional dos indivíduos, podendo influenciar significativamente os aspectos relacionados à cultura, ética e cidadania”. A autora reforça, ainda, o potencial multiplicador de tais instituições na condição de “empregador e consumidor em larga escala” (p. 19).

Nesse estudo, a autora identificou também uma tendência em avaliar os fatores organizacionais internos “como aqueles que mais facilitam a implementação das compras sustentáveis” (HEGENBERG, 2013: 206), concluindo que um dos fatores facilitadores para tal seria o “compromisso individual dos envolvidos no processo de compras” (p. 220) e, por outro lado, um dos fatores que dificultariam este processo seria a cultura organizacional.

Nesse sentido, Teixeira e Azevedo (2013) identificaram a existência do que denominaram de receios e resistência por parte dos atores que gerenciam processos de contratações sustentáveis. Os autores salientam que, pelo fato de tais contratações terem de fato implicado, em um primeiro momento, uma elevação nos custos incorridos, há uma pressão exercida nos atores institucionais no sentido da busca de uma redução dos custos dos projetos de contratações. E é nesse contexto que ponderam Oliveira e Santos (2015, p. 196):

[...] atender aos critérios socioambientais pode implicar, em certos casos, custos adicionais, tal fato nem sempre é facilmente acolhido dentro da lógica dominante, calcada no imediatismo e na percepção desarticulada entre as partes.

Similarmente, Couto e Ribeiro (2016) identificaram a resistência cultural como uma barreira às questões ligadas à efetividade da política de compras sustentáveis. Os especialistas consultados no estudo perceberam as compras públicas sustentáveis somente em seus aspectos ambientais e também destacaram o que foi denominado de “falta de interesse” por parte dos atores institucionais para a correta utilização das compras públicas sustentáveis.

Teixeira e Azevedo (2003, p. 141) esclarecem que as contratações públicas sustentáveis implicam em “uma mudança de paradigma que exige rupturas com valorações do passado incompatíveis com padrões sociais, econômicos e ambientais atuais e futuros mais duráveis”.

Silva e Barki (2012) relataram em seu trabalho a primeira experiência de compras compartilhadas de itens sustentáveis da administração pública federal, realizada no Estado do Rio de Janeiro, em conjunto com diversos órgãos federais. Em tal análise, os autores destacaram a “insipiência dos mercados fornecedores de bens e produtos sustentáveis, acarretando competitividade mais reduzida e preços elevados” (p. 158), evidenciando, dessa forma, o grande desafio imposto aos atores institucionais que atuam na efetivação de contratação sustentáveis no sentido de encontrar materiais e serviços com tal característica e a um preço acessível. Os resultados desta pesquisa confirmaram também que faz sentido o receio por parte dos atores institucionais mencionados por Borges (2011) de se depararem com uma ausência de candidatos a fornecedores de bens e serviços para a instituição, quando em um processo licitatório de contratações sustentáveis. Afora isso, as compras compartilhadas se mostraram uma alternativa inovadora e eficaz nas contratações sustentáveis, refletindo em ganhos econômicos substanciais, em virtude da economia de escala alcançada, onde reduziram-se consideravelmente os preços de aquisição dos produtos (SILVA; BARKI, 2012). Cabe destacar que a experiência inovadora relatada em Silva e Barki (2012) resultou na inclusão dos primeiros produtos sustentáveis de materiais de expediente administrativos no âmbito do sistema informatizado de compras do governo federal.

Oliveira e Santos (2015) concluíram que ainda é incipiente a contribuição do Estado para o desenvolvimento sustentável associado às compras públicas, constatando uma baixa aderência a tais políticas. Foi salientado que a questão social é a mais negligenciada nas contratações públicas, pois tem havido uma tendência destas “a se restringir a critérios estritamente ambientais, o que limita enormemente o potencial de inclusão social das políticas de compras públicas” (OLIVEIRA; SANTOS, 2015, p. 2015). Outro ponto levantado por esses autores é a questão de que novas regras no processo licitatório poderiam resultar na limitação da participação de organizações que já contratam com o setor público. Nesse contexto, alertam para a:

[...] pressão de setores específicos da sociedade em impedirem critérios que possam beneficiar, por exemplo, cooperativas populares ou empreendimentos de economia solidária, pois esses critérios limitariam a participação de empresas tradicionalmente fornecedoras públicas, as quais não aceitam perder esse espaço (OLIVEIRA; SANTOS, 2015, p. 200).

Coelho (2014) identificou em seu estudo 426 órgãos públicos do Estado de Minas Gerais onde, apesar do aparato legal consolidado sobre contratações sustentáveis, bem como uma evolução da consciência e luta pela preservação do meio ambiente no âmbito da administração pública, ainda não há uma prática efetiva da adoção de critérios ambientais nas

licitações. Assim, 69% dos atores institucionais entrevistados afirmaram que não utilizam nenhum critério ambiental em suas licitações. Dessa forma, a compreensão do autor foi a de que não há uma predominância de consciência ecológica por parte da autoridade administrativa, “traduzida no entusiasmo e respeito (**a falta de**) pelas questões ambientais” (COELHO, 2014, p. 131, grifo nosso).

Biage e Calado (2015) também identificaram uma quantidade inexpressiva de processos de contratações sustentáveis realizadas no período compreendido entre janeiro de 2010 e outubro de 2013, por 735 unidades de órgãos governamentais. Os resultados demonstraram que, quando comparado ao montante geral dispendido, as contratações sustentáveis atingiram os patamares de 0,02% em 2010, 0,03% em 2011, atingindo 0,06% em 2012 e 2013.

O estudo realizado por Carvalho (2014) constatou pouca utilização de critérios de sustentabilidade nas contratações de serviços realizadas pela Prefeitura Universitária da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Esse autor identificou também uma insuficiência de ações de capacitação e treinamento, bem como uma falta de conhecimento do tema contratações sustentáveis por parte dos atores envolvidos nas licitações dessa Instituição, destacando que “a adoção de práticas sustentáveis nas licitações depende antecipadamente do conhecimento das normas que norteiam tais procedimentos” (CARVALHO, 2014, p. 102).

Dessa forma, percebe-se que a questão da sustentabilidade nas contratações públicas engloba aspectos multidisciplinares, não se tratando somente de uma alteração de procedimentos legais e formais. Nesse sentido, surge a necessidade de uma melhor compreensão dos valores simbólicos atribuídos aos ideais do desenvolvimento sustentável, os quais são construídos e percebidos dentro de uma lógica social.

3.3 As concepções de cultura e suas implicações no discurso sobre desenvolvimento sustentável e sustentabilidade

Santos (2010) afirma que até mesmo a maneira pela qual os homens e mulheres classificam a natureza faz parte de uma lógica cultural. E Sahlins (2004) nos ensina que as intenções humanas são reflexos de um esquema de significação relativo e contextual, motivadas no interior de uma determinada ordem cultural. As ações humanas são, nesse sentido, culturalmente determinadas, refletindo-se em percepções individuais dentro de uma concepção social (SAHLINS, 2004).

Nos termos de Geertz (2008), considerando o pensamento humano como uma atividade essencialmente social, as formas como percebemos a nós mesmos, aos outros e absolutamente tudo que nos rodeia, são produtos de uma construção social. Dessa forma, os indivíduos e grupos de indivíduos, por meio de suas experiências, percebem, sentem, raciocinam, julgam e agem orientados por símbolos constituídos culturalmente.

Laraia (2009) esclarece que era bastante comum relacionar os comportamentos culturais humanos de acordo com características genéticas ou em decorrência de seu local de nascimento, os denominados determinismos biológico e geográfico. Entretanto, diversas pesquisas antropológicas negaram tais teorias, chegando ao entendimento de que cultura é algo apreendido pelos homens de acordo com a sociedade em que vivem. Nessa compreensão, a cultura evolui de maneira multilinear (LARAIA, 2009), possuindo variações de acordo com o desenvolvimento da própria sociedade onde encontra-se inserida.

Na sociedade contemporânea, os sistemas econômico e social possuem uma relação intrínseca, sendo um influenciado pelo outro constantemente. Nesse contexto, o advento do mercado auto-regulativo desenvolveu uma concepção utilitarista de cultura que, de acordo com Sahlins (2004), traduziu-se na ideia de que através de escolhas racionais o homem

precipita o bem estar da nação e suas formas sociais. As pessoas são vistas, assim, “como seres do tipo negociantes, empenhados em maximizar os benefícios da vida e minimizar seus custos” (SAHLINS, 2004, p. 302). A cultura foi, nesta visão, concebida como *sui generis* e, de acordo com Sahlins (2004, p. 303), “constituída por (e como) um cálculo econômico sistemático por parte de indivíduos autônomos”. Assim, os sujeitos seriam guiados somente por suas escolhas racionais em uma lógica de maximização da utilidade. Tal análise, estritamente econômica, acaba deixando às margens aspectos fundamentais que permeiam nossa vida em sociedade, mas que, porém, não é resultado de operações monetárias em uma busca por utilidades, prazeres ou satisfações (SAHLINS, 2004). Dessa forma, o valor simbólico sobre os quais os indivíduos direcionam suas ações deixa de ser considerado.

A vida burguesa transforma a cultura no a priori oculto de um cálculo da ação pragmática. A ordem simbólica é incluída em hierarquias de meios e fins, como motivações e interesses localizados no sujeito e realizados por um processo de escolha racional que também lhe é natural. Assim, a cultura torna-se um pressuposto e, continuamos desconhecedores de outras lógicas inscritas em nossas intenções (SAHLINS, 2004, p. 303).

Por outro lado, em oposição à sua visão utilitarista, a cultura foi compreendida como um Ser Superorgânico, autônomo em relação ao ser humano, a qual seria responsável por guiar os homens e mulheres em todas as suas ações (SAHLINS, 2004). Entretanto, a observação comprova que em diversas situações sociais as pessoas agem sem necessariamente a existência de uma razão para tal. Nesse sentido: “qualquer intenção considerada pode corresponder a um conjunto indefinido de práticas culturais e vice-versa, uma vez que a intenção se liga à convenção por um esquema de significação relativo e contextual” (SAHLINS, 2004, p. 305).

Na concepção de Geertz (2008), cultura pode ser definida como "teias de significado" que o próprio homem teceu, as quais devem ser analisadas interpretativamente em busca de seu sentido. Segundo o autor, a cultura apresenta-se em uma hierarquia estratificada de símbolos significantes inseridos em estruturas superpostas de inferências e explicações, onde sua análise consiste em “escolher entre as estruturas de significação [...] e determinar sua base social e sua importância” (GEERTZ, 2008, p. 7). Nessa compreensão, os propósitos humanos são guiados com base em entendimentos prévios e normas baseadas na experiência recíproca, motivadas no interior da ordem cultural.

Para Sahlins (2004), toda e qualquer ação individual é culturalmente determinada. Nesse sentido:

Nada é socialmente sabido ou comunicado, exceto na medida em que é englobado pela ordem cultural existente (...). A percepção é, instantaneamente um *re*-conhecimento, uma equiparação do percepto com alguma categoria social convencional (SAHLINS, 2004, p. 306).

Sahlins (2004) afirma também que uma compreensão cultural perpassa pela necessidade do conhecimento da estrutura social onde está inserida, em um sistema de reciprocidade. Corroborando, segundo Geertz (2008), em uma análise cultural é importante buscar a compreensão das formas institucionais e sistemas de ideias nas quais se insere, bem como a relação traçadas entre estes. Entretanto, no estudo da cultura, o fundamental seria a observação do comportamento humano, “pois é através do fluxo do comportamento – ou mais precisamente, da ação social – que as formas culturais encontram articulação” (GEERTZ, 2008, p. 12).

A experiência humana — a vivência real através dos acontecimentos — não é mera sensação: partindo da percepção mais imediata até o julgamento mais mediado, ela é uma sensação significativa — uma sensação interpretada, uma sensação apreendida. (...) para os seres humanos toda a experiência é construída, e as formas simbólicas nos termos das quais ela é constituída determinam sua textura intrínseca (GEERTZ, 2008, p. 179).

É importante destacar nesse contexto que, diferente das ciências naturais que buscam a explicação de fenômenos, no estudo das culturas humanas o objetivo é a interpretação destes. Nesse sentido, um dos principais problemas na análise cultural é procurarmos uma lógica para todas as ações humanas. Assim:

Não se pode percorrer as formas simbólicas como uma espécie de material de análise cultural para descobrir seu conteúdo harmônico, sua taxa de estabilidade ou seu índice de incongruência. Podemos apenas olhar e ver se as formas em questão de fato coexistem, mudam ou interferem umas nas outras de alguma maneira (...). A razão para isso é que o significado não é intrínseco nos objetos, atos, processos e assim por diante que o possuem, mas (...) lhes é imposto (GEERTZ, 2008, p. 178).

Assim, é fundamental considerar a presença de uma diversidade de símbolos significativos que atores diversos imprimem na relação com o outro e com o mundo que o cerca, os quais são “construídos historicamente, mantidos socialmente e aplicados individualmente” (GEERTZ, 2008, p. 151). Nesse sentido:

É por intermédio dos padrões culturais, amontoados ordenados de símbolos significativos, que o homem encontra sentido nos acontecimentos através dos quais ele vive. O estudo da cultura, a totalidade acumulada de tais padrões, é, portanto, o estudo da maquinaria que os indivíduos ou grupos de indivíduos empregam para orientar a si mesmos num mundo que de outra forma seria obscuro (GEERTZ, 2008, p. 150).

A questão do desenvolvimento sustentável tem se mostrado, em termos culturais, um tema dominante nas últimas décadas, sendo debatido globalmente e emergindo na agenda política de diversos governos nacionais. Contudo, cumpre destacar que o fato de se apresentar como um discurso culturalmente dominante, o desenvolvimento sustentável não pode ser considerado como algo abarcante, inteiramente difundido ou ilimitado, pois, como afirma Geertz (2008), padrões culturais contraditórios são também encontrados em qualquer sociedade. Assim, diferentes perspectivas podem ser adotadas pelos indivíduos a respeito do desenvolvimento sustentável, e também da sustentabilidade, levando em consideração a peculiaridade de cada cultura onde se encontra inserido.

Conforme afirmam Gerhardt e Almeida (2003), a partir do recente debate em torno da problemática ambiental, ampliado aqui para o desenvolvimento sustentável, tem se buscado uma alteração dos valores e prioridades realizados pela sociedade. Nessa compreensão, o desenvolvimento sustentável pode ser compreendido como uma “espécie de núcleo aglutinador de um fato social que é, ao mesmo tempo, produto de um constante processo de definição coletiva e de reelaboração dos valores da sociedade” (GERHARDT E ALMEIDA, 2003, p. 03).

Dessa forma, o desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade não podem ser considerados signos que são afirmados por todos, mas, ao contrário, convivem com o que Geertz (2008) nomeou de padrões culturais contraditórios, subdominantes, “mas ainda assim como temas importantes em qualquer cultura, na medida em que nos é dado observar” (p.

180). Assim, a diversidade de significados que podem ser atribuídos a tais temas aponta para o fato de que diferentes sociedades irão definir de modo particular a sua concepção do que representa o desenvolvimento sustentável e também a sustentabilidade, guiada pela sua ordem cultural.

Portanto, o debate acerca do desenvolvimento sustentável e também da sustentabilidade não é uniforme nem muito menos consensual, possuindo um caráter conflituoso em diversos aspectos. É nesse sentido que:

[...] a compreensão de meio ambiente em países como a Alemanha, será totalmente diferente de outros como a Turquia ou o Brasil, por exemplo. Ou ainda, a conotação que esta ideia assume em cidades como Porto Alegre, será diametralmente distinta daquela assumida em uma realidade como a de um pequeno município do sertão nordestino. Isto sem falar, como já sugerido anteriormente, que o aparente “sucesso” da nova temática ambiental é um fenômeno ainda muito restrito em termos planetários. Quer dizer, países onde suas populações enfrentam sérias dificuldades para suprir suas necessidades básicas (como alimentação, educação, saúde, habitação etc.) ou mesmo nas camadas economicamente menos favorecidas das nações “ricas”, a questão do meio ambiente é, se não completamente desconhecida, no mínimo marginal ou indiferente (GERHARDT E ALMEIDA, 2003, p. 09).

A percepção, por exemplo, de que políticas de proteção ao meio ambiente devem ser aceitas por todos de maneira linear, considerando os apelos ético e econômico envolvidos, deixa de cogitar que o seu valor simbólico pode variar de maneira considerável na sociedade em geral e entre os próprios indivíduos. A noção de desenvolvimento sustentável, nesse sentido, não se trata de uma concepção universal, mas que faz parte de um processo social. Para alguns, por exemplo, o meio ambiente deve ser preservado em todas as suas formas, mas, para outros, sua existência só possui significado para servir aos anseios do homem, garantindo, assim, sua sobrevivência e o seu próprio desenvolvimento.

O papel dos atores sociais, nesse contexto, é primordial, pois compreender de que maneira as pessoas definem, percebem e reagem ao desenvolvimento sustentável e à sustentabilidade, ou seja, o que pensam sobre isto e com quais categorias, é essencial no debate sobre contratações públicas sustentáveis. Pois, segundo Geertz (2008), “o pensamento humano é rematadamente social: social em sua origem, em suas funções, social em suas formas, social em suas aplicações” (p. 149). Nesse empreendimento, entretanto, é necessário levarmos em consideração a diversidade de padrões culturais que permeiam a sociedade, especialmente quando o assunto possui uma abrangência denominada global, como é o caso em questão.

4. RESULTADO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS NO DMSA E ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DESSES SUJEITOS SOBRE A CATEGORIA SUSTENTABILIDADE

O objetivo desta pesquisa foi analisar e investigar a construção, negociação e manutenção da categoria “sustentabilidade”, mediante a compreensão da interpretação dos atores institucionais envolvidos com a efetivação das contratações na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Os sujeitos sociais entrevistados possuem como característica básica comum o fato de trabalharem no Departamento de Materiais e Serviços Auxiliares. Ou seja, são atores institucionais responsáveis pela aquisição de materiais e contratações de serviços dos quatro *campi* da Universidade. Como observa Schutz (1979), estando mergulhados no fluxo da vida social sem necessariamente estarem conscientes disso, tudo o que fazem – ou ao menos boa parte do que fazem – não necessariamente lhes parece como algo que precisem refletir. Em outras palavras, sustentabilidade é algo que se encontra para esses sujeitos como algo dado de antemão ou como algo natural, para tomar emprestada uma expressão de Schutz (1979).

Considerando a afirmação de Sahlins (2004) e Geertz (2008) de que uma compreensão cultural perpassa pela necessidade do conhecimento da estrutura social onde está inserida, buscando a compreensão das formas institucionais e sistemas de ideias nas quais se insere, optei por iniciar traçando um panorama geral do Departamento estudado, de acordo com a percepção dos atores institucionais entrevistados, com base em seus dias a dia de trabalho, acrescida de minha própria percepção em virtude de meu contato constante com o DMSA. Busquei, assim, situar melhor o contexto que essas pessoas vivenciam diariamente. Portanto, foram descritas a seguir algumas características específicas do Departamento em questão.

Começo destacando que o DMSA foi descrito como um ambiente agitado, sendo esse fato atribuído a uma grande demanda de trabalho no local, que concentra todos os pedidos de contratações realizados pelos quatro *campi* da Rural, os quais têm necessidades diversas. Nesse sentido, o entrevistado E1, funcionário terceirizado que atua há três anos na SIREER – onde são realizados o recebimento, conferência e triagem dos pedidos de contratação, bem como a orientação aos requerentes quanto ao preenchimento dos mesmos –, declarou que: “ali é um setor bem agitado, trabalho é o que normalmente não falta (...) todo pedido de serviço e compra passa mesmo por nós [...] a demanda é muito grande”. Ressalto na fala de E1 a importância dada à ideia de que trabalho não falta nesse setor, o que permite estabelecer um contraponto a outros setores e departamentos em que os ritmos e atividades não sejam tão movimentados quanto nesse setor.

Para E12, servidor que também trabalha na SIREER há seis meses, a percepção é bastante similar:

[...] é um departamento que é muito requisitado porque a gente atende quatro *campi* (...) é muito movimento (...) o tempo todo tem demandas de requisitantes (...) é bastante agitado, a gente não tem tempo nem pra nada (...) você sempre está fazendo alguma coisa [...].

Agitado, requisitado, demandado, movimentado, não ter tempo para mais nada, são categorias que remetem todas para um significado que pode ser apreendido em função da redundância. De fato, o DMSA é um departamento bastante movimentado quando comparado a outros setores da Universidade, possuindo uma circulação constante de pessoas no local, que vão até lá geralmente para buscar informações sobre seus pedidos encaminhados, entregar algum processo ou documento ou mesmo esclarecer alguma dúvida. Acrescento ainda o fato de trabalhar no local um quantitativo considerável de pessoas, quando comparado a outras

unidades da instituição. Toda essa movimentação resultou com que há aproximadamente cinco anos, após uma reforma do espaço, fosse inserido um controle de acesso na recepção, através de divisória e fechadura com senha de acesso, o que restringiu o ingresso no local somente para pessoas que trabalham lá. Esse fato mudou radicalmente o acesso físico aos setores que integram o DMSA, pois, antes de tal alteração no *layout*, o acesso aos setores era relativamente livre. Atualmente, a fechadura eletrônica não está funcionando, mas esse controle é realizado diretamente por um recepcionista na porta de entrada do local.

Outro aspecto destacado nesse sentido foi a grande variedade de materiais e serviços demandados, conforme podemos ler no relato de E3: “todas as compras da universidade passam por lá, desde alimento até máquinas pesadas”. Já o entrevistado E19 afirma que “o DMSA compra desde produtos de TI até papel, ração, animais, sêmen e por aí vai”, evidenciando a complexidade e sortimento de contratações realizadas. Tal fato às vezes se torna um desafio para esses atores, pois conforme relatado no discurso de E13: “chega equipamento assim, bizarro, e você ainda tem que aprender o que (...) é aquilo ali, qual a funcionalidade pra você poder conseguir comprar”. Portanto, é possível afirmar que o DMSA é um departamento onde não há, e nem poderia haver, instauração de uma rigorosa rotina de trabalho visto que diariamente os sujeitos sociais que ali atuam se deparam com demandas de contratações as mais diversas possíveis.

Nesse sentido, o DMSA é compreendido como um setor estratégico para a Rural, fundamental para a manutenção do funcionamento da instituição. O Departamento foi definido, assim, como o coração da universidade:

[...] o DMSA é o coração da universidade (...) pra um curso fazer uma aula de laboratório ele precisa de um reagente, é a gente que compra, se a gente não compra, eles não têm aula prática (...) se você demora muito a atender as necessidades da universidade você acaba criando um certo caos dentro da comunidade acadêmica e para de funcionar certas funções essenciais [...] (E7).

[...] nós damos apoio à atividade fim, os insumos, os serviços que são prestados pra atividades fins da universidade. Hoje o material de sala de aula do professor só é processado devido ao DMSA (...). Então é fundamental, é o coração da universidade [...] (E9).

Foi possível perceber em tais discursos um sentimento que pareceu bastante comum para as pessoas que trabalham no DMSA, o de que o trabalho desenvolvido nesse local seria mais importante do que o de outros setores da Universidade, estabelecendo-se, assim, em termos de importância, certo tipo de hierarquia superior em relação a outros departamentos. Contudo, alguns desses atores reconhecem que nem todas as pessoas na Universidade dão a devida importância às atividades realizadas pelo DMSA. Segundo a fala de E10, que trabalha há dois anos no DMSA, há uma dificuldade muito grande por parte dos requerentes em tentar compreender o trabalho do Departamento, principalmente pelo fato de que normalmente um processo de aquisição demora a ser finalizado em virtude de todos os trâmites legais e burocráticos que necessitam ser seguidos e realizados. Assim, segundo esta: “eles não querem saber por que tá ali e não procuram ver o que é nosso trabalho no dia a dia, eles querem cobrar (...) acham que é só pedir o produto e comprar produto”. Para o entrevistado E4, que se encontra a apenas dez meses trabalhando nesse setor a percepção não é muito diferente, para ele o Departamento não é valorizado como deveria, apontando também o posicionamento estratégico do DMSA em sua fala:

[...] a gente (...) faz movimentar a instituição, né? Porque a gente adquire tudo, o mais básico que é o cafezinho do pessoal que a pessoa nem dá valor (...). Inclusive máquinas caríssimas, equipamentos, serviços, é o coração da instituição [...] (E4).

Para além de uma desvalorização do trabalho desenvolvido nesse setor, três dos entrevistados relataram perceber que os outros setores institucionais possuem uma visão negativa do Departamento, apesar dos esforços do DMSA em atender da melhor maneira possível às demandas de contratações da Universidade. Assim, de acordo com a narrativa de E9, “por mais que o DMSA trabalhe bem hoje, ele já é visto como um setor que não funciona”. E, de acordo com a fala de E10, é comum ouvir outras pessoas na universidade comentarem que: “o DMSA é o pior lugar pra trabalhar”. Segundo o discurso proferido por E12, mesmo trabalhando na Universidade há apenas seis meses, percebe que existe uma visão distorcida das atividades realizadas pelo DMSA:

[...] pelo que eu ouço falar é o departamento problema, é o departamento que não atende bem, é o departamento isso e aquilo, então pra comunidade eu tenho a impressão que é uma visão meio deturpada da realidade.

Nesse contexto, as falas acima ganham significado a partir da reflexão de Schutz (1997) sobre perspectivas internas e externas de grupos sociais:

[...] o grupo interno frequentemente sente-se mal compreendido pelo grupo externo; essa incapacidade de compreender seu estilo de vida, assim sente o grupo interno, deve estar enraizada em preconceitos hostis, ou em má fé, já que as verdades tidas pelo grupo interno são como “coisas óbvias”, “evidentes” e, portanto, compreensíveis para qualquer ser humano. Esse sentimento pode levar a uma alteração parcial no sistema de relevâncias que domina dentro do grupo interno, ou seja, originar uma solidariedade em resistência à crítica externa (p.86).

Uma das principais formas de controle social para aqueles que trabalham no setor público é, sem dúvida, o controle legal, pois todas as atividades desenvolvidas pelos sujeitos que atuam em instituições dessa natureza são, geralmente, estabelecidas através de leis e normas. Para quem trabalha especificamente com contratações, há uma preocupação ainda maior, pois, além de estar atento à legalidade dos atos em si, essa função envolve a gestão de recursos, que são públicos e também escassos. Assim, aos serem questionados sobre quais seriam as principais preocupações que norteiam as atividades desenvolvidas pelo DMSA, foi possível notar uma grande preocupação no que tange à possibilidade de sofrer penalizações em decorrência de alguma falha nas atividades que executam. Tal sentimento foi expresso no discurso de boa parte dos entrevistados, especialmente daqueles que possuem um vínculo efetivo com a instituição, ou seja, os servidores.

Nesse sentido, estar dentro da legalidade que envolve todo o processo de contratações públicas é uma das principais preocupações que norteia o trabalho desenvolvido no DMSA, segundo a percepção da maioria dos sujeitos que atuam no local. Portanto, foi possível identificar em algumas falas grande receio em sofrer algum tipo de sanção, em virtude de algum desvio, mesmo que não intencional, às normas legais:

[...] a principal (preocupação) sem dúvida é estar tudo dentro da lei. Essa, sem dúvida que tira o sono de todo mundo. É trabalhar sempre dentro da lei, não dar brecha pra qualquer erro que possa gerar um problema grave pra qualquer um de nós que trabalhamos lá (E3).

[...] ali lida com dinheiro e dinheiro público, né? Então você tá ali passível, não só vamos dizer, se você recorrer num erro, não só de sanções administrativas aqui, mas até pecuniárias (...) quem tá trabalhando ali tá sensível a outras sanções [...] (E13).

[...] as pessoas trabalham muito pressionadas (...) temerárias de, de repente, cair na “peneira” e ser multado, receber uma advertência (E16).

Foi possível perceber em tais discursos um forte apego às normas legais, ou seja, uma preocupação em fazer o trabalho de maneira “correta”, conforme a lei determina. Essas preocupações são evidenciadas nas demais falas, como podemos ler:

[...] não basta só atender de uma maneira séria, você tem que seguir o que a lei determina. Porque nós temos auditorias, vira e mexe a gente tem o TCU que tá vindo aqui cobrar, quando eles não vêm aqui pessoalmente fazer auditoria eles enviam ofícios de Brasília pra que a gente responda (...) se você começa a fugir dos parâmetros legais a gente também tem problemas [...] (E7).

[...] tem que estar tudo certinho pra não passar por uma situação assim de multa lá na frente (...) é um setor que eu considero visado (...) um lugar que as pessoas ficam preocupadas (...) tem que seguir tudo certinho, pra não vir Ministério Público, não ter multa lá na frente [...] (E15).

Nesse quesito, o entrevistado E19, servidor lotado no DMSA há mais de cinco anos, esclarece, de maneira mais detalhada, que tal receio é maior nesse departamento do que em outros da Rural em virtude da repercussão que um erro cometido neste tipo de trabalho pode tomar, refletindo até na vida pessoal do sujeito envolvido:

[...] a preocupação maior minha e de todos que trabalham aqui é fazer todos os procedimentos (...) dentro da legislação (...) porque tem muitos órgãos de controle, como Tribunal de Contas, Controladoria Geral, Advocacia Geral, Ministério Público. Então diferente de outros departamentos que algumas falhas são, digamos, toleráveis e que o impacto na vida da pessoa tende a ser menor, o nosso aqui não. (...) nós ficamos sujeitos, a ações na esfera cível, criminal e administrativa (...) dependendo do que for feito, do que deixou de às vezes ser observado (...) tem impacto, por exemplo, de sanções econômicas, receber uma multa, ficar impedido de assumir um cargo de chefia e por aí vai. E no caso mais drástico até prisão (...) todo funcionário público ele tem que ter esse cuidado, mas aqui é muito maior por causa das repercussões que pode ter na vida pessoal e profissional da pessoa. Então assim a gente está sempre (...) no fio da navalha (...).

Nas falas acima podemos constatar o quanto trabalhar no DMSA envolve tensões, conflitos e preocupações que extrapolam um dia a dia de trabalho normalmente vivenciado por pessoas que atuam em setores distintos da Universidade. As repercussões psicológicas e emocionais são fatores não negligenciáveis e podem repercutir na percepção e compreensão de uma contratação tida como sustentável. Convém destacar que qualquer processo de contratação envolve diversos atores desde o seu início, contudo, as fiscalizações e punições de fato costumam recair somente naqueles que atuam na efetivação da contratação em si, que no caso da Rural, são justamente os funcionários que atuam no DMSA.

Apresentada uma percepção geral do significado do trabalho no DMSA, na visão dos atores que lá atuam, seguem relacionados no Quadro 7, os resultados da análise categorial

realizada referente à busca pela compreensão de como essas pessoas definem, percebem e reagem à sustentabilidade, ou seja, o que pensam sobre isto e com quais categorias.

QUADRO 7

Unidade mínima ideológica	Característica	Frase típica
Conhecimento/ Novidade	A sustentabilidade, apesar de ser um assunto que todos já ouviram falar em algum momento de suas vidas, seria algo ainda muito novo, um conceito em construção.	[...] acho que (...) é um assunto muito recente. Eu não tenho muita clareza, até já estudei um pouco sobre o assunto, sobre leis e tal, mas não tenho muita clareza sobre o assunto pra ter uma opinião [...] (E5).
Importância/ Complexidade	A sustentabilidade é considerada importante, sendo relacionada à questão da preservação ambiental. Porém, seu caráter abrangente pode passar a impressão de que se trata de um assunto muito complexo e, assim, de difícil compreensão.	[...] confesso que não conheço muito, mas eu tenho uma opinião que é completamente importante para o momento atual que vivemos no planeta (...) estamos destruindo nosso próprio planeta (E3). [...] é um assunto ainda muito complexo aqui pra gente, a gente não domina muito bem [...] (E14).
Falta de uma Política Institucional	Falta uma política institucional voltada para a sustentabilidade, resultando em ausência de diretrizes nesse sentido.	[...] entra gestão, sai gestão e não tem nenhuma política, não se traça um plano sustentável pra universidade (...) e se tiver uma política ela é muito isolada e muito pequena, a gente não tem uma orientação global (...) uma política de práticas sustentáveis, seria essencial pra cá, mas não tem (E7).
Mudança de hábitos	Algumas atitudes realizadas pelos entrevistados já reflete certa adesão aos valores que norteiam a temática sobre a sustentabilidade.	A gente não usa mais o copo descartável, a gente tenta minimizar a quantidade de impressão (...) só imprime mesmo porque não tem jeito porque tem que imprimir [...] (E18).
Responsabilidades do Requerente	A participação do requerente nos processos de contratações sustentáveis é fundamental na medida em que é este que define o que irá ser contratado e os critérios para tal.	[...] quando o requerente ele solicita ele já tem que estabelecer esses critérios (de sustentabilidade) no momento do seu pedido (E6).
Cultura geral	A sustentabilidade seria uma questão cultural geral, em um contexto que extrapola os muros da universidade.	[...] a nossa cultura ela não é voltada pra isso. Nossa cultura é: você tomar uma latinha e jogar no meio da rua, é o que a gente vê hoje (...). A gente não se preocupa com o bem-estar do outro, se preocupa só com o nosso bem-estar. E não se preocupa com o futuro (...) a gente não pensa nisso, nossos filhos, nossos descendentes (E9).

Sobrevivência/ Futuro	Há uma preocupação em garantir a sobrevivência e o futuro das gerações que estão por vir.	[...] do jeito que a gente tá fazendo eu acho que (...) nossa próxima geração vai ser extinta (...) acho que o impacto vai ser muito grande (...). Pra mim eu vejo essa questão como nosso futuro (...). Então tem que ser tratado hoje com máxima prioridade hoje, garantir o nosso futuro [...] (E9).
Custo	O aspecto financeiro das contratações sustentáveis é um fator que pesa bastante no momento da aquisição.	A gente tenta substituir, mas não é fácil porque é caro (E6).
Consciência do consumo	Sustentabilidade estaria ligada a uma relação mais consciente com o consumo na sociedade.	[...] tudo que a gente vai consumir a gente tem que pensar no lixo que a gente vai deixar, se você for no mercado se é uma embalagem que você pode deixar você tem que deixar [...] (E16).

Quadro 7: Resultados das entrevistas

Elaboração: Autora

Apesar do conceito sobre o desenvolvimento sustentável ter surgido de forma mais definida no ano de 1987, foi de fato consolidado somente a partir da realização da Conferência do Rio, em 1992 (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2018). Talvez, por isso, assuntos que envolvem essa temática, como é o caso da sustentabilidade, sejam concebidos como um discurso ainda relativamente recente. Nesse sentido, todos os sujeitos entrevistados afirmaram conhecer o assunto de alguma forma, porém confessaram não ter clareza sobre o mesmo – primeira categoria de análise escolhida. Nesse sentido, essas pessoas indicaram já ter ouvido falar sobre sustentabilidade em algum momento da sua vida. Entretanto, para o entrevistado E13, ainda se trata de um tema contemporâneo, que está começando a despertar os interesses das pessoas na sociedade, em decorrência talvez de uma maior disseminação que vem ocorrendo atualmente: “hoje em dia (...) as pessoas estão se conscientizando mais (...) ouve-se mais falar sobre esse assunto”. O entrevistado E1 admitiu, inclusive, que seu primeiro contato com o tema foi quando começou a trabalhar no DMSA há três anos, afirmando que “antes de trabalhar ali não tinha ideia do que era sustentabilidade”, reforçando a percepção de que se trata de algo novo para ele. O mesmo também assinala que ainda não domina muito bem a temática, argumentando que se trata de “um assunto muito amplo” e que “está muito no início ainda no Brasil”. E finaliza esse ponto dizendo sorrindo que “as pessoas ainda precisam aprender muito, inclusive eu” (E1).

Assim, a dificuldade percebida de alguns entrevistados em expressar uma opinião mais concreta a respeito da sustentabilidade, pode indicar que se trata de um discurso ainda alheio para algumas pessoas ou também pode evidenciar que outras categorias estejam ordenando as suas prioridades e, conseqüentemente, as ações dessas pessoas na sociedade. Trata-se de um assunto que possivelmente não faz parte da memória construída socialmente por essas pessoas em suas trajetórias ou biografias. Nesse sentido, o entrevistado E11 declarou, de modo descontraído, que não teria como falar algo sobre o assunto: “não tenho nem muita opinião porque eu não entendo muito do assunto (...) não tenho conhecimento nenhum na área”. Já E13 afirmou, sem rodeios, ser “ignorante nessa área de sustentabilidade”. Para E14, “sustentabilidade é um assunto que passa despercebido (...), na minha cabeça ainda não é uma coisa muito definida”. E o entrevistado E15, declarou: “eu não sei muito bem como é que funciona esse negócio de sustentabilidade”. Na compreensão de E8, se trata de um assunto ainda “muito restrito”, ou seja, não seria algo abrangente, expressando durante sua entrevista

bastante constrangimento e insegurança ao ser estimulado ao falar sobre a matéria: “às vezes dá até vergonha de falar porque as pessoas falam e eu assim, às vezes eu fico meio ‘desantenido’”.

Já a fala de E6 ganha sentido quando vista a partir das argumentações de Abreu (2008) no momento em que aponta o papel da mídia na divulgação de assuntos relacionados ao desenvolvimento sustentável e sustentabilidade, reforçando a ideia de que se trata de um assunto ainda pouco conhecido. Para ela, “a sustentabilidade é uma coisa que hoje você vê na mídia, você vê sendo divulgada, vem sendo difundida” e finaliza afirmando que “a gente ainda não adquiriu conhecimento pra isso”, indicando que talvez ainda não saibamos tratar muito bem o assunto. Além disso, apenas veicular em um sentido mais geral a ideia de sustentabilidade através dos meios midiáticos parece não dissolver as muitas dúvidas que pairam em torno dessa noção.

Todavia, mesmo sendo percebido como um discurso ainda em construção, onde não há ainda muita clareza sobre tal, os sujeitos entrevistados declararam que a questão da sustentabilidade é algo importante, porém muito complexo em termos de compreensão – segunda categoria escolhida para análise. Dessa forma, apesar de assumir se tratar de um assunto pouco conhecido, sobre o qual não possui muitas informações, para E2, sustentabilidade “é uma coisa que tem que ser aplicada”. De acordo com E6 em virtude da importância atribuída à sustentabilidade, precisamos “entender o que é e começar a viver isso”. E, segundo o entrevistado E10, sustentabilidade é “o melhor caminho para a humanidade”, ainda que não soubesse explicar o porquê de sua opinião.

Tal importância atribuída à questão da sustentabilidade foi geralmente associada a uma preocupação com a preservação do meio ambiente, ratificando, assim, a afirmação de Veiga (2015) quando destaca que, pelo fato do desenvolvimento do homem ter sua base e condição material firmada no meio ambiente, esta vertente costuma ter uma ênfase maior em debates acerca do desenvolvimento sustentável. Essa associação entre preservação do meio ambiente e a manutenção da vida do próprio homem pode ser facilmente percebida em alguns trechos dos discursos abaixo destacados:

[...] sem água ninguém vive, sem o oxigênio ninguém vive, e dependo das plantas, vegetação pra produzir. Então sem meio ambiente a gente não vive (E1).

[...] se a gente não cuidar do meio ambiente o que vai ser da nossa vida? A gente precisa do meio ambiente saudável pra gente ser saudável (E2).

O meio ambiente é o que a gente precisa pra sobreviver. Hoje, infelizmente a gente tá deixando ele de lado, mas é vida, né? Sem ele a gente não viveria (E3).

Assim, segundo E3, mesmo admitindo que se trata de um assunto que não domina, afirma que a sustentabilidade “é completamente importante para o momento atual que vivemos no planeta (...), estamos destruindo nosso próprio planeta”. Já E10 expos que: “vejo sustentabilidade como isso, como meio ambiente, como as coisas pro meio ambiente, não vejo de outra forma”. Para E4, tal tema é importante principalmente pelo fato de ser uma maneira para impedir os avanços dos estragos causados à natureza pelo homem:

[...] É de extrema importância (...) sustentabilidade porque a gente vive (...) num mundo que cada vez mais (...) estão destruindo, estão (...) acabando com a natureza. E nem que seja um mínimo possível ser observado em

relação a manter o pouco que a gente tem, tem que ser levado em consideração.

Contudo, para o entrevistado E9 essa preocupação somente com a preservação do meio ambiente ainda é uma visão bastante limitada tendo em vista a dimensão que envolve toda a questão da sustentabilidade:

Eles vão muito pelo lado ambiental, não é só isso, sustentabilidade não é o lado ambiental só. Tem a questão do relacionamento com os próprios funcionários, questão do impacto social também tem que ver isso. Então as pessoas têm muito essa visão “ah, só lado ambiental, só não jogar lixo na rua”, mas não é só isso [...].

Nesse quesito, foi admitida também, especificamente, a importância desse tema no âmbito das contratações públicas de bens e serviços. Na opinião de E1, “tudo aquilo que agride o meio ambiente, acho que não seria legal, bom que se contratasse”. Para E12, contratações sustentáveis são uma oportunidade para fomentar uma alteração de um padrão de consumo em prol do meio ambiente:

[...] acho que é de grande importância, tanto que existem diretrizes e orientações nas compras públicas pra itens preferencialmente sustentáveis. E eu sou totalmente a favor (...) se você não pensar como você manter esse consumo de forma sustentável, não sei, o ambiente pode parar.

Nesse cenário, o entrevistado E14 também reconhece a relevância de tais contratações para a sociedade, afirmando que:

[...] a gente que trabalha com materiais, serviços (...) sabe que é importante (...) conseguir aplicar essas medidas de sustentabilidade nas aquisições, nos serviços que são executados porque o impacto é imediato na sociedade em relação ao meio ambiente.

Por outro lado, E11, que trabalha na Seção de Pesquisas de Preços das contratações em andamento, destacou a dificuldade em encontrar, no mercado, fornecedores de materiais que possuam características sustentáveis. Assim, afirmou que:

[...] o mercado não oferece muito isso. A gente faz uma pesquisa diretamente na internet, diretamente com o fornecedor e aí os fornecedores não trabalham com esse tipo de material (...). Então é difícil.

Em outra perspectiva, o entrevistado E17, que atua há mais de quatro anos na Seção de Pregão, pondera que, apesar de também considerar como algo importante, critérios sustentáveis não seriam primordiais nas contratações públicas. Assim, para este, critérios relacionados à sustentabilidade não seriam “uma exigência assim ‘em primeiro lugar’, mas é importante”. De acordo com esse entrevistado, há certo radicalismo e exagero nos discursos acerca da preservação do meio ambiente e sustentabilidade, demonstrando em seu discurso certo ceticismo a alguns dos assuntos relacionados a essa temática:

[...] eu acho que tem gente que é muito radical com essa questão ambiental, mas assim eu acho bom, mas também não acho que é tão necessário (...) acho que deve ser observado sim, mas depende também, sem muito exagero (...) estou falando dos ambientalistas, aquela guerra toda, efeito estufa. A

gente não sabe nem se existe efeito estufa, por exemplo, ninguém tem prova disso.

Em virtude da abrangência do tema sustentabilidade, o qual envolve diversos fatores, como ambiental, econômico e social, alguns dos entrevistados admitiram se tratar de um tema muito complexo em termos de compreensão e, conseqüentemente, para trabalhar com ele. O entrevistado E7, formado em Direito, o qual mesmo tendo obtido um contato mais aprofundado com a temática durante seus estudos na graduação, e que durante a entrevista demonstrou-se bastante engajado com o assunto, declarou em sua percepção que:

[...] sustentabilidade eu acho que tem um conceito muito abrangente (...) tem vários vieses, ela tem o viés econômico que a gente trabalha muito aqui, a gente trabalha a sustentabilidade por viés econômico, viés ambiental, você tem o viés social da sustentabilidade. Então por ser muito elástico o conceito (...) você não tem como dar uma definição pra isso [...].

O entrevistado E1 manifesta claramente sua dificuldade em falar sobre sustentabilidade com os requerentes que o buscam na SIREER para eventualmente sanar alguma dúvida a esse respeito, em decorrência não somente da falta de um entendimento mais consolidado sobre o assunto, mas apontando que haveria também uma falta de interesse dessas pessoas sobre o tema:

[...] se você for tentar conversar com alguém sobre sustentabilidade a pessoa fala “poxa, legal”, mas, aí você pergunta “por que é legal?” (...) poucas pessoas vão conseguir falar alguma coisa, assim como eu também que não sei muito sobre sustentabilidade (...). As pessoas sabem muito pouco de sustentabilidade, e procuram saber pouco também (E1).

Para E9, o tema sustentabilidade envolve muita subjetividade, o que torna complicada sua aplicação prática: “(...) você lida muito com o subjetivo. Trazer bem-estar para as pessoas, para a comunidade, esse é o objetivo. Mas em que você vai trazer isso? Aí você tem que realmente se aprofundar nos temas, não é tão simples não”.

Nesse cenário, alguns dos entrevistados reconheceram a necessidade de capacitação específica sobre contratações sustentáveis. Conforme relatou E3, uma atividade de capacitação seria fundamental para viabilizar a sustentabilidade nas contratações da Universidade: “falta um maior treinamento, conhecer mais sobre o assunto”; assim, considera que: “é meio difícil a gente tentar implantar uma coisa que não se conhece a fundo”. Já E4 relatou que os aspectos que envolvem as contratações sustentáveis têm sido apreendidos somente a partir do dia a dia de trabalho, ou seja, na prática: “acho que deveria ter uns cursos específicos (...) a gente vai aprendendo com a prática ali, vendo uma coisa ou outra, mas eu acho que deveria ter uns cursos direcionados pra essa área sim”. O entrevistado E1, que por ser terceirizado e não poder participar de atividades de capacitação oferecidas pela Rural, pois as mesmas são restritas somente aos servidores em virtude de uma questão legal, revelou buscar o aprendizado em relação ao trabalho por conta própria, através de material que encontra na internet; porém, declarou que tal ação tem sido insuficiente, pois, segundo ele, “por mais que a gente leia, às vezes parece que é meio complicado de se entender”.

Cumprе esclarecer que, mais do que apontar para uma ausência de conhecimento e atribuir a culpa ao servidor por desconhecer a temática de sustentabilidade, busco nesse trabalho compreender essas falas como situadas no interior de um contexto. Nesse contexto, a impressão é a de que a forma como o DMSA é estruturado e a dinâmica de suas atividades e atribuições parece não deixar muita margem para se discutir a temática da sustentabilidade. A

atitude natural das pessoas na sociedade, conforme mostra Schutz (1979), é o resultado dos esquemas ou dos modelos culturais que orientam a compreensão do mundo. Portanto, estar consciente da temática da sustentabilidade não faz o menor sentido para tais agentes sociais uma vez que ela não integra o modelo cultural mais geral em que atuam. Por outro lado, foi explicitada por alguns dos entrevistados a intenção de conhecer mais sobre a temática da sustentabilidade, revelando a existência de possíveis projetos individuais (VELHO, 1994) de aprendizado nesse sentido.

Souza (2006) afirma que as instituições podem facilitar o curso de determinadas políticas públicas, mediante a redefinição de suas alternativas políticas. Assim, compreender de que maneira a Rural exerce seu papel em prol da sustentabilidade na percepção dos sujeitos entrevistados foi fundamental nesse trabalho. Nesse entendimento, uma política institucional voltada para a sustentabilidade seria crucial, contudo a percepção geral por parte dos sujeitos entrevistados é de uma ausência de diretrizes nesse sentido – terceira categoria escolhida para análise.

Alguns dos entrevistados afirmaram que ainda não há ou, se existem, não são perceptíveis ações voltadas para a sustentabilidade na instituição, não somente no âmbito do DMSA, mas em toda a Universidade de maneira geral. Segundo a fala de E4, que além de servidor, também já foi aluno de graduação na Rural, este nunca percebeu que “a universidade esteja engajada em si com a sustentabilidade”, justificando que existem somente algumas poucas lixeiras de coletas seletivas no *campus*, porém, não são utilizadas corretamente. Já para E7, a instituição “não se preocupa com isso”, justificando sua percepção também com o exemplo da falta de lixeiras de coleta seletiva em grande parte do *campus*. Na visão de E9 esse tema parece ainda bastante distante da realidade institucional, apontando que “nunca nem vi aqui nenhum movimento nesse sentido de ter essa preocupação mesmo com a sustentabilidade”, citando como exemplo que não existiria uma preocupação em reduzir o consumo de energia no *campus*. Para esse entrevistado, seria fundamental o estabelecimento de uma política institucional que abrangesse a Rural de forma ampla:

Tem que ter uma política de sustentabilidade e têm que ser uma linguagem una, todos os setores tem que falar a mesma linguagem, redução de papel, redução de lixo, redução do consumo de energia (...). São ações sustentáveis, só que a gente não faz, deveria ser o nosso papel [...] (E9).

Sob o ponto de vista da entrevistada E10, há também muito desperdício na Universidade, pois, segundo esta, boa parte dos processos que chegam ao DMSA possuem quantitativos muito elevados, o que às vezes lhe causa certo espanto: “eu pego o processo e falo ‘nossa, pra que tanta coisa’? Acho que pedem muito. Pedem demais e daqui a pouco chega outro processo pedindo a mesma coisa”. Essa afirmação faz muito sentido, pois na Rural é de fato bastante comum nos depararmos com alguns setores “entulhados” de materiais sem uso, como é comum acontecer, por exemplo, com o açúcar, que acaba perdendo sua validade, e canetas esferográficas que vão direto para o descarte, pois já não funcionam mais quando de fato seu uso é necessário. Uma das justificativas mais comuns para esta situação é a sensação de que outro pedido demoraria muito a chegar e, assim, existe uma preocupação das pessoas em estarem estocando materiais em seus respectivos setores de trabalho para não correr o risco de acabar ficando sem material para trabalhar.

A ausência de uma visão estratégica sobre o assunto é um fator que inviabiliza a efetivação de uma política sustentável, na opinião do entrevistado E9: “se você não tem o teu nível estratégico voltado pra sustentabilidade (...), onde que o setor operacional vai ter poder ou a consciência de fazer isso?”.

Em virtude do fato de tratar-se de uma instituição pública, com estrutura burocrática e hierarquizada, possuindo, assim, vários níveis de comando e controle e decisões centralizadas nos níveis hierárquicos superiores, esta ausência de uma política macro de sustentabilidade na Rural é percebida como um fator que dificulta trabalhar essa perspectiva nas contratações efetivadas pelo DMSA. Tal visão foi claramente expressa por alguns entrevistados conforme trechos de discursos abaixo:

[...] tem que partir de cima isso, não é a gente aqui de baixo que vai mudar isso, tem que vir de cima, não tem como (...) precisa que a administração se envolva muito mais do que eles se envolvem até hoje porque falar que “ó, tem que aplicar” é uma coisa, mas como vai ser aplicado, quais os impactos e tudo mais, isso são questões fundamentais pra isso ir pra frente (E14).

[...] pra nós sermos sustentáveis o início tem que estar sustentável (...) acho que tem que vir de cima (...) uma política sustentável da universidade (...). Nós somos atividade meio, a gente recebe ordens (E18).

[...] a instituição como um todo precisa desenvolver e implementar efetivamente algumas políticas (...) nós que somos operacionais (...) não temos poder pra implementar (...) é uma coisa que tem que vir da alta administração (E19).

Em comum, os três discursos sublinham o fato de que em uma organização burocrática, como é o caso da Rural, normalmente, os valores principais são formulados pelos que ocupam os postos de comando. Uma segunda observação nesse sentido assinala os riscos que envolvem a tomada de decisões por setores subordinados sem o conhecimento ou o consentimento dos superiores. Finalmente, podemos destacar um terceiro aspecto que diz respeito à ideia de totalidade. Nessa compreensão, não basta apenas uma parte da universidade adotar práticas ou processos ditos sustentáveis, trata-se de algo que toda a organização necessita adotar.

Hegenberg (2013) destaca o papel peculiar das universidades públicas na formação social do indivíduo. Nessa perspectiva, além de se tratar de um local onde se produz conhecimento, acrescido ao fato de ser uma Universidade Rural, segundo E7, no âmbito da Rural é uma grande contradição “não termos uma estrutura adequada ainda pra lidar com as questões ambientais”. De acordo com o discurso de E18, a Universidade deveria servir de modelo para a sociedade na questão sustentável, afirmando em sua fala que “a gente tem que servir de exemplo (...) tentar produzir menos lixo (...) reutilizar as coisas (...) tentar diminuir esse consumo desenfreado, se reinventar”.

Todavia, apesar da ausência de uma política institucional acerca da sustentabilidade, a quarta categoria de análise escolhida foram algumas mudanças de hábitos realizadas dentro do próprio DMSA, e frequentemente relatadas pelos entrevistados, que podem estar evidenciando que os valores trazidos nesse discurso de certa forma já repercutem no ambiente de trabalho dessas pessoas. Assim, foi mencionada por E11 a sua preocupação e a de seus colegas de trabalho em evitar o desperdício de papel:

A gente utiliza também muita folha de rascunho, papeis que a gente poderia jogar fora a gente utiliza pra rascunho. Eu poderia pegar papel novo, né? Folha de papel officio nova, tudo branquinho, mas não (...) praticamente todo mundo ali utiliza folha de rascunho [...] (E11).

Outra prática bastante mencionada foi a interrupção total do uso de copos descartáveis no Departamento, onde, agora, cada um faz uso do seu próprio copo reutilizável, apesar de

não haver nenhuma regra ou norma institucional nesse sentido. Tal iniciativa refletiu em, além de mudanças de hábitos dos sujeitos que trabalham no DMSA, um passo importante em prol da sustentabilidade visto que o uso de tais materiais é ainda muito comum em outros setores da Rural, em virtude, principalmente, de seu aspecto prático. Recentemente houve até uma orientação da reitoria nesse sentido, onde se pediu, através de memorando circular, que as Unidades optassem por uso de copos não descartáveis, os quais teriam seu fornecimento reduzido no futuro, porém, em caráter mais informativo do que uma diretriz institucional voltada à sustentabilidade. No DMSA tais mudanças aparentam ter sido bem aceitas por todos que lá atuam. O entrevistado E9 relatou, por exemplo, que mudou seu hábito de utilizar copo descartável a partir das atitudes de seus colegas de trabalho: “Aqui no trabalho (...) o pessoal costuma trazer caneca pra tomar café. Eu não fazia isso, era em copo. Hoje eu trago minha garrafa d’água e minha caneca”. O entrevistado E10 revela em sua fala que apoia tal prática: “cada um traz seu copo (...) nos setores tem cozinha, tem pia, não tem necessidade de você ficar gastando copo descartável. Tem seu copo de vidro, você vai lá, lava e usa novamente. Acho isso muito interessante”.

Assim, essas pequenas atitudes sustentáveis que vem sendo praticadas dentro do DMSA não são resultados de regras formalmente expressas, impostas, mas acordos tácitos entre os sujeitos que ali permanecem durante boa parte do seu dia, os quais são aceitos por todos sem qualquer imposição formal.

A alteração da Lei de Licitações e Contratos Administrativos no ano de 2010 determinou que as contratações públicas, que até então tinham como base de escolha critérios preponderantemente econômicos, passariam a ter também como um dos seus princípios a promoção do desenvolvimento nacional sustentável. É nesse sentido que “o edital de licitação se transforma numa ferramenta importante e eficiente de promoção do desenvolvimento sustentável na esfera pública” (BIDERMAN *et al.*, 2008, p. 11). As responsabilidades do requerente nos processos de contratações são primordiais nesse contexto, conforme a percepção de alguns dos sujeitos que atuam no DMSA, o que foi a quinta categoria de análise selecionada. Nesse sentido, para E1, “quem faz a solicitação é aquela pessoa que entende mais do que tá pedindo” e, segundo E7, a definição dos critérios de sustentabilidade pelos requerentes é fundamental, pois:

[...] cada objeto de aquisição ou de contratação de serviço é um objeto específico, com normas específicas e quem deveria na verdade entrar com essas informações é quem tá pedindo (...). Então quando você entra com a descrição do item que você quer, você deveria também apontar quais são as normas de sustentabilidade existentes, aquilo pelo menos pra direcionar a gente [...].

Por outro lado, os discursos de alguns dos entrevistados refletem uma possível relação de conflito com os requerentes, levando a entender que estes não estariam cumprindo seu papel adequadamente e repassando para o DMSA a responsabilidade alheia:

[...] isso também não está só direcionado ao setor que vai executar, está direcionado também a quem solicita, que tem que conhecer o produto, o serviço que está sendo solicitado e ver se realmente é cabível ou não aplicar um critério de sustentabilidade (...) a gente não vai planejar o que vai ter critérios de sustentabilidade ou não (E14).

[...] a ausência de envolvimento de outros atores, principalmente do demandante, acaba às vezes comprometendo a qualidade do processo como um todo (...) porque se você solicita um determinado material entende-se que

you know what you are asking for, you know all the aspects of it so you can insert perfectly clauses there, including the sustainable part, for you to have the best acquisition with quality and that it also be observed, but this is not in Rural yet (E19).

In another perspective, the interviewee E9 highlights the need for the Department to seek to improve the communication channels with the requesters, and that a more effective participation of the staff that works in DMSA in promoting the requests for sustainable contracts in the University is also very important, in a role of conscientization of the requesters:

I think that today when you contract a product or a service you have to be concerned with this aspect (...) the legislation already gives us the way and even imposes certain situations, but people can also do a conscientization work with the client where they can specify a product that not only attends to the economic, financial aspect, but also brings benefits to the environment.

Thus, recently, DMSA included in its Edicts some standard clauses referring to sustainability, which for some of the interviewees would already be sufficient to subsidize the requesters in this process. For the interviewee E1, these clauses are satisfactory to meet the sustainability criteria in the contracts:

[...] in our documents people already request that attention be given to the sustainability part (...) I think that is already adequate, right? Because people already ask for this in our documents, they cite the sustainability part for each type of contract, even the technical norms that are probably linked to some area of sustainability.

However, other actors recognize that the insertion of standard clauses would not be sufficient by itself to apply sustainability to the contracts made by Rural. In the view of E9, “there is a standard clause (...) that is there by legal imposition, but in fact people do not observe”. In this sense, the interviewee E19 goes further in his discourse, pointing out the need for the action of all the actors involved:

[...] in the sector of elaboration of edicts standard clauses (...) are imposed by force of legislation in accordance with the object to be disciplined. Only that many times it ends up being a dead letter because afterwards no one audits. If it is imposed there it is being audited, it would also require a greater participation on the part of the higher instances of the institution and a change in culture, of the people (...). The greater commitment of all the actors involved in the contracts.

Moreover, it is worth highlighting that each contract in itself has its particularities in relation to the sustainability criteria. Thus, it is questionable whether standard clauses, used for any type of contract, would in fact bring concrete results in relation to sustainable contracts for the University.

However, in addition to the application of sustainable criteria in the contracts made by DMSA, for some of the interviewees sustainability involves a cultural question, being this the sixth category chosen for analysis. Thus, some people affirmed in their discourses that sustainability, in a general way, would imply a change in the behavior of the people, since, normally, according to the view of E10, “the people do not

pensam” nesse assunto, exemplificando que, por exemplo, “após um dia de sol você chega na praia (...), o lixo fica ali, as pessoas deixam tudo jogado”. Na compreensão do entrevistado E17, no nosso país não temos essa cultura de sustentabilidade, sugerindo que talvez em países desenvolvidos o assunto seja tratado de uma forma diferente:

A gente não tem essa cultura de limpeza, de ter cuidado (...) a gente não tem noção de que não deve jogar lixo na rua. Imagino que na Europa seja diferente, sabe? Na França de repente eles têm aquela visão desde novinho de que você não deve fazer isso, sabe? Você não deve jogar lixo na rua porque é feio, é horrível, polui. E a gente no Brasil não tem essa mentalidade, as pessoas jogam e não estão nem aí, sabe?

Para o entrevistado E19, no âmbito da Rural, essa mudança teria que partir da própria instituição, buscando atingir a todos de maneira generalizada:

[...] teria que vir da alta administração, eles criarem essa política e de maneira gradual ir trabalhando na cultura. Tanto dos funcionários, como também dos alunos, né? Terceirizados, todos os contratados, envolver toda a comunidade assim pra gente ter uma efetividade.

Considerando o sentido essencial da sustentabilidade como a “responsabilidade por oportunidades e limites que condicionarão as vidas das próximas gerações da espécie humana” (VEIGA, 2015, p. 41), foi possível perceber que alguns dos sujeitos entrevistados associam de fato o tema sustentabilidade a uma preocupação com a nossa sobrevivência e o futuro das gerações vindouras – sétima categoria selecionada para análise. Assim, no discurso de E10, que é mãe dois filhos, foi possível perceber que existe certa apreensão em relação a como a vida de seus descendentes serão impactadas com as nossas atitudes hoje: “penso muito no futuro dos meus filhos, eu penso muito no que os meus filhos, os meus netos, os meus bisnetos, o mundo que eles vão ter”. De modo similar, E6 pondera que “sustentabilidade está ligado com a nossa vida, com o futuro bom e amplo que a gente quer deixar para o mundo”. As falas que foram destacadas a seguir ilustram esse ponto de vista de alguns dos entrevistados:

As pessoas precisam entender que o nosso mundo não é só pra gente que vive aqui nessa geração, existe uma geração vindoura que são nossos filhos, que são os nossos netos, nossos bisnetos que a gente precisar preparar o nosso planeta ou então manter o nosso planeta melhor pra geração vindoura [...] (E8).

A sustentabilidade é necessária (...) para que as gerações vindouras tenham a oportunidade de conhecer o que a gente conhece agora (...) (E16).

Voltando-se agora mais especificamente para as contratações sustentáveis, o entrevistado E1 afirma que estas são importantes porque: “se a gente contrata um produto que é sustentável, mais pra frente vai trazer benefícios (...) para as próximas gerações”. De acordo com a fala de E1, as compras sustentáveis implicam em um tipo de ação que se estende no tempo e nos relaciona a outros sujeitos que ainda nem nasceram e que provavelmente nem conheceremos. Dito de outra forma, trata-se de uma ação social que interconecta gerações e amplia seu alcance para além do tempo presente.

Todavia, o fator custo demonstrou ser fundamental no momento da decisão entre comprar ou não um material ou serviço sustentável; assim, ser caro ou barato faria toda a diferença nesse contexto, sendo justamente essa a oitava categoria analisada. O entrevistado E7, por exemplo, lamenta não possuir um padrão de consumo compatível com a

sustentabilidade, mas finaliza bem-humorado informando que, se acaso tivesse, certamente contrataria produtos e serviços mais sustentáveis:

[...] hoje a gente ainda vê a questão sustentável como um luxo, não deveria, deveria ser o normal, o padrão normal de consumo (...). Então quando você tem um poder aquisitivo compatível, se eu tivesse com certeza eu iria ter esse tipo de coisa, mas às vezes você não tem, você acaba comprando o que o seu orçamento permite.

Novamente emerge na fala de E7 a ideia das compras sustentáveis como algo anormal, fora da rotina, como novidade e, até mesmo, um luxo. Aqui, percebe-se uma ambiguidade nesse discurso: as compras sustentáveis, devido a seu maior custo, tornam-se insustentáveis do ponto de vista orçamentário. Esse mesmo tipo de lógica se assemelha ao consumo de alimentos orgânicos, tido como mais saudáveis, não poluentes, etc., mas cujos preços elevados não se enquadram no orçamento de muitas famílias. Esse tipo de relação aponta para um tipo de pensamento ou de lógica que perpassa diferentes universos sociais e culturais.

Nesse contexto, o fator financeiro se mostra como um importante componente capaz de influenciar os momentos de escolha entre realizar ou não contratações mais sustentáveis. Nesse sentido, E11 expressou sua vontade em adquirir produtos que minimizem os problemas ambientais e sociais, contudo, lamenta que “hoje em dia a situação financeira não corresponde a isso, principalmente nós, terceirizados”.

Os servidores E12 e E19 também reafirmam a posição de que o custo é um fator relevante, alegando, assim, que:

[...] muitas vezes a gente tem que optar pensando em valor. (...) você dá preferência às vezes a algo que tá sendo vendido em larga escala por conta do valor (...) se fosse acessível e ao mesmo patamar com certeza eu priorizaria (produtos/serviços sustentáveis) [...] (E12).

[...] você tem um produto que custa 1 mil, você vai pagar por 4 mil por ser sustentável? É complicado. A parte econômica pesa muito (E19).

Segundo o entendimento do entrevistado E14, não seria somente a questão financeira que influenciaria uma decisão desta natureza, mas, aliado a isso, haveria também uma questão de educação nesse sentido. Em sua fala, a ênfase é dada no processo de formação, de educação, e que se refletiria nas condutas e ações ulteriores:

Eu não fui educado pra tomar esse tipo de atitude, escolher um produto mais sustentável que um mais que não seja sustentável, mas mais barato, isso aí realmente a gente não foi educado pra isso (...). Mas a gente entende que seria o correto a gente pensar nesses critérios e tudo mais, mas infelizmente eu estou sendo sincero: eu não faria isso, eu compraria o mais barato.

Para a entrevistada E18, esta escolha irá depender não só do custo em si, mas também do que exatamente se pretende adquirir. No caso de itens para alimentação que sejam mais saudáveis, haveria uma inclinação para aquisição de itens sustentáveis, mesmo que o preço seja mais elevado do que um item não sustentável. Contudo, para outros itens que não se relacionem diretamente à sua saúde, seu bem-estar, não haveria essa mesma disposição:

[...] uma cadeira, eu não vou ver se é sustentável, eu vou comprar pelo valor, pelo que eu estou achando que está confortável (...). Agora, na alimentação sim, na alimentação eu me vejo assim, meio obrigada (...) porque na

alimentação eu sinto na pele, entendeu? E no material o outro vai me atender tanto quanto, então eu vou pensar no lado econômico.

Nessa fala há uma lógica que atribui maior valor às compras relacionadas ao sujeito, à pessoa e ao corpo, em relação àquelas voltadas ao mundo dos objetos. O critério decisivo que conta na escolha da compra sustentável é seu efeito sobre o corpo. Já o entrevistado E17 aponta ainda que sente certo receio em pagar mais caro por algo que se denomina sustentável, alegando que pode estar sendo de fato ludibriado: “você deixa de comprar o mais barato pra comprar o sustentável e não sabe se está sendo feito da forma correta, se você está sendo enganado, é muito difícil”.

Entretanto, alguns atores reconhecem que as opções por comprar itens sustentáveis, no longo prazo, podem trazer uma compensação para o meio ambiente ao contrário dos produtos não sustentáveis. Nesse sentido, segundo E1, “ela (a contratação sustentável) pode ser mais cara em princípio, agora, mas no futuro ela pode se tornar mais barata porque você vai agredir menos o meio ambiente”. A fala do entrevistado E3 também ilustra esse ponto de vista:

[...] além dos produtos serem ecologicamente mais legais (...) a maioria das coisas geram um benefício até de custo menor, talvez não na hora da aquisição, mas durante o uso às vezes tem um desgaste menor ou afeta menos o meio ambiente.

Mais uma vez entra em cena a categoria futuro associada às compras sustentáveis. Durabilidade maior, menos danos ao meio ambiente e mesmo um custo menor no longo prazo, são tidas em conta no momento da escolha da compra.

Outro aspecto citado em relação à sustentabilidade foi a questão de consciência de consumo, sendo essa a nona e última categoria selecionada para análise. Assim, tal discurso estaria levando, ou deveria levar, a mudanças nos modos de agir e pensar das pessoas na sociedade. Em muitas falas apareceu a ideia de que a mudança não diz respeito exclusivamente ao indivíduo, mas a toda a sociedade. A educação escolar ganha centralidade nesse processo, uma vez que para alguns entrevistados é preciso educar a pessoa desde pequeno. O entrevistado E7, por exemplo, afirma que estabeleceu para si o que denominou de preocupação com o consumo de água, de energia elétrica e com a redução do número de sacolas que utiliza quando vai ao mercado fazer compras. E o entrevistado E16, que se demonstrou bastante engajado com esse assunto, relatou, nesse sentido, e de maneira bastante enfática, que:

[...] é uma questão de que não podemos mais deixar de enfrentar essa necessidade da sustentabilidade. Há um tempo atrás, as pessoas consumiam água de uma maneira desorientada, consumiam recursos naturais de maneira desorientada, e hoje a gente não pode mais permanecer nessa maneira.

Esse mesmo entrevistado relata também sobre a preocupação que possui em não desperdiçar energia elétrica na Universidade, afirmando que possui conhecimento sobre o valor da conta que é paga e esse fato o incomoda bastante e, em virtude disso:

[...] quando estou indo embora eu apago luzes e desligo ventiladores, todos os dias. Então a gente sabe que cinco minutos que fica ligado já faz diferença (...). E se eu faço isso na minha casa por que não fazer aqui?

O discurso de E15 expressa a percepção de uma mudança de costumes que vem acontecendo na sociedade em decorrência do discurso acerca da sustentabilidade:

[...] acho que é uma preocupação que as pessoas estão tendo de não poluir, de economizar, de reaproveitar (...). Acho que hoje pensa assim “ah não, o que eu posso fazer? Aproveitar isso aqui de uma outra forma? Usar de uma outra forma”, eu acho que é isso.

Noto que na fala de E15 é dada uma importância à forma como o sujeito, a partir de pequenas constatações, consegue modificar seu comportamento. Outra situação mencionada recorrentemente foi a preocupação com um descarte mais adequado do lixo, conforme trechos destacados abaixo:

[...] eu não lembro de ser orientado assim, mas eu não faço, eu guardo comigo (lixo), deixo lá no carro ou procuro um local pra jogar (E4).

[...] na minha educação não teve isso (...) não existia esse cuidado com a sustentabilidade (...). Mas hoje em dia eu trago algumas coisas pra mim, de fora pra dentro (...). Por exemplo, eu tô comendo alguma coisa no ônibus e tem pessoas que jogam no chão (...) eu boto dentro do bolso ou então, eu tô com copinho, vou ficar cheio de copinho vazio até encontrar uma lixeira, entendeu? E vou jogar ali (E8).

(...) a gente procura fazer o descarte adequado do lixo (...). Então, na medida do possível, vai penetrando isso na residência, essa política de sustentabilidade (E19).

O entrevistado E9 refletiu sobre sua preocupação em incentivar o mercado local: alegando que, por já ter sido bancário e trabalhado com pequenos comerciantes, compreende a importância de fomentar a economia local: “geralmente compro porque eu acho que ajuda o desenvolvimento local então eu vou sair do meu bairro pra comprar em outro bairro? Daqui a pouco o meu comércio morre, as pessoas ficam desempregadas”.

Todavia, alguns sujeitos afirmaram também que não é fácil manter tais hábitos visto que para que alguns destes se concretizem existe uma dependência em relação a outros fatores. O entrevistado E3, relatou, por exemplo, a dificuldade em fazer um melhor descarte do lixo pelo fato de não haver no seu bairro serviço público de coleta de material reciclável:

[...] a gente não tem uma coleta certa de lixo, o lixo é misturado, a gente separa na bolsa, mas eu sei que o caminhão que pega mistura tudo. Então acho que a gente podia (...) fazer um pouco mais, mas também estamos de mãos atadas por não ter o serviço (E3).

A fala de E3 é significativa pelo fato de que mostra que os sujeitos compreendem o que se passa em seu entorno quando o assunto é a coleta seletiva do lixo, por exemplo. Ao contrário do que podemos pensar, muitas pessoas preocupam-se com a triagem do lixo em suas residências, mas enfrentam serviços de coleta de lixo que não dispõem desses serviços. Em grande medida, os atores sociais são reflexivos, compreendem o que se passa em seu entorno, mas têm de lidar com obstáculos e limitações na perseguição de seus objetivos. Nesse contexto, E9 ressalta a dificuldade em manter hábitos sustentáveis quando as pessoas que convivem no mesmo ambiente, seus familiares, não aderem da mesma forma a tais práticas:

[...] mas é difícil porque dentro de casa mesmo às vezes tem resistência “ah, bolsa plástica” por que você vai ensacar no mercado com duas se você pode

colocar uma? (...). Em casa mesmo eu tenho resistência em relação a isso, as pessoas têm resistência em relação a isso (E9).

Outra perspectiva aparece na fala de E12 quando este afirma que foi através da sua esposa que o mesmo se inseriu nessa temática: “a minha esposa participa de um grupo de compras coletivas de coisa orgânica e coisas sustentáveis também, então automaticamente eu estou inserido (...) nesse meio”. Já E16 destaca em seu discurso o papel de conscientização das próximas gerações em relação aos ideais de sustentabilidade:

[...] a sociedade capitalista, consumista (...) empurra as pessoas pro consumo, para essa coisa de ostentação (...). Enquanto a gente viver dessa maneira, a grande massa vai continuar consumindo muito desrespeitando qualquer regra, sabe? Enquanto a gente não pegar nas nossas crianças de agora, nos pequenininhos e estar ensinando pra eles que a água vai acabar, os recursos tendem a acabar pra elas desde o início não terem esse ideal de consumo desordenado ((silêncio)) o que a gente vai fazer?

E, finalizando, E17 descreveu sua dificuldade em tentar ser mais sustentável pelo fato de não possuir uma educação voltada para esse aspecto: “no prédio que eu morei a gente já tentou separar lixo, só que não sabia exatamente o que colocar em cada sacola (...). Então a gente precisa de educação também [...]”. Nesse discurso de E17, educação é o termo empregado para assinalar a complexidade de como lidar com o lixo produzido no dia a dia. Apesar de haver muita informação disponível atualmente nem sempre é clara a ação que se deve tomar.

Assim, a alteração legal que trouxe para os processos de contratações públicas o princípio de promoção do desenvolvimento nacional sustentável é algo que vai além de uma mudança de paradigma, mas trata-se também de uma alteração de valores, que se reflete diariamente na vida dos sujeitos sociais que atuam nessa seara.

CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS

O debate em torno do desenvolvimento sustentável é atravessado por fatores de diversas ordens cuja investigação não pode prescindir da maneira como os sujeitos sociais compreendem, constroem, mantêm e negociam a realidade social, assim, trata-se de uma construção social em que participam diversos sujeitos, grupos, organizações, saberes, fazeres e também imaginários. Trata-se, também, menos de algo em torno do qual há um consenso do que na maior parte das vezes dúvidas, incertezas, questionamentos e hesitação. Em poucas palavras, desenvolvimento sustentável é uma categoria social em pleno processo de construção.

Um dos atores sociais mais significativos no campo do desenvolvimento sustentável é certamente o Estado. Nesse contexto, encontra-se o governo brasileiro, o qual deu um importante passo rumo ao desenvolvimento sustentável ao implantar no âmbito das instituições públicas, por meio de instrumentos legais, a política de contratações sustentáveis. Entretanto, a despeito do papel do Estado e dos objetivos por ele traçados em relação a essa temática, encontram-se aqueles cuja responsabilidade em interpretar, compreender e aplicar o regulamento jurídico depende em grande medida de suas experiências, vivências e trajetórias sociais, assim, o papel dos atores institucionais é fundamental nesse cenário.

Meu trabalho consistiu, em grande medida, em levar em consideração esses sujeitos e a forma como em seus locais de trabalho compreendem o desenvolvimento sustentável e os instrumentos legais disponíveis para sua aplicação. Dito de outra forma, parti da zona moral ou da província do significado ou ainda da ideia de mundo (BECKER, 1977; VELHO, 1994) para compreender de que maneira como as concepções e visões de mundo dos sujeitos repercutem significativamente a realidade social.

Nesse sentido, este estudo, orientado por um olhar sociológico e antropológico relacional, pretendeu contribuir com as discussões em torno das contratações públicas sustentáveis e instigar a realização de estudos suplementares para que cada vez mais a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e instituições similares sintam-se estimuladas a fortalecer as suas políticas em prol do desenvolvimento sustentável. Objetivou-se analisar e investigar a construção, negociação e manutenção da categoria “sustentabilidade”, mediante a compreensão da interpretação dos atores institucionais envolvidos com a efetivação das contratações na UFRRJ. Para tal, foi necessário compreender o significado socialmente atribuído aos termos desenvolvimento sustentável e sustentabilidade, identificar os aspectos que vêm sendo destacados em estudos que abrangeram a temática sobre contratações públicas sustentáveis e compreender como a cultura, inclusive a cultura subjetiva (VELHO, 1994) influencia o discurso acerca do desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade – assuntos abordados nos tópicos 4.1, 4.2, 4.3. Por fim, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com os sujeitos que atuam na efetivação de contratações nessa instituição, objetivando compreender como estes definem, percebem e reagem à sustentabilidade.

Após a análise das falas e narrativas das entrevistas procedeu-se à categorização, isto é, o processo de identificação de palavras cuja importância na estruturação do pensamento mostra-se fundamental. Nessa etapa mostrou-se de grande importância a metodologia empregada por Velho, em seu hoje clássico estudo chamado de *A utopia urbana* (1973).

A análise das nove categorias de pensamento destacadas nos discursos dos atores institucionais que atuam na efetivação das contratações públicas da Rural indicam, preliminarmente, que a sustentabilidade parece uma ideia ainda em construção, ou seja, um discurso relativamente familiar, conhecido, porém, sobre o qual ainda não há muita clareza ou certeza a respeito. Contudo, a importância atribuída a essa temática, por parte dos entrevistados, parece bem definida na concepção dos entrevistados, a despeito de ser

percebida como um assunto muito complexo e de difícil compreensão em função dos conhecimentos disponíveis e daqueles adquiridos até o momento. De fato, se trata de um assunto que envolve uma interdisciplinaridade de conhecimentos, possuindo, assim, diversas vertentes, tais como o fator econômico, ambiental, social e, inclusive, individual; afinal, o individualismo é um fenômeno central à estruturação das sociedades modernas (VELHO, 1994).

Dessa forma, é preciso ter em conta o caráter subjetivo da questão que é abordada em minha dissertação. Trabalhar com critérios de sustentabilidade aplicados às contratações, impostos por meio de leis e normas do governo, tem sido um desafio para as pessoas que trabalham no DMSA visto que, em sua maioria, seu grau de conhecimento não somente não é o mesmo, como não tiveram acesso a experiências traduzidas sob a forma de cursos de capacitação continuada, formação complementar, palestras, oficinas, etc.. Assim, esses atores não conhecem o assunto em profundidade e nem obtiveram a oportunidade de se capacitar nesse sentido. Cabe salientar também que as questões que são assinaladas em minha análise se desdobram em diversos níveis, âmbitos e esferas, um claro sinal das sociedades complexa e de sua fragmentação.

Através da análise das falas dos entrevistados, notei que não há uma política institucional, nem diretrizes explícitas relacionadas à sustentabilidade, no âmbito da Rural. A inexistência de uma política institucional que balize e oriente de forma clara e transparente o conjunto geral da administração universitária sobre o tema que investigo se mostra fator condicionante para a efetividade de contratações mais sustentáveis, conforme alegaram alguns dos sujeitos entrevistados. Assim, uma política de sustentabilidade formal, sistemática e contínua, que abrangesse também a capacitação do pessoal responsável pelas contratações institucionais, desde os requerentes até aqueles que trabalham no DMSA, poderia ter como um dos seus efeitos uma melhor aplicação de critérios de sustentabilidade nos procedimentos de contratações.

A despeito disso, observei que alguns valores trazidos pelos ideais de sustentabilidade se encontram presentes de certo modo no Departamento, independentemente de orientação superior nesse sentido, através de adoção de algumas práticas sustentáveis por parte de seus membros. Assim, os discursos revelaram que as pessoas que trabalham no DMSA preocupam-se, alguns mais, outros menos, com a questão da sustentabilidade, indicando tratar-se, portanto, de uma temática com a qual as pessoas travam algum tipo de contato todos os dias. A mídia, sem dúvida, possui um papel central nesse processo e essas influências se refletem no cotidiano dessas pessoas.

Porém, no que tange especificamente ao trabalho que desenvolvem no DMSA, esses sujeitos enfrentam obstáculos e limitações nesse sentido, diante da inexistência de uma orientação normativa superior mais geral, capaz de evitar mal entendidos e, inclusive, a possibilidade de no futuro sofrerem alguma sanção pela tomada de alguma posição discordante dos critérios tradicionalmente aplicados às contratações públicas. Tal situação demonstra que os sujeitos que atuam na DMSA são sim sujeitos que monitoram reflexivamente suas ações; que são portadores de experiências e vivências fundamentais na compreensão da realidade social que constroem coletivamente. Não se trata em nenhuma hipótese de sujeitos passivos sendo guiados por forças sociais invisíveis.

De fato, estamos em um ambiente onde a interação entre diferentes atores sociais (SIMMEL, 1987) é crucial para o fenômeno que investigo. Contudo, a própria estrutura burocrática da organização, inerente a órgãos públicos, se em um momento favorece o desenvolvimento de determinadas atividades, por outro lado não favorece a comunicação e a troca de informações em determinados níveis em virtude, principalmente da existência de diversos níveis hierárquicos entre os setores.

Em relação à inclusão de critérios de sustentabilidade nas contratações realizadas pelo DMSA, uma participação mais efetiva do requerente se mostrou fundamental. Nesse aspecto, cumpre destacar também a grande heterogeneidade de contratações realizadas pelo DMSA, sendo algumas destas bastantes técnicas, o que torna inviável, para as pessoas que trabalham lá, definir tais critérios para todos os pedidos realizados. Mais do que uma responsabilidade de um indivíduo isolado, a sustentabilidade também foi apontada como uma problemática ainda não suficientemente incorporada, discutida e internalizada como rotina de trabalho da UFRRJ. Assim, não cabe aqui apontar um único fator que esteja ensejando um reduzido quantitativo de contratações sustentáveis na Universidade. De fato, a sustentabilidade ainda não foi de fato incorporada na vida cotidiana da maioria das pessoas e instituições em nossa sociedade como um todo.

Por outro lado, foi possível observar nas entrevistas a articulação permanente entre o passado e o futuro, o que remete às observações feitas por Velho a respeito das noções de memória e projeto, presentes na sociologia fenomenologista de Alfred Schutz (1979). Assim, o futuro foi um ponto destacado pelos sujeitos entrevistados em relação à sustentabilidade, no sentido de preservação do planeta para as futuras gerações. O futuro é imaginado tendo em vista as questões prementes que se colocam para os sujeitos do presente.

A sustentabilidade também aparece contrastada à dimensão econômica, um fator nada negligenciável nas tomadas de decisão, especialmente em um cenário de escassez de recursos financeiros. Nesse sentido, ao optar por contratações mais sustentáveis, o custo ainda demonstrou ser um fator que pesa bastante nesta escolha, apesar do entendimento de que produtos mais sustentáveis agridem menos o meio ambiente.

A sustentabilidade, portanto, é uma ideia que parece estar sendo paulatinamente discutida, negociada e aceita na realidade dos atores que atuam na efetivação de contratações da Rural, refletindo-se em suas trajetórias por meio de ações e decisões diárias ao longo de sua vida social, seja na família e também no ambiente de trabalho, como, por exemplo, através de mudanças relatadas nas próprias rotinas da vida dessas pessoas, como alterações de padrões de consumo e uma preocupação com descarte adequado de resíduos. Assim, tal situação demonstra certa adesão desses sujeitos aos valores veiculados pelos ideais de sustentabilidade.

Finalizo destacando e reafirmando o papel da Universidade pública como uma organização sócioresponsável, comprometida com uma sociedade justa do ponto de vista social e ambiental. Somente por meio da educação e de ações efetivas poderá haver de fato mudanças de comportamento e de cultura. Ademais, se os sujeitos não tiverem acesso aos problemas ambientais e sociais que ameaçam a sobrevivência do planeta, jamais refletirão sobre a importância de adoção de uma postura mais consciente e tampouco serão capazes de lidar com tais ideais na prática. Nesse sentido, considero a promoção de eventos, cursos e palestras que informem e formem as pessoas, tanto aquelas que trabalham diretamente na efetivação das contratações (servidores e terceirizados), quanto os requerentes e a comunidade universitária como um todo, como extremamente importante para a disseminação desses conhecimentos e também para viabilizar o envolvimento de todos na efetivação de políticas em prol do desenvolvimento sustentável, como as contratações sustentáveis. Escolas de governo como a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e a Escola Superior de Administração Fazendária (ESAF) já vêm promovendo cursos de capacitação que abordam tanto a questão da sustentabilidade de maneira geral, quanto, de forma mais específica, as próprias contratações sustentáveis. Assim, o papel da administração superior da Universidade no quesito de promoção e incentivo a tais ações de qualificação profissional é, portanto, fundamental.

Dessa forma, o desenvolvimento sustentável e seus objetivos, arquitetados ao longo de anos por diversos sujeitos e instituições, oferecem ao mundo uma oportunidade de

construirmos um planeta ecologicamente equilibrado e mais justo para todos. O problema, agora, não se esgota somente no campo das normas e diretrizes legais, mas nas organizações e nas pessoas, assim como nas formas sob as quais interagem cotidianamente e sobre as quais se espera que estabeleçam seus próprios objetivos em prol do desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Gabriela Xavier De; FÉLIX, Joana D’Arc Bicalho. O meio ambiente na mídia – um estudo de caso do jornal de maior circulação de Brasília. **Universitas: Arquit. e Comun. Social**, Brasília, v. 5, n. 1, p. 51-68, jan./dez. 2008.
- AGU. Advocacia-Geral da União. **Guia Nacional de Licitações Sustentáveis**. Brasília, 2016. Disponível em <<http://www.agu.gov.br/page/download/index/id/33743204>>. Acesso em: 09 out. 2016.
- BARBOSA, Livia. **Sociedade de consumo**. 1 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- BARBIERI, J.C. *et al.* Inovação e sustentabilidade: novos modelos e proposições. **Revista de Administração de Empresas**, v. 50, n. 2, p. 146-154, 2010.
- BATISTA, Marco Antonio Cavalcanti; MALDONADO, José Manuel Santos de Varge. **O papel do comprador no processo de compras em instituições públicas de ciência e tecnologia em saúde (C&T/S)**. *Rev. Adm. Pública*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 4, p. 681-699, jul./ago. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122008000400003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 out. 2017.
- BECKER, H. De que lado estamos? In: BECKER, H. **Uma teoria da ação coletiva**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977. p. 122-136.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **Perspectivas sociológicas: uma visão humanística**. Petrópolis: Editora Vozes, 1980.
- BIAGE, Verlany Souza Marinho de; CALADO, Luiz Roberto. **Análise dos resultados das contratações públicas sustentáveis**. *REAd. Rev. eletrôn. adm.* (Porto Alegre), Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 601-621, Dez. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-23112015000300601&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 18 Mar. 2017.
- BIDERMAN, Rachel et al. **Guia de compras públicas sustentáveis: uso do poder de compra do governo para a promoção de desenvolvimento sustentável**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- BRASIL. **Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993**. Brasília, 1993. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm>. Acesso em: 12 de jul. de 2016.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010**. Brasília, 2010. Disponível em <<http://www.comprasnet.gov.br/legislacao/legislacaoDetalhe.asp?ctdCod=295>>. Acesso em: 09 out. 2016.

BRASIL. **Decreto 7.746, de 05 de junho de 2012**. Brasília, 2012. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7746.htm>. Acesso em: 12 mai. 2017.

BORGES, José Clóvis Pereira. **Licitações sustentáveis, seus desdobramentos no âmbito das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES): o caso da Universidade Federal do Paraná**. 247 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Vale do Itajaí, Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas. Itajaí, 2011.

CÂMARA, Leonor M.; FROSSARD, Leila B. de M. **Poder de compras da administração pública federal: novas perspectivas para o debate acadêmico**. In: Encontro de Administração Pública e Governança, 4., 2010, Vitória. Anais... Vitória: EnAPG, 2010. p. 2-16.

CARVALHO, Leonardo Portela. **Licitações sustentáveis: um estudo sobre a aplicação do Decreto nº 7.746/2012 na contratação de serviços pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES**. 125 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública. Vitória, 2014.

CARTA CAPITAL. **Oito homens têm a mesma riqueza que os 3,6 bilhões mais pobres do mundo**. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/economia/oito-homens-tem-a-mesma-riqueza-que-os-3-6-bilhoes-mais-pobres-do-mundo>>. Acesso em: 23 nov. 2017.

COELHO, Hamilton Antônio. **Responsabilidade ambiental na licitação**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris Ed., 2014.

COUTO, Hugo Leonnardo Gomides do; RIBEIRO, Francis Lee. **Objetivos e desafios da política de compras públicas sustentáveis no Brasil: a opinião dos especialistas**. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, v. 50, n. 2, p. 331-343, Abr. 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122016000200331&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 08 Mar. 2017.

CRESPO, Samyra Brollo de Serpa; MATOS, Karla Monteiro; ABREU, Geraldo Vitor de (Orgs). **Agenda Ambiental na Administração Pública**. 5ª ed. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/_arquivos/cartilha_a3p_36.pdf>. Acesso em: 29 out. 2018.

DA MATA, Roberto. O ofício de Etnólogo, ou como Ter “*Anthropological Blues*”. In: NUNES, E. de O. (org.) **A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social**. Rio de Janeiro, Zahar, 1978. p. 23-35.

DICIO. Dicionário online de Português. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br>>. Acesso em: 03/03/2018.

DI GIOVANNI, Geraldo. **As estruturas elementares das políticas públicas**. Caderno de pesquisa, v. 82, 2009. Disponível em: <<https://observatorio03.files.wordpress.com/2010/06/elementos-das-politicas-publicas.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2016.

FERNANDES, Ciro Campos Christo. **Política de compras e contratações: trajetória e mudanças na administração pública federal brasileira**. 2010. 285p. Tese (Doutorado) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, centro de Formação Acadêmica e Pesquisa. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2010.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

GOLDENBERG, Mirían. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GUIA RIO+20. Rio de Janeiro: Centro Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável, 2012. 115 p.

FERNANDES, Antonio Sergio Araujo. Políticas Públicas: Definição evolução e o caso brasileiro na política social. IN DANTAS, Humberto e JUNIOR, José Paulo M. (orgs). In: **Introdução à política brasileira**, São Paulo. Paulus. 2007.

HEGENBERG, Juliana Trianoski. **As compras públicas sustentáveis no Brasil: um estudo nas universidades federais**. 257 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública. Curitiba, 2013.

MARX, Karl. Manuscritos econômicos e filosóficos: terceiro manuscrito. In: **Karl Marx. Coleção Os Pensadores**. São Paulo: Abril cultural, 1978. p.07-55

LOTTA, Gabriela. O papel das burocracias do nível da rua na implementação de políticas públicas: entre o controle e a discricionariedade. In: FARIA, C. A (org). **Implementação de Políticas Públicas. Teoria e Prática**. Editora PUCMINAS, Belo Horizonte, 2012.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Agenda 21**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21>>. Acesso em: 03 abr. 2018.

MENDES, Armando Dias. Breve itinerário dos ecossistemas à ecopoesia: chegadas para o seu traçado. In: BURSZTYN, Marcel (Org). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. IBAMA/ENAP. São Paulo: Brasiliense, 1993. p 11-27.

MOTTA, Fernando C. Prestes. **Teoria das Organizações: Evolução e Crítica**. 2ª ed. São Paulo: Pioneira, 2001.

NETO, O. C. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa Social – Teoria, Método e Criatividade**. 23ª ed. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 51-66.

O FUTURO QUE QUEREMOS. Rio de Janeiro: Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, 2012. 55 p.

OLIVEIRA, Bernardo Carlos S. C. M. de; SANTOS, Luis Miguel Luzio dos. **Compras públicas como política para o desenvolvimento sustentável**. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, v. 49, n. 1, p. 189-206, Fev. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122015000100189&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 05 Mar. 2017.

Organização das Nações Unidas (ONU). **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em 05 Mar. 2017.

ORTIZ, Renato. Estado, cultura popular e identidade Nacional. In: **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. 5ª ed. São Pulo, SP: Brasiliense, 1994. p. 127-148.

PAINEL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL. Disponível em <<http://paineldecompras.planejamento.gov.br>>. Acesso em 27 out. 2018.

PNUMA, Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. **ABC do CPS: esclarecendo conceitos sobre Consumo e Produção Sustentável (CPS)**. 2012. Disponível em: <http://www.oneplanetnetwork.org/sites/default/files/10yfp-abc_of_scp-pt.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2018.

ROSSATO, Jaqueline. **Compras públicas sustentáveis: estudo nas Instituições federais de ensino superior a partir das comissões permanentes de licitação**. 128 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Administração. Florianópolis, 2011.

SIMMEL, Georg, A metrópole e a vida mental. Em VELHO, Otávio G. (org), O fenômeno urbano, Rio de Janeiro: Guanabara, 1987 (1902).

SACHS, Ignacy. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, Marcel (Org). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. IBAMA/ENAP. São Paulo: Brasiliense, 1993. p 29-56.

SCHÜTZ, Alfred. O cenário cognitivo do mundo da vida. In: WAGNER, Helmut R. (Org.) **Fenomenologia e relações sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SILVA, Renato Cader Da; BARKI, Teresa Villac Pinheiro. **Compras públicas compartilhadas: a prática das licitações sustentáveis**. Revista do Serviço Público, Brasília, v. 2, n. 63, p. 157-175, abr./jun. 2012.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, n. 16, p. 20-45, dez. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222006000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 09 nov. 2016.

STEFFEN, Will; Katherine Richardson; Johan Rockström; Sarah E. Cornell; Ingo Fetzer; Elena M. Bennett; R. Biggs; Stephen R. Carpenter; Wim de Vries; Cynthia A. de Wit; Carl Folke; Dieter Gerten; Jens Heinke; Georgina M. Mace; Linn M. Persson; Veerabhadran Ramanathan; B. Reyers; and Sverker Sörlin. (2015b) “**Planetary boundaries: Guiding human development on a changing planet**”. Science, v. 347, n. 6223, p. 1259855, 2015.

TEIXEIRA, Maria Gracinda Carvalho; AZEVEDO, Luís Peres. **A agenda ambiental pública: barreiras para a articulação entre critérios de sustentabilidade e as novas diretrizes da administração pública federal brasileira**. REAd. Rev. eletrôn. adm. (Porto Alegre), Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 139-164, Abr. 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-23112013000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 12 Mar. 2017.

UFRRJ. **Estatuto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**. 2012. Disponível em <<http://www.ufrrj.br/soc/DOCS/Delib%200015-2012%20CONSU%20-%20ESTATUTO%20e%20REGIMENTO.pdf>>. Acesso em 09 out. 2016.

UFRRJ. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. 2013. Disponível em <<http://portal.ufrj.br/wp-content/uploads/2016/11/PDI-UFRRJ-2013-2017.pdf>>. Acesso em 26 nov. 2017.

UFRRJ. **O que fazer diante do quadro orçamentário insuficiente de 2015?** 2015. Disponível em <<http://portal.ufrj.br/pro-reitoria-de-assuntos-financeiros/>>. Acesso em 24 fev. 2018.

UFRRJ. **Relatório de Gestão**. 2016. Disponível em <<http://portal.ufrj.br/institucional/relatorios-de-gestao/relatorios-de-gestao-da-ufrj/>>. Acesso em 05 dez. 2017.

VEIGA, José Eli Da. **Para entender o desenvolvimento sustentável**. 1 ed. São Paulo: Editora 34, 2015. 232 p.

VELHO, Gilberto. Ideologia e imagem da sociedade. In: **A utopia urbana: um estudo de antropologia social**. 1º Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: **Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. 1º Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. 1º Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1994.

GERHARDT, Cleyton H. e ALMEIDA, Jalcione. **Invenção de uma "problemática ambiental"?**. Anais do XL Congresso da Sociedade de Economia e Sociologia Rural, CDROM, Juiz de Fora, 2003.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009.

SAHLINS, M. Experiência Individual e Ordem Cultural In: **Cultura na Prática**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2004, p 301-316.

SANTOS, Rafael José Dos. **Antropologia para quem não vai ser antropólogo**. 1 ed. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2010.

APÊNDICE

Transcrição de entrevista ilustrativa

Legenda:

(inint) – Trecho sem compreensão.

(palavra 1 / palavra 2) → incerteza da palavra / hipótese alternativa.

((palavra)) → comentários da transcrição.

(...) Demonstração de corte em trechos não relevantes.

Entrevistado: E1

Duração: 00:19:25

(Início)

(...)

P: Sua idade?

R: 39.

P: Qual seu nível de escolaridade?

R: Ensino Médio completo.

P: Qual seu cargo ou função?

R: Assistente de logística.

P: Em que ano ocorreu seu ingresso na Rural?

R: Em 2015, julho.

P: Julho de 2015. Há quanto tempo você está no quadro da DMSA?

R: Desde julho de 2015.

P: Em qual setor do DMSA você atua?

R: No setor de especificações que é a SIREER desde julho também.

P: A sua locação no DMSA foi uma escolha sua ou da instituição?

R: Foi... no caso eu passei por uma entrevista com Murilo, que era o diretor na época, aí ele que de acordo com o perfil de cada um ele direcionou, no caso ele achou que eu me enquadraria bem ali contato com os requisitantes e tal. Aí eu acabei indo pra SIREER.

(...)

P: Eh... de maneira geral, você poderia me falar sobre como é o seu dia a dia na Rural?

R: Dia a dia de trabalho?

P: Sim.

R: Ali é um setor bem agitado, trabalho é o que normalmente não falta. A gente... no caso, o atendimento tem que tá sempre disponível atender os requisitantes que não são poucos, que vem ali pra tirar dúvidas e tal. Mas dia a dia é assim, atendimento ao requisitante, respondendo, dando entrada em todos os pedidos de compra, passam todos eles pelo nosso setor, compras e cursos, agora acho que o de cursos já deve estar saindo pra responsabilidade da Codep, né? E é isso, todo pedido de serviço e compra passa mesmo por nós.

P: Na sua opinião, quais são as principais preocupações que norteiam as atividades realizadas? Pelo DMSA.

R: Preocupações?

P: Sim.

R: Então a gente tá tentando corrigir algum... não vou dizer que é problema, né, mas o que que acontece? Tem muito requisitante assim que não entende como é o procedimento que ocorre porque a gente até às vezes pede as coisas não é porque a gente quer de repente atrapalhar o pedido ou atrasar, mas e sim porque a gente tem que agir de acordo com a lei, né? E é difícil, é burocrático fazer compras. Então acho que a maior dificuldade que a gente tem ali é essa da pessoa, das pessoas entenderem que precisa ter os procedimentos à serem seguidos, é o que a gente tem ali. E a gente tá tentando mudar isso. A maior dificuldade que a gente tem é essa. Mas entendimento da parte de quem está solicitando material, serviço de saber que não é só pedir porque pedir realmente você pode pedir qualquer coisa, mas não quer dizer que você possa ser atendido do jeito que você pediu. Então é isso.

P: O que o trabalho no DMSA representa pra você?

R: Nossa, ali na verdade eu nunca tinha trabalhado na licitação então o conhecimento assim que a gente teve... na verdade, a gente aprende todo dia, a lei vai mudando tudo sempre, né? Agora surgiu a IN 05 pra serviço que complicou a vida demais ali pra... a gente tá tentando até se adequar. Então assim, em termos de conhecimento eu aprendi muito ali a partir da situação, que eu entrei sem saber praticamente nada, então fui pegando conhecimento, estudando sobre a lei de licitação que muita coisa eu ainda não sei, sobre ela, por mais que a gente estude sempre tem alguma coisa que é meio interpretativo.

P: Com certeza.

R: Então é isso, acho que o conhecimento foi a melhor parte do trabalho.

P: Tá bom. Você já ouviu falar de sustentabilidade?

R: Então, a gente trabalha observando as fases de... quer dizer, numa primeira fase da solicitação se em cada pedido tem algo sobre sustentabilidade, a parte sustentável ali que vá ajudar. Porque o que que... pelo menos eu antes de trabalhar ali não tinha ideia do que era sustentabilidade. E a sustentabilidade tem tudo quanto é tipo de solicitação, tanto pra serviços, quanto pra aquisição. Só que a gente... por mais que a gente leia, às vezes parece que é meio complicado de se entender. E até mesmo pra passar para os requisitantes, que a gente chega e às vezes pede “olha só, você tem que preencher a parte sustentável” e muitas vezes não se aplica, não se aplica porque tem a contratação sustentável, aquilo que... as pessoas às vezes perguntam “poxa, mas o que que é a sustentabilidade?” A gente chega “pode ser desde o transporte que pode ser feito, por exemplo, com carro elétrico, a gás ou álcool que polui menos do que a gasolina e o diesel, à própria aquisição do produto que tem menos papel que não seja reciclável e tal” então tudo aquilo que agride o meio ambiente eu acho que não seria legal, bom que se contratasse. Então seria sempre bom verificar. Acho que a parte sustentável, de sustentabilidade é mais isso, de você tentar ajudar as próximas gerações a ter um ambiente melhor, que não seja tão agressivo, né?

P: Você já participou de alguma atividade de capacitação que abordasse a questão da sustentabilidade?

R: Não.

P: Ou algum outro tema similar. Não?

R: Não (inint 00:06:25) não. Como... como colaborador a gente não pode né pra fazer...

P: A capacitação.

R: A capacitação. A não ser que seja por nossa conta, e aí nesse canto ainda não, a gente procura ler e aprender assim mais pelo que tem disponível no site até dos órgãos controladores, da AGU, entendeu?

Que lá tem bastante coisa só que é bem complexo. O ideal realmente seria que tivesse algum tipo de capacitação.

(...)

P: Você julga importante a DMSA empenhar-se em considerar aspectos ambientais e sociais em seus processos de contratação? Fornecimento de bens e serviços? De que forma o seu setor poderia contribuir nesse sentido?

R: Então, importantíssimo e a gente, como eu falei no início, nos nossos documentos a gente já solicita que seja dada atenção à parte de sustentabilidade, justamente essa parte de contratação a gente tem um tópico bem grande que eu não vou lembrar de cabeça porque é muita coisa que a gente geralmente pede, mas a gente já tem uma área. Eu acho que eu não sei, olhando vendo agora mais ou menos não dá pra mensurar o que a gente poderia melhorar, eu até acho que já é adequado, entendeu? Porque a gente já pede isso nos nossos documentos, que cite a parte de sustentabilidade pra cada tipo de contratação, até mesmo as normas técnicas que provavelmente estejam vinculadas à alguma coisa da área sustentável. Então acho que melhorar mais acho que não... até pode ser algum mecanismo na lei, eu pelo menos vejo no... no observo no dia a dia lá que já está adequado a parte que a gente pede de sustentabilidade. Só falta assim, eu acredito... a gente deveria ser capacitado, mas eu acho que deveria ter capacitação também pra quem solicita. Quem faz a solicitação é aquela pessoa que entende mais do que tá pedindo e ninguém conhece mais do que tá pedindo... do que tá sendo pedido do que quem tá pedindo, né?

P: Aham.

R: O demandante. Então acho que eles deveriam ter uma capacitação dessa da parte sustentável, algum curso, alguma coisa...

P: Você já trabalhou com processo de contratação que considerasse critérios sustentáveis? Poderia citar exemplos?

R: Então, na realidade teve... acho que foi um pedido da pró-reitoria de assuntos estudantil que a gente deu como sugestão os copos descartáveis que tem tipo de... eu não sei se a fabricação talvez de bambu, eu não lembro qual era o tipo de material, mas a gente pesquisou e sugeriu. É claro que o custo ele é mais alto, mas o benefício que ele vai ter pro futuro é muito maior do que aquele plástico normal dos copos descartáveis. Então a gente até sugeriu que eles comprassem... teve acho que de caneca, teve alguns outros também, mas é claro que a gente não consegue porque a demanda é muito grande então não vou lembrar de todos, mas tem sim. A gente sempre tenta procurar sugerir que sejam contratados produtos que sejam mais sustentáveis, como acho que é folha A4 que a gente comprou da última vez, a gente sugeriu que se comprasse tudo com papel que fosse reciclável, justamente ajudar.

P: Você considera viável a inserção de critérios ambientais e sociais nas contratações realizadas pelo DMSA? Pode explicar o porquê?

R: Então, como eu falei é importante sim porque você vai fazer com que as gerações futuras se beneficiem do que a gente tá contratando agora. Se a gente contrata um produto que é sustentável, mais pra frente vai trazer benefícios pra... para as próximas gerações. Como não vai ter tanta agressão ao meio ambiente, esse tipo de coisa.

P: Em termos de estrutura do setor e de pessoal qualificado, você considera que DMSA está preparado para abranger critérios ambientais e sociais nos processos de contratação?

R: Então, eu... eu tinha falado a parte da capacitação. Creio que há necessidade de se capacitar mais porque é um assunto muito amplo, não é só o nome em si, sustentabilidade, né? Tem que... como existe a parte sustentável pra contratação de serviço, pra aquisição, pra tudo então eu creio que deveria ter uma melhor capacitação de pessoas que tão ali estão de certa forma engatilhando ali pra aprender a parte. Eu acho que não é nem só o DMSA em si, geral mesmo, né? A parte sustentável ainda tá muito no início ainda no Brasil. Por mais que se peça, as pessoas ainda precisam aprender muito, inclusive eu.

P: Em relação a sustentabilidade, como que você percebe que esse assunto vem sendo tratado no DMSA?

R: Então, todos os... os pedidos a gente costuma solicitar que as pessoas informem sobre a sustentabilidade. Já falei que a necessidade de capacitação também do demandante então muito das vezes a gente solicita e a pessoa informa “não encontrei, não se aplica” e aí fica difícil também da gente pontuar alguma coisa sobre, por exemplo, um equipamento de laboratório. A gente não tem todo conhecimento técnico de tudo, senão a gente teria de repente uma máquina, não tem como a gente saber. Então se um demandante do laboratório de veterinária pede um equipamento de laboratório ele vai de certa forma conseguir informação suficiente pra dizer o que que pode ser sustentável na hora de contratar, de comprar aquele equipamento. Mas muitas das vezes... porque demanda trabalho também. Então a pessoa pela falta de conhecimento ela não consegue buscar informação sobre aquilo. E então eu acho que falta muito disso também, preparar as pessoas pra poder também solicitar.

P: Sei.

R: Os itens.

P: E a... e esse assunto da sustentabilidade, como é que você percebe que tem que ser tratado na Rural de forma geral?

R: Então, na Rural a gente fala “precisa muito da... das pessoas aprenderem” porque... ou de pelo menos se interessarem mais. Você vê que é muito pouco tratado, se você for tentar conversar com alguém sobre sustentabilidade a pessoa fala “poxa, legal, mas...” aí você pergunta “por que que é legal?” Ninguém vai saber falar ou muitos poucos... poucas pessoas vão conseguir falar alguma coisa, assim como eu também que eu não sei muito sobre sustentabilidade, eu procuro aprender conforme vem os pedidos. Se chega um pedido de material de expediente, a gente vai tentar indicar pra pessoa “olha só, tem um papel que é reciclado, tem outro papel que agride menos que vai deteriorar mais fácil, que o ambiente vai...” então a gente tenta direcionar ali. Claro que não tem como a gente fazer porque não temos conhecimentos gerais, mas eu acredito que ainda tá muito na fase inicial de... disso. As pessoas sabem muito pouco de sustentab... e procuram saber pouco também. Então acho que deveria ser mais...

P: Não busca se inteirar, né?

R: Não. Com certeza não.

P: Há muitas pessoas que dizem que educação é algo que se aprende em casa. Você concorda com essa afirmação?

R: Então, eu acho que é um conjunto, né? Não é só... você tem aquela educação mais familiar, né? Do que aquela da vida que... que os pais ensinam, mas também tem aquela educação mais de certa forma pra... pro restante da vida, pra vida toda que é aquela que a gente aprende no colégio, faculdade, pancadas da vida mesmo, normal. Então eu creio na... que é sim aprendizado em casa, mas é um conjunto com todo restante, colégio, faculdade, amigos, igreja, tudo que... aonde você possa aprender. Educação não é só você ter em casa seus pais, eles dão aquele inicial, mas o restante você depende muito de você também.

P: E você acha que essa coisa de de educação é algo que se aprende se aplica à questão da sustentabilidade hoje?

R: Ai, eu acho que não porque principalmente... quer dizer, depende muito da... do tipo de família. Por exemplo, lá em casa com os meus pais, ainda mais que são muito antigos assim, não tiveram muito estudo, se você tentar falar sobre “ah, não compra isso (inint 00:15:59)” muitas das vezes a pessoa vai falar “não, mas não quero saber, eu quero essa sacola plástica aqui mesmo ao invés daquela reciclada lá porque já tô acostumado com essa”. Acho que a parte de sustentabilidade não tem... principalmente com os mais antigos não tem muito vínculo.

P: (inint 00:16:18)

R: Hoje em dia de repente até tem, né? Mas por exemplo, eu não tenho filhos ainda, se eu tivesse filhos hoje em dia eu tentaria direcionar mais pra essa área também “ó filho, não joga lixo na rua porque isso daqui pode levar, sei lá, anos até”...

P: Deteriorar...

R: “deteriorar no meio ambiente” um vidro, qualquer coisa. Mas eu não tive essa... eu fui aprender isso no colégio, hoje em dia, até mesmo aqui no trabalho. Então acho que não.

P: Você pessoalmente contrataria algum produto ou serviço mesmo que mais caro por virtude de alguma característica ambiental ou social? Exemplo, o material reciclado ou comprar de algum fornecedor local.

R: Não, como eu... como eu falei antes, é muito importante até a parte de fornecedor local, quanto mais próximo a pessoa estiver de você menos vai ter a poluição, por exemplo, da entrega, do combustível. E a parte de... de compra, ela pode ser mais cara em princípio, agora, mas no futuro ela pode se tornar mais barata porque você vai agredir menos o meio ambiente, você vai ter de repente esse tipo de economia até na própria reciclagem desse produto que você já tá comprando que tem uma qualidade melhor pro meio ambiente. Então sim, eu compraria com certeza o produto que fosse sustentável.

P: O que o meio ambiente representa pra você?

R: A vida.

P: A vida?

R: É porque na verdade a gente depende dele. Por exemplo, tudo que compõe o meio ambiente, água, sem água ninguém vive, sem o oxigênio ninguém vive e dependo do... das plantas, vegetação pra produzir. Então sem meio ambiente a gente não vive.

P: A sustentabilidade está presente na sua casa? Ou em outros ambientes fora do local do trabalho?

R: Então...

P: Em que sentido?

R: Quando eu tento adquirir até mesmo organizar as coisas em casa a gente tenta verificar esse tipo, tentar não comprar itens que... que agredam o meio ambiente em si, mas é como eu falei, hoje em dia é meio complicado porque as pessoas em volta não pensam muito. Por mais que a gente tenta... tente fazer alguma coisa é complicado porque a gente não acha também. A gente vai no mercado, fazer uma compra que seja, pra você achar alguma coisa é quase impossível então a gente meio que deixa de lado. Por mais que a gente tente trazer pra dentro de casa a parte sustentável, é difícil.

P: É isso Vanderson. Obrigada.

R: Por nada.

(Fim da transcrição)

ANEXOS

Anexo A – Parecer da Comissão de Ética na Pesquisa da UFRRJ



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COMISSÃO DE ÉTICA NA PESQUISA DA UFRRJ / CEP

Protocolo Nº 979/17

PARECER

O Projeto de Pesquisa intitulado “A sustentabilidade da percepção dos colaboradores que atuaram no setor de contratações: o caso da UFRRJ” sob a coordenação do Professor Dr. Euler David de Siqueira, do Instituto de Florestas/Programa de Pós-Graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável, processo 23083.020571/2017-40, atende os princípios éticos e está de acordo com a Resolução 466/12 que regulamenta os procedimentos de pesquisa envolvendo seres humanos.

UFRRJ, 21/03/18.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Lúcia Helena Cunha dos Anjos', written in a cursive style.

Prof.^a Dra. Lúcia Helena Cunha dos Anjos
Pró-Reitora Adjunta de Pesquisa e Pós-Graduação

Anexo B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Prezado (a) participante,

Solicito autorização para realizar atividades de pesquisa vinculadas ao Programa de Pós-Graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro em projeto de pesquisa acadêmica intitulado “*A sustentabilidade na percepção dos colaboradores que atuam no setor de contratações: O Caso UFRRJ*”. Informo que todas as informações coletadas serão apresentadas apenas para fins acadêmicos e científicos da área e que sua participação consistirá em uma entrevista, a qual terá seu áudio gravado (se assim você permitir) com a duração aproximada de 30 (trinta) minutos, sendo realizada nas dependências da UFRRJ, em local a definir.

Esclareço que a participação nesse estudo é voluntária e caso decida não participar, em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo. Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo e serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo (a). Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção do conhecimento científico. Destaco que compreendo esta pesquisa como isenta de possíveis riscos ou desconfortos para os participantes porém, caso você se sinta assim, é inteiramente livre para desistir de participar em qualquer momento.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora Rosália de Almeida Santos, telefone (21) 98783-5110, e-mail: rosalia.ufrj@gmail.com ou pelo Comitê de Ética da UFRRJ: (21) 2681-4707/ 2682-1220.

Atenciosamente,

ROSÁLIA DE ALMEIDA SANTOS
Matrícula PPGPDS/UFRRJ 201626320001-9

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, abaixo assinado, consinto em participar deste estudo e declaro que fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes da mesma. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Nome: _____

Assinatura: _____

Seropédica, ____/____/2018.